

MARCUS EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

PSICOLOGIA SOCIAL DO PRECONCEITO E DO RACISMO



Blucher Open Access



MARCUS EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

PSICOLOGIA SOCIAL
DO PRECONCEITO E
DO RACISMO

2020

Psicologia social do preconceito e do racismo

© 2020 Marcus Eugênio Oliveira Lima
Editora Edgard Blücher Ltda.

Diagramação: Laércio Flenic Fernandes
Revisão: Samira Panini

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Psicologia social do preconceito e do racismo /
Marcus Eugênio Oliveira Lima. -- São Paulo: Blucher
Open Access, 2020.
142p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5550-013-4 (impresso)
ISBN 978-65-5550-012-7 (eletrônico)

Open Access

1. Psicologia social. I. Título.

20-03891

CDD 316.4

Índices para catálogo sistemático:
1. Psicologia social

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	11
1. O PRECONCEITO	17
INTRODUÇÃO.....	17
1.1 O QUE É PRECONCEITO	18
2. POR QUE EXISTE PRECONCEITO?	29
2.1. É NORMAL PRÉ-JULGAR?.....	33
2.2. O AMOR AO MEU GRUPO E O ÓDIO AO DO OUTRO.....	35
2.3. A PERCEPÇÃO DE AMEAÇA E AS EXPRESSÕES DE PRECONCEITO.....	42
2.3.1. COMPETIÇÃO POR RECURSOS MATERIAIS, AMEAÇA E PRECONCEITO	47
2.4. FATORES INDIVIDUAIS NO PRECONCEITO: “CADA CABEÇA UMA SENTENÇA!”	49
2.5. SÍNTESE DAS EXPLICAÇÕES DO PRECONCEITO.....	52
3. OS PROCESSOS AUTOMÁTICOS E CONTROLADOS DE EXPRESSÃO DO PRECONCEITO	57
3.1. “APERTEM OS CINTOS! O PILOTO SUMIU”: CONTROLE E AUTOMATICIDADE DO PRECONCEITO.....	59
3.2. AS EXPRESSÕES DO PRECONCEITO, OS PROCESSOS COGNITIVOS E FORMAS DE PESQUISA.....	62
3.2.1. ATITUDES IMPLÍCITAS.....	62
3.2.2. AS ATITUDES PRIVADAS.....	65
3.2.3. AS ATITUDES PÚBLICAS.....	66
3.3. SINTETIZANDO: É POSSÍVEL VENCER O MONSTRO DA AUTOMATICIDADE DO PRECONCEITO?.....	66

4. SUMÁRIO E CONCLUSÕES.....	69
4.1 ALGUMAS SUGESTÕES DE RECURSOS AUDIOVISUAIS PARA APROFUNDAMENTO.....	70
4.2 SOBRE TEXTOS PARA UMA BOA INTRODUÇÃO À TEMÁTICA RECOMENDAMOS.....	71
5. O RACISMO	73
APRESENTAÇÃO	73
6. O QUE É RACISMO?.....	77
7. COMO O RACISMO SE EXPRESSA?	85
7.1. FORMAS E PLANOS DE EXPRESSÃO DO RACISMO	87
7.1.1. NÍVEL INDIVIDUAL DE EXPRESSÃO DO RACISMO	88
7.1.2. NÍVEL CULTURAL DE EXPRESSÃO DO RACISMO	90
7.1.3. NÍVEL INSTITUCIONAL DE EXPRESSÃO DO RACISMO.....	93
8. INTEGRANDO OS NÍVEIS INDIVIDUAL, CULTURAL E INSTITUCIONAL DO RACISMO.....	97
9. RACISMO NO BRASIL: NINGUÉM SABE NINGUÉM VIU	101
10. SUMÁRIO E CONCLUSÕES	107
10.1 ALGUMAS SUGESTÕES DE RECURSOS AUDIOVISUAIS PARA APROFUNDAMENTO.....	108
10.2 SOBRE TEXTOS TEÓRICOS PARA UMA BOA INTRODUÇÃO À TEMÁTICA RECOMENDAMOS	109
11. VENCENDO O PRECONCEITO E O RACISMO.....	111
11.1. COMBATENDO O PRECONCEITO E O RACISMO NO NÍVEL INDIVIDUAL.....	112
11.2. COMBATENDO O PRECONCEITO E O RACISMO NO NÍVEL INTERGRUPAL: CULTURAL INSTITUCIONAL	114
REFERÊNCIAS.....	117
NOTAS	139

PREFÁCIO

No início dos anos 2000, provavelmente em meados de 2001, encontrei-me com o professor Marcus Eugênio Lima na porta do auditório de uma universidade da Região Sul do Brasil para assistirmos a abertura de um grande congresso nacional de Psicologia Social. Estávamos muito entusiasmados porque o momento mais esperado daquela noite era uma mesa redonda que reunia alguns dos principais pesquisadores da Psicologia Social brasileira sobre o tema das desigualdades sociais, o que incluía os preconceitos, os racismos e as diversas modalidades de exclusão social. Eram justamente os temas de nossos interesses mais imediatos. Realmente, naquele ano Marcus Eugênio Oliveira Lima estava a concluir o seu doutorado em Psicologia Social no Instituto Universitário de Lisboa, onde desenvolveu, sob a orientação de Jorge Vala, uma tese sobre a influência de normas sociais na infra-humanização de pessoas negras no Brasil e em Portugal. Influenciado por essa tese, eu estava iniciando com os professores Leoncio Camino e Ana Raquel Torres uma linha de pesquisa sobre a face oculta do racismo no Brasil e a sua relação com a expressão dissimulada do preconceito racial. Por essa razão, os nossos interesses convergiam diretamente para a discussão que havia sido prometida na divulgação daquela mesa redonda. Ao concluírem as discussões e encerrarem a sessão, notamos, um no outro, um

semblante de profunda decepção e desilusão. Mais do que isto, estávamos verdadeiramente perplexos.

Questionamo-nos sobre o que poderia ter acontecido naquele evento organizado e composto por psicólogos sociais para discutirem um dos temas mais estudados pela Psicologia Social, que explicasse o fato de nenhuma menção ter sido feita à longa e consolidada tradição de pesquisa empírica e de teorias propostas pelos psicólogos sociais em várias partes do mundo. O nosso espanto se dava porque essas teorias eram amplamente reconhecidas e validadas para explicar fenômenos como preconceito, racismo, discriminação e várias formas de expressão das desigualdades sociais. Ao contrário, a mesa discutiu com bastante pertinência algumas das características da manifestação das relações de poder que motivam a exclusão social de grupos minoritários no Brasil. Porém, nenhuma palavra foi ouvida sobre as teorias que conhecíamos, nem o nome de alguns dos principais teóricos sobre o tema foi mencionado. Poderiam ter surgido referências a Gordon Allport, Kurt Lewin, Thomas Pettigrew, Muzafer Sherif, Henri Tajfel, dentre tantos outros. Também as principais questões colocadas no estado-da-arte sobre o tema não foram ventiladas. No entanto, parece que um de nós terá escutado o nome “Moscovici”, mas não a propósito da sua teoria sobre as minorias ativas, a qual seria mais pertinente para o tema em discussão. Naquele momento começávamos a notar que “a nudez da realeza estava a descoberta nos trópicos”, ao menos no que tocava à Psicologia Social. Comentamos, mas apenas entre nós dois: “uma mesa sobre esses temas sem citar ao menos Muzafer Sherif não pode ter sido uma mesa de Psicologia Social”. Hoje percebo que estávamos a profetizar. De fato, em 2013, Celso Pereira de Sá constatou que a Psicologia Social brasileira tinha sido até então uma “Psicologia sem psicologia”.

A contradição da “Psicologia sem psicologia” tem sido transversal aos temas de estudos da Psicologia Social praticada no Brasil. Por razões relacionadas com contingências históricas e políticas, essa contradição ocorreu porque os professores designados para lecionar essa disciplina optaram por promover, desde os finais dos anos de 1970, o ensino de uma Psicologia Social com conteúdos diferentes daqueles ensinados na Europa, na Oceania, na Ásia, na África, na América do Norte e em parte da América Latina. Foram muitos os esforços para a construção de uma Psicologia Social de matriz fundamentalmente brasileira e vocacionada para a resolução dos problemas nacionais mais críticos e urgentes. Passou-se então a substituir o ensino das teorias psicológicas pela discussão do pensamento de alguns filósofos e sociólogos, sobretudo europeus, que não necessariamente compunham o *mainstream* do pensamento teórico-filosófico

em seus países de origem, mas que tinham despertado o interesse e estimulado a quase idolatria de psicólogos em formação no Brasil. Do ponto de vista metodológico, o ensino dos métodos e técnicas de pesquisa tendeu a se afastar daqueles construídos ao longo da história do desenvolvimento da Psicologia Social Clássica, os quais atualmente têm vindo a ser adotados pelas Ciências Sociais difundidas internacionalmente. Aproximaram-se mais de proposições que dão menos relevância à pesquisa orientada para o teste e análise da adequação de teorias e modelos analíticos sobre os temas que definem o estado-da-arte na Psicologia Social.

A consequência mais marcante desse fenômeno foi a formatação de um *establishment* do pensamento psicossocial promovido nos espaços de maior divulgação da Psicologia Social no Brasil. Esse pensamento pode ser caracterizado pela proposição de práticas psicológicas sem um enquadramento teórico bem delimitado no contexto da Psicologia Social e pela adoção de orientações epistemológicas e métodos de pesquisa que se distanciam daqueles que caracterizam o desenvolvimento, a relevância e a liderança que a Psicologia Social tem assumido nos espaços internacionais. É nesse contexto que tenho defendido que tal *establishment* promovido nos espaços de atuação e discussão do que se tem nomeado Psicologia Social Brasileira já adquiriu massa crítica suficiente para reivindicar ser uma disciplina autônoma, diferente e mesmo antagônica à Psicologia Social nas ciências psicológicas.

Essa discrepância está presente muito explicitamente no estudo do preconceito e do racismo. Existe uma enorme lacuna que aos poucos tem sido preenchida no pensamento nacional sobre as características, causas e consequências desses fenômenos para uma compreensão aprofundada das desigualdades sociais que minam as relações sociais no Brasil. Essa lacuna verifica-se não apenas nos artigos publicados em periódicos científicos, mas também nas obras monográficas sobre a psicologia social dedicada à análise das questões teóricas e metodológicas que permeiam o estudo mais específico sobre o preconceito e o racismo. Tínhamos, entretanto, duas obras muito importantes de introdução que nos ofereciam uma primeira aproximação aos estudos desses temas. Uma delas é o livro “Preconceito: Indivíduo e Cultura”, no qual José Leon Crochík (1995) analisa o problema da relação entre o preconceito e autoritarismo, situando-o no contexto Teoria da Personalidade Autoritária desenvolvida por Theodor Adorno nos anos de 1950. A outra obra é um livro intitulado “Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”, organizado por Iray Carone e Aparecida Bento (2002), no qual apresentam os resultados de um

projeto de pesquisa desenvolvido com a colaboração de seus orientados sobre o problema do racismo e branqueamento. De fato, ainda não tínhamos um livro publicado no Brasil, e escrito por um psicólogo social, que nos apresentasse de forma integrada as principais abordagens teóricas e a diversidade metodológica de estudo do preconceito e do racismo na Psicologia Social.

É nesse contexto, e pelos motivos históricos que acima referi, que considero um passo enorme para superar essa lacuna, além de ser um marco simbólico importante para a Psicologia Social brasileira, a publicação da obra “Psicologia Social do Preconceito e do Racismo” de Marcus Eugênio Oliveira Lima, um dos grandes expoentes da Psicologia Social e renomado pesquisador das mais variadas formas de manifestação de preconceito e racismo na sociedade brasileira. É pioneiro no cenário nacional ao discutir os temas recorrendo à literatura da psicologia social clássica, mas sem desprezar a contribuição da sociologia, da ciência política e da filosofia. É um livro de psicologia social com psicologia, isto é, com teorias e estudos realizados por psicólogos sociais mundialmente reconhecidos.

A obra surge num contexto histórico muito especial e pertinente para a análise das consequências do racismo e do preconceito nas relações sociais. As pessoas, na grande maioria dos países, estão em confinamento social forçado tentando se proteger da contaminação pelo novo coronavírus e evitar a disseminação da COVID-19. É como se estivéssemos a viver num grande laboratório de psicologia social em escala mundial. Num contexto como este, no qual estão a ser anunciadas consequências de dimensões apocalípticas para a vida social, saltam aos olhos exemplos da manifestação de atos discriminatórios, teorias conspiratórias xenófobas, eleições de bodes-expiatórios, disseminação do pânico e sentimentos de ameaça intergrupar, depressão econômica, aumento da desconfiança interpessoal, dissolução de identidade pessoal e social, instabilidade emocional, sentimento de anomia generalizada, estereotipização e pensamentos negativos automáticos sobre aquelas pessoas percebidas como diferentes do padrão estabelecido num *status quo* difuso. São aspectos aos quais os atores sociais facilmente recorrem como se fossem critérios válidos, ou justificações legítimas, para hierarquizar as pessoas consoante o valor social dos grupos a que pertencem.

A isto somam-se as tensões políticas e sociais decorrentes do contexto brasileiro atual, caracterizado por um governo protofascista. Estes são alguns exemplos das manifestações psicossociais decorrentes da forma como pensamos e nos posicionamos no mundo, da estrutura e do conteúdo das relações que mantemos

com os outros e das ideologias políticas que abraçamos. Vemos reunidas as condições contextuais e psicológicas necessárias e suficientes para a emergência das formas mais dramáticas de expressão de preconceito e racismo. De fato, são evidentes as consequências mais negativas de tudo isto para a vida da população excluída dos meios de acesso à produção. É simbolicamente ilustrativo, para a Psicologia Social interessada no estudo das relações assimétricas de poder entre os grupos, a notícia de que a primeira vítima fatal da COVID-19 no Rio de Janeiro foi uma trabalhadora doméstica contaminada por sua patroa que havia regressado de viagens internacionais. Também chama a atenção a notícia de que já está a ser disseminada a ideia da procura por um consenso sobre os critérios de seleção de casos prioritários para a ventilação mecânica de pacientes acometidos de síndrome respiratória aguda. Não será difícil imaginar que esses critérios se referem à pertença grupal do paciente. A emergência desses fenômenos é bem conhecida dos psicólogos sociais. Têm sido muito estudados nos laboratórios e em pesquisas de campo que dão suporte a diversas teorias sobre o preconceito e o racismo. Todos esses aspectos são discutidos em profundidade no livro, com exemplos e ilustrações que nos ajudam a apreender mais facilmente os conceitos e teorias analisados.

O livro tem duas seções. Na primeira, oferece-nos uma inovadora e aprofundada discussão sobre a natureza do preconceito e de suas semelhanças e diferenças com outros fenômenos psicossociais que inadvertidamente são confundidos tanto por teóricos experientes como por jovens pesquisadores. Contribuí de maneira significativa para a sistematização das principais questões que os psicólogos sociais têm colocado sobre o preconceito, a exemplo de: quais são as fases da história dos estudos sobre o preconceito e da saliência dos fatores explicativos? Qual é a importância da dimensão político-ideológica do preconceito, de seus fatores cognitivos, motivacionais e do medo e sentimento de ameaça face ao outro? Como se dão as formas de expressão flagrante e sutil de preconceito? Qual é o papel da dinâmica da estrutura das relações sociais? Será mesmo um monstro indomável o preconceito implícito decorrente dos processamento automático da informação social? Ao longo dessa primeira parte encontramos as respostas que os psicólogos sociais têm dado para cada uma dessas questões, as quais nos estimulam a pensar suas potencialidades e limites de aplicação para o atual contexto histórico que vivemos.

A segunda parte faz uma análise aprofundada sobre a natureza do racismo e de suas semelhanças e diferenças em relação ao preconceito racial estudado pela Psicologia Social *mainstream*. Encontramos também um belo exercício, quase

etnográfico, sobre as características do racismo no Brasil, como suas velhas e novas formas de expressão quando categorizamos as pessoas como pertencentes a grupos raciais (racismo biológico) e étnicos (racismo cultural). Aprendemos também a identificar os níveis de análise do racismo (individual, nível cultural, nível institucional) na história do seu estudo no Brasil. Temos aqui uma oportunidade ímpar para termos os primeiros contatos com os conceitos de lusotropicalismo, democracia racial, mestiçagem, branqueamento e preconceito de ter preconceito, os quais estão presentes no pensamento brasileiro para interpretar as relações raciais e de dominação de classe no Brasil, mas que raramente têm sido objeto de estudo da Psicologia Social. O livro também nos traz uma descrição sucinta dos modelos teóricos de maior destaque na psicologia social para a redução do preconceito e do racismo e promoção da harmonia intergrupala. Por fim, oferece-nos as diretrizes para uma melhor integração entre os diversos níveis de análise do racismo.

O leitor vai encontrar uma obra muito bem redigida, suave e agradável de ler, sem perder a precisão e rigor na definição dos conceitos, no estabelecimento das relações entre eles e na decisão dos estudos que afirmam ou infirmam a pertinência dessas relações. O livro é, de fato, uma obra de valor para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, pois tem o potencial para ampliar a nossa visão sobre a análise do papel do preconceito e do racismo nas desigualdades sociais.

Cicero Roberto Pereira
Professor de Psicologia Social
Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, 03 de Maio de 2020

APRESENTAÇÃO

Este é um livro sobre a psicologia social do preconceito e do racismo. À primeira vista o título parece óbvio, de fácil entendimento, mas não é. Como se verá, há muitas formas diferentes de conceber os dois objetos de análise do texto: preconceito e racismo. O modo como os definimos interfere na sua percepção, análise e nas ações para combatê-los. O pressuposto aqui é o de que, quando a análise dos fenômenos é imprecisa, a estratégia de controle poderá não alcançar os objetivos propostos (MILES, 1989). Esses dois termos, preconceito e racismo, serão definidos nas páginas que se seguem. Há, no entanto, um outro que precisamos definir para permitir ao leitor o entendimento da proposta deste trabalho e de como ela se diferencia e pode complementar outras semelhantes; trata-se do termo “psicologia social”.

No Brasil existem pelo menos duas versões de psicologia social, que orientam as análises e reflexões dos estudiosos, uma psicologia social “construcionista”, marcada pela influência epistemológica do pós-estruturalismo, que integra duas correntes principais “a psicologia social crítica” e a “abordagem sócio-histórica”. Por outro lado, há uma psicologia social mais “estruturalista” e construtivista¹, na qual duas correntes também podem ser destacadas: a “psicologia social psicológica”, de marcada influência norte americana e a “psicologia social sociológica”,

que é mais influenciada pelos estudos europeus sobre minorias sociais (para boas revisões ver ÁLVARO & GARRIDO, 2004; FARR, 2013; JESUÍNO, 1996).

As diferenças de abordagem nas psicologias sociais estruturam as áreas de formação, o perfil dos seus profissionais e a forma como são abordados os problemas sociais. Lima e Techio (2013) realizam um estudo junto a uma amostra de 545 professores de psicologia social de vários países: 288 da América do Sul, 149 do Brasil; 172 da Europa e 85 da América Central. Os resultados do Brasil demonstram que os psicólogos sociais da abordagem construcionista definem a disciplina “como uma forma de compreensão da natureza social dos processos psicológicos e relacionais a partir de uma configuração histórica e cultural de subjetividades e modos de ações intersubjetivas” (p. 78). A análise do léxico dessa definição demonstrou que ela se objetiva pela ausência de termos como “psicologia”, “comportamento”, “interações”, “grupo”, “contexto”, “individual” e “sociedade”. Por outro lado, os psicólogos da corrente construtivista definem a psicologia social como “área da psicologia que estuda fenômenos históricos e culturais dos grupos, considerando as variáveis ambientais que afetam os grupos, as relações entre grupos e dentro de grupos” (p. 78), ou ainda como “o estudo científico da influência da presença real ou imaginada que as outras pessoas exercem sobre o comportamento individual” (p. 78). A primeira dessas definições reflete a corrente da “psicologia social sociológica” e traz como ausências no seu léxico os termos “comportamento”, “influência”, “pessoa”, “relacionamento” e “compreensão”. A segunda definição, notadamente da “psicologia social psicológica”, reproduz uma definição clássica^{II}, e se opõe lexicamente a termos como “história”, “cultura”, “humanos” e “contextos”.

A noção de psicologia social adotada neste livro é a da psicologia social sociológica sem oposição à psicologia em termos ontológicos. Ou seja, adotamos uma perspectiva de psicologia social que segue a advertência do professor Celso Sá: não se faz psicologia social apenas com a psicologia, mas não se faz psicologia social sem a psicologia (SÁ, 2013). Em termos ontológicos e epistemológicos, a noção de psicologia social que adotamos é de Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, para os quais “A Psicologia Social é uma disciplina animada pela paixão da investigação e pela preocupação com a intervenção” (1996, p. 9).

Nessa direção, as análises que conduziremos ao longo do livro serão norteadas, por um lado, pela pesquisa empírica e teórica feita dentro e fora dos “muros” da psicologia e, por outro, pela preocupação com o combate a todas as formas de preconceito e racismo.

A forma de conceber a psicologia social adotada neste livro segue a proposta de integração de níveis de análise de Willem Doise (1976, 2002). Serão considerados, no primeiro nível de explicação do preconceito e do racismo, os processos individuais, referentes à forma como as pessoas organizam suas experiências e informações sobre o meio que as circunda. Num segundo nível, considera-se os processos interindividuais e situacionais, nele são analisados os indivíduos nas suas interações com outros. No terceiro plano analítico, o posicional, as explicações enfatizam as diferentes posições de poder dentro dos e entre os grupos, destacando-se as noções de dominantes e dominados, maiorias e minorias sociais. Finalmente, o quarto nível remete para os sistemas ideológicos, integrando de crenças, representações da alteridade e normas sociais, os quais estabelecem e legitimam sistemas de classificação e hierarquização social. A esses quatro níveis mais recentemente foram adicionados dois outros, o intersocietal e o neurológico (DOISE & VALENTIM, 2015), os quais também nortearão as análises neste livro. O intersocietal diz respeito às interdependências em escala global entre as sociedades. O nível neurológico se interessa pelas funções cerebrais enquanto as relações sociais acontecem, utilizando técnicas de imageamento cerebral para encontrar correlatos neuronais dos impactos cognitivos e afetivos dos encontros com o outro.

Portanto, considerando que racismo e preconceito são fenômenos multi causados, sendo ao mesmo tempo individuais, sociais, históricos e culturais, a psicologia social tem importante contribuição para o seu entendimento e combate. A possibilidade de articular diferentes níveis de explicação é a principal contribuição que nos propomos trazer neste livro, considerando que toda forma de entendimento é igualmente válida, desde que tenha suporte empírico sistemático e que se abra para o diálogo de integração ou de contraste com outras formas de explicação.

Trabalhos anteriores que analisaram a psicologia social do racismo no Brasil possuíam a mesma intenção que o nosso. Em 2002, foi lançado pela Editora Vozes, o livro “Psicologia social do racismo”, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida S. Bento. Em dez capítulos os autores tentam colmatar a lacuna analítica das questões raciais e de suas consequências na sociedade por parte da psicologia social. O livro traça uma análise histórica ampla das desigualdades raciais, do branqueamento, da branquitude e dos impactos psicológicos e psicanalíticos do racismo no Brasil (JESUS JÚNIOR, 2003). A proposta de Carone e Bento é fornecer ao leitor uma visão ampla de vários temas, numa abordagem mais construcionista da psicologia social. Não obstante ser um

trabalho relevante em termos de denúncia e pioneiro, antes dele apenas Leon Crochík havia publicado na psicologia social um livro específico sobre preconceito (“Preconceito, indivíduo e cultura”^{III}) na década de 1990, a análise foca de forma exclusiva e não introdutória apenas o racismo, não se aprofundando no preconceito. Além disso, há relativamente pouca revisão da literatura específica da psicologia social sobre o tema.

O livro “Psicologia social do preconceito e do racismo” tem como objetivo colaborar para a discussão e análise do preconceito e do racismo, a partir da apresentação de pesquisas que ilustram como, por quê, contra quem e para quem esses fenômenos se manifestam. Ele procura suprir duas carências principais: 1) falta de material bibliográfico integrado das análises psicossociais do preconceito e do racismo no Brasil, carência que só a organização sob a forma de livro pode suprir; e 2) ausência de textos científicos introdutórios sobre os dois temas. O livro foi escrito com a preocupação de ser acessível a públicos não “iniciados” em psicologia social.

Acreditamos que a leitura do livro permitirá ainda responder a uma terceira questão, geralmente não tornada explícita: existe mesmo racismo no Brasil? Há muitos intelectuais e cidadãos comuns que ainda acham que não. Em 2006, o jornalista Ali Kamel publicou o livro “Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”. Nele, o autor reafirma a antiga tese da democracia racial de Gilberto Freyre (1933), pontuando que o que faz o brasileiro diferente é o fato de haver menos racismo aqui e, “quando há, ele é envergonhado, porque tem consciência de que a sociedade de modo geral condena a prática como odiosa”. (p. 23). E mais, “As desigualdades no Brasil não podem ser explicadas pelo racismo porque o que coloca pretos, pardos e brancos pobres em desvantagem é a própria pobreza” (KAMEL, 2006, pp. 11-12).

Neste livro apresentaremos evidências empíricas que demonstram que a resposta é “sim”! Existe racismo no Brasil! Que as expressões “envergonhadas” podem se tornar, assim como, recentemente, tem-se tornado mais “desavergonhadas”, e que elas são igualmente maléficas para indivíduos e sociedades e, muitas vezes, mais difíceis de combater.

O livro se estrutura em três partes. Na parte 1 discutimos o preconceito, apresentamos e analisamos as suas principais definições na psicologia social, considerando suas especificidades. Em seguida, apresentamos teorias psicossociais que procuram responder por que existe preconceito, destacando suas funções individuais, sociais e ideológicas. Essa parte é finalizada com uma discussão sobre os processos automáticos ou inconscientes vinculados à expressão

do preconceito, sendo destacados os processos cognitivos e algumas das formas de pesquisa sobre as expressões mais veladas e mais abertas do preconceito. O leitor perceberá que a abordagem proposta tem como centro o preconceito de cor. Não obstante, em vários momentos, procuramos elencar elementos gerais e específicos do preconceito, de forma a tornar as análises aplicáveis ao entendimento de outros tipos de preconceito.

Na parte 2, analisamos o racismo. A estrutura do texto é semelhante à do tópico anterior. Procedemos, inicialmente, a uma delimitação conceitual, procurando construir uma definição psicossocial de racismo, que integre os elementos mais “psicológicos” do preconceito, com os mais “ideológicos” da dominação social. Analisamos, em seguida, as formas de expressão do racismo, considerando-o como fenômeno sistêmico que integra os planos individual, cultural e institucional. Finalizamos tratando do modo particular de expressão do racismo no Brasil da democracia racial. Na terceira e última parte, apresentamos estratégias da psicologia social, também numa análise multinível, para combate ao preconceito e ao racismo.

A ideia de composição deste livro surgiu em 2016, durante o XVI Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), ocorrida em Macéio. Na altura, percebendo a carência de material introdutório na psicologia social do Brasil sobre muitos temas importantes, planejamos uma coleção de “livros de bolso” na esteira da clássica “Coleção Primeiros Passos” da Editora Brasiliense. Assim, nosso primeiro agradecimento se dirige aos colegas do Grupo de Trabalho “A psicologia social e sua diversidade teórico-metodológica”, pais e mães da ideia do livro. Em seguida, agradecemos aos integrantes do Grupo de Pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceito e Racismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialmente a Isabelle Haaiara Barbosa e Charles Vinicius Bezerra de Souza pela leitura cuidadosa do material e pertinentes contribuições. Agradecemos também aos colegas Dalila Xavier de França e Marcos Emanuel Pereira pelas críticas e sugestões que em muito aprimoraram a versão final do texto. Finalmente, agradecemos à UFS e ao CNPq pelas excelentes condições de trabalho que dispusemos e pela bolsa de Pós-Doutorado, a qual nos permitiu centrar esforços na confecção do livro.

O PRECONCEITO

INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte, durante uma partida de vôlei, em 2012, o jogador Wallace Leandro de Souza foi chamado por uma torcedora do time rival de macaco. Em 2019, o atleta resolveu comentar o episódio declarando: “Se naquela época eu tivesse a cabeça de hoje, fingiria que não era comigo. As pessoas que tentam denegrir dessa forma não merecem ter mídia”^{IV}.

Há, nesse relato, pelo menos quatro aspectos que procuraremos abordar neste capítulo. O primeiro deles tem relação com as formas de expressão do preconceito. Quando a torcedora comete a injúria racial, ela manifesta preconceito de forma aberta e deliberada. Um tipo de expressão que a literatura especializada chama de “fora de moda” (*old-fashioned*), mas que infelizmente está voltando no Brasil e em todo o Mundo. Trata-se de uma atitude explícita motivada por um processo cognitivo cujo controle foi consciente e espontâneo. Quando Wallace responde, manifestando sua indignação contra o preconceito, ele usa o termo “denegrir” para referir a ofensa à sua imagem. Neste caso, temos também a expressão de um preconceito linguístico involuntário, um tipo de mau hábito que a cultura preconceituosa em que vivemos introduziu na

nossa “mente” sem que percebêssemos. Trata-se do preconceito implícito, que tal qual um monstro sorrateiro, enreda a própria vítima com seus tentáculos (LIMA & VALA, 2004a). Esse monstro se alimenta de processos cognitivos que não somos capazes de ter controle consciente, os chamados processos automáticos. O terceiro aspecto que merece destaque no episódio é o da força do preconceito, do impacto social, econômico, político e psicológico que ele tem sobre as pessoas. Sete anos se passaram e Wallace não apenas não esqueceu a injúria racial sofrida, como continuou reagindo a ela. Finalmente, um quarto aspecto do preconceito é a noção de que podemos “fingir que não é conosco”, estratégia que, no caso dos perpetradores dessa forma de violência, geralmente toma a forma de “um problema do outro preconceituoso, porque eu sou igualitário e justo”, aquilo que a literatura especializada chama de “preconceito sem preconceituosos” (BONILLA-SILVA, 2013).

Todavia, o preconceito tem consequências em todos os níveis da vida social; suas marcas permanecem, por isso é preciso entender melhor como ele se expressa, para, assim, sabermos como combatê-lo e lidar com seus estragos. Neste capítulo, trataremos do preconceito considerando suas definições, causas, formas de expressão e processos cognitivos controlados e automáticos envolvidos na sua formação.

1.1 O QUE É PRECONCEITO

Uma famosa fábula indiana foi retratada pelo poeta norte-americano Godfrey Saxe's (1816-1887), trata-se da história de seis sábios que acreditaram que suas observações individuais agrupadas poderiam fornecer uma boa figura do que é um elefante. Os seis eram cegos. O primeiro deles abordou o animal no seu lado mais robusto e afirmou: “O elefante se parece com uma parede!”. O segundo tocou as presas e corrigiu: “Trata-se de uma lança!”. O terceiro apalpou a tromba do elefante e decretou: “É semelhante a uma cobra!”. O quarto analisou o joelho do animal e disse: “É muito parecido com uma árvore”. O quinto, tocando as orelhas, acreditou que era um abano. Finalmente, o sexto homem, mal começando a tatear o animal, tocou sua cauda e peremptoriamente definiu: “É muito parecido com uma cobra!”. Os homens então passam a discutir, todos parcialmente certos e ao mesmo tempo todos errados, e não chegam a um acordo.^v

Na psicologia social, definir preconceito pode ser algo semelhante a apalpar um elefante sem vê-lo. Há muitas e diversas definições, cada uma construída em função do alcance das “apalpadelas” de cada autor, cada qual deles vendo o fenômeno com as lentes dos contextos emocionais, sociais, históricos e políticos

onde ele (autor) e o preconceito se expressam. Neste tópico, apresentamos e discutimos algumas das definições de preconceito formuladas na psicologia social, tentando destacar os elementos mais contextuais de sua elaboração e a minoria social alvo (vítima) do fenômeno.

A definição mais adotada de preconceito na psicologia social foi formulada por Gordon Allport (1897-1967) (ver Caixa 1), um psicólogo norte-americano pioneiro nas teorias da personalidade, que no livro “*The nature of prejudice*” desenvolveu uma análise muito sistemática e detalhada do preconceito, ainda hoje atual. Tanto que, para alguns autores, um estudante do preconceito na psicologia social que não leu o livro de Allport é considerado um iletrado (DOVIDIO, GLICK, & RUDMAN, 2008). Num primeiro momento, Allport (1954) define o preconceito como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente. No mesmo texto, Allport aprimora sua definição situando-a exclusivamente para o preconceito étnico, entendido como uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que se dirige a todo um grupo ou a um indivíduo porque este faz parte do grupo. Nesta última definição, destacam-se dois aspectos principais: 1) o preconceito como defeito cognitivo (uma generalização falha e inflexível) e 2) o preconceito como uma emoção (antipatia). O preconceito seria diferente dos julgamentos prévios (pré-conceitos) por ser mais resistente às informações que o desconfirmam.

CAIXA 1

Gordon Willard Allport (1897-1967)



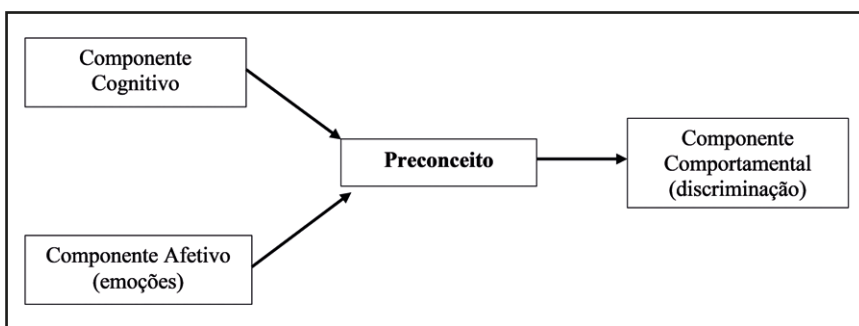
Deixou seu legado à Psicologia com a Escala de Allport, definida em seu livro *A natureza do preconceito* de 1954 para mensurar a extensão do preconceito numa determinada sociedade. Allport também trouxe uma importante contribuição à teoria motivacional, desvendando a natureza dinâmica da mesma.

Retirado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gordon_Allport

Seguindo as definições de Allport, pode-se afirmar que existiriam tantos tipos de preconceitos quantos grupos socialmente desvalorizados na estrutura social (e.g., preconceito de cor, preconceito étnico, sexismo, homofobia, ageísmo, islamofobia, gordofobia, preconceito contra pessoas com deficiências físicas e/ou mentais etc.) (LIMA & VALA, 2004b). O reverso da definição é igualmente possível, ainda que sem muita relevância social. Podemos ter atitudes amistosas ou positivas para com alguém somente porque ele/ela pertence a um grupo socialmente valorizado. Esse seria o “preconceito positivo” (BROWN, 1995). Entretanto, vamos nos ater somente às expressões de preconceito que causam mal à sociedade.

É possível destacar na definição de Allport dois aspectos do preconceito: ele é uma atitude hostil e se dirige a um indivíduo por causa do seu pertencimento social. Na psicologia social, atitude pode ser entendida como a classificação de um objeto social em uma dimensão avaliativa, com base em três dimensões gerais de informação/afetação: cognitiva, afetiva e comportamental (ZANNA & REMPEL, 1988). A atitude é uma organização relativamente duradoura de crenças, geralmente dotada de carga afetiva pró ou contra algum objeto social, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a esse objeto (RODRIGUES, ASSMAR, & JABLONSKI, 1999). Na Figura 1, é apresentada uma esquematização da noção de preconceito enquanto atitude, destacando seus três componentes: estereótipos, emoções e discriminação.

Figura 1: *Esquematização das dimensões do preconceito entendido enquanto atitude*



Os estereótipos são estruturas cognitivas (esquemas), que contém nossos conhecimentos e expectativas sobre os grupos humanos e seus membros, e que muitas vezes determinam nossos juízos e avaliações sobre eles (HAMILTON & TROLIER, 1986). Nas percepções sociais, os estereótipos cumprem funções

psicológicas e funções sociais (TAJFEL, 1981). As psicológicas seriam: 1) sistematizar e simplificar as informações para dar sentido ao mundo e 2) resguardar os valores do indivíduo, protegendo sua identidade através da manutenção das imagens dos outros grupos. Imagine que você é ateu e irá interagir com uma pessoa sobre a qual a única coisa que sabe é que é neopentecostal e muito devotada à sua religião. O estereótipo associado a essa categoria social lhe permite sistematizar e filtrar os conteúdos da realidade na sua interação social com a referida pessoa, e, ao mesmo tempo, proteger os seus valores e identidades. As funções sociais dos estereótipos se referem a: 1) explicar acontecimentos sociais; 2) justificar/legitimar ações sociais e 3) diferenciar o próprio grupo em relação ao grupo dos outros. No exemplo acima, por saber que a pessoa é neopentecostal, você poderia tentar explicar o voto dela na última eleição presidencial, ou, ainda, justificar certo interesse/desinteresse seu em ouvir o que ela tem a dizer sobre aborto e adoção de crianças por casais de mesmo sexo; a tal ponto de você pensar como “nós, os ateus, somos diferentes dos neopentecostais”.

Os estereótipos nem sempre são ativados de forma consciente quando entramos em contato com algum indício da existência de outro grupo ou categoria social. Por exemplo, ouvir o nome “ciganos” pode fazer emergir, imediatamente, e de forma não consciente, uma certa imagem da categoria social. A aplicação dos estereótipos, no entanto, é um processo cognitivo controlado conscientemente^{VI}. Nos estudos sobre preconceito, é possível diferenciar abordagens sobre o processo de ativação/aplicação dos estereótipos (estereotipia) (e.g., DANTAS & PEREIRA, 2018; DEVINE, 1989; LIMA, PODEROSO, & ARAUJO, 2017; PEREIRA, DANTAS, & ALVES, 2011) e outras sobre o conteúdo do estereótipo aplicado (e.g., BATISTA, LEITE, TORRES, & CAMINO, 2014; FISKE, CUDDY, GLICK, & XU, 2002; TECHIO, 2011).

Noutro eixo do preconceito, se encontram as emoções. Como destaca Izard (2009), uma emoção pode ser entendida como um tipo de sensação que se liga, simultaneamente, à atividade neurológica e cognitiva. Ela deve ser entendida como um processo de múltiplos componentes: cognição, regulação fisiológica, motivação pessoal, expressão motora, sensação e monitorização (JOHNSTONE & SCHERER, 2004). Os tipos de emoções que vivenciamos se relacionam diferentemente com níveis de consciência. Ou seja, há emoções mais complexas ligadas a processos conscientes e racionais, como o amor e o ódio, e outras mais básicas, ligadas a processos menos conscientes ou mesmo inconscientes, a exemplo do medo e da raiva. Estas últimas são chamadas de emoções primárias e as primeiras de emoções secundárias ou sentimentos (DAMÁSIO, 1996).

As emoções atuam na interconexão entre os estímulos do ambiente e os nossos comportamentos ou ações; de modo que, determinados tipos de emoção produzem determinados tipos de ação e com determinada intensidade (IZARD, 2009). No caso do preconceito, os estudos em psicologia social demonstram que as emoções podem agir de duas formas, definindo o “tônus” afetivo da relação com o outro, se negativo ou positivo, e estabelecendo o tipo e a intensidade da reação. De acordo com as teorias que abordam emoções intergrupais (i.e., aquelas sentidas na interação/relação com outros grupos ou categorias sociais), os encontros com pessoas de outros grupos despertariam certas emoções em nós, por exemplo, medo, raiva, ressentimento, nojo, orgulho etc. Essas emoções desencadeariam ações tais como discriminação, evitação e fuga (MACKIE, MAITNER, & SMITH, 2009). Por outro lado, a atribuição diferenciada de emoções aos outros pode ser uma forma mais sutil de manifestação de preconceito. Estudos mostram que se atribui mais capacidade de expressão de sentimentos (emoções secundárias) a membros do próprio grupo de pertencimento (endogrupo) que a membros dos outros grupos (exogrupos) (LEYENS, PALADINO, RODRIGUEZ, VAES, DEMOULIN, RODRIGUEZ & GAUNT, 2000; LEYENS, RODRIGUEZ, RODRIGUEZ, GAUNT, PALADINO, VAES & DEMOULIN, 2001). Tal estratégia perceptiva serve para aproximar os “nossos” do polo da cultura e da sofisticação intelectual e os “outros” do polo da natureza, da biologia, dos instintos, infra-humanizando-os (ver Caixa 2).

CAIXA 2
Infra-humanização

Significa perceber o outro como menos humano. Na psicologia social se estudam várias maneiras de representar a humanidade. Considera-se características que são tipicamente humanas e outras que somente os seres humanos possuem. Um ser humano “típico” é alguém que é capaz de demonstrar emocionalidade e capacidade de adaptação a novas situações, diferentemente de uma máquina. Todavia, somente os seres humanos possuem civilidade, capacidade de raciocínio abstrato e outras qualidades aprendidas socialmente, que nos diferenciam dos animais. Quando são negados às outras pessoas atributos do primeiro tipo, elas são percebidas como objetos ou coisas. Quando são negados atributos do segundo tipo, elas são animalizadas (BAIN, VAES, & LEYENS, 2014).

As definições de preconceito formuladas por Allport (1954) recebem algumas críticas. Na definição de preconceito como atitude hostil contra alguém que pertence a outro grupo, não é feita menção às características físicas ou

mesmo culturais que distinguem ou são usadas para distinguir os membros dos grupos alvo de preconceito. O que leva à falsa suposição que o preconceito é algo inflexível, que não depende do contexto de relações e posições de poder dos grupos na sociedade.

O preconceito é uma **atitude-em-contexto** (EAGLY & DIEKMAN, 2008). As noções de hostilidade na definição de preconceito e a de antipatia na de preconceito étnico também são criticadas. Em muitas formas de preconceito, atitudes pseudopositivas convivem com a hostilidade e antipatia. É o caso de formas mais “benevolentes” de sexismo e de ageísmo (preconceito contra idosos), que expressam atitudes paternalistas de domínio “docilizado” do outro (JACKMAN, 2004). Nesses casos, o preconceito só se torna agressivo quando o outro ameaça a posição de domínio da maioria social. Há, ainda, o preconceito contra pessoas com deficiência, que não se adequa nem à ideia de hostilidade, nem à de controle, mas está mais relacionado a uma inferiorização decorrente de processos identitários mais amplos que estabelecem “formas ideais de ser” e alimentam emoções como pena e ansiedade.

O preconceito é, portanto, uma atitude complexa, que se expressa numa dinâmica de exclusão, bem salientada na definição de Allport; mas também de inclusão, pois muitas vezes inclui o outro para melhor dominá-lo ou controlá-lo (JACKMAN, 2008).

Finalmente, a ênfase dada por Allport aos aspectos cognitivos do preconceito, as “presas” do nosso elefante, se por um lado inaugura, na psicologia social, a cognição como perspectiva de análise do tema, por outro, reflete a busca de elementos ou estruturas universais, invariantes, na explicação do preconceito. A ideia de que o preconceito étnico é fruto de uma generalização falha e inflexível ignora os aspectos estratégicos e racionais do fenômeno. O preconceito muitas vezes decorre de uma combinação de um processo psicológico fundamental, como a necessidade de pertencer a um grupo e com ele se identificar, com processos ideológicos, políticos e econômicos, referentes à competição por recursos materiais e simbólicos entre os grupos sociais (OPERÁRIO & FISKE, 1998). Neste caso, estamos falando da barriga do elefante.

É possível ampliar ainda mais esse panorama, afirmando que a percepção de competição decorre da integração de noções de alienação racial, crenças legitimadoras sobre a estratificação social e interesses pessoais, tudo isso no âmbito de uma ideologia do individualismo que tende a encorajar os grupos dominantes a verem as minorias sociais como ameaçadoras (BOBO & HUTCHINGS, 1996). Neste caso, estaríamos falando das pernas do elefante. Cabe

ainda destacar, dentre os aspectos estratégicos do preconceito, que ele “faz bem” aos grupos dominantes, pois legitima e justifica suas posições, garantindo um sistema quase inquestionado de privilégios (JOST & BANAJI, 1994). Aqui, temos as orelhas do elefante abanando uns e estapeando outros.

Sobre “as orelhas, pernas e barriga”, talvez a teoria mais significativa do preconceito seja a de Herbert Blumer (1900-1987), um sociólogo norte-americano, que analisou o preconceito racial. Blumer (1958) afirma que essa forma de preconceito se baseia mais num senso de posição grupal, que em atitudes individuais (ver Caixa 3). O senso de posição grupal seria uma decorrência de quatro tipos de postura dos dominantes face aos dominados: a) sentimento de superioridade; b) sentimento de que os dominados são intrinsecamente diferentes - *aliens*; c) sentimento dos dominantes de serem os legítimos donos de determinados privilégios e vantagens; e d) medo e desconfiança de que os dominados ameacem sua posição de domínio ().

CAIXA 3

Teoria do Senso de Posição Grupal

1) O grupo dominante se sente como “naturalmente” superior ao grupo dominado. Percepção que fica evidente quando se analisa os estereótipos desqualificadores atribuídos às minorias sociais e a visão predominantemente positiva do próprio grupo.

2) Os membros dos grupos dominados são percebidos como *aliens*, ocorre uma radical diferenciação social entre os grupos. “Eles”, os do outro grupo, são um outro tipo de “gente”, não pensam e nem sentem como “nós” sentimos e pensamos.

A combinação desses dois sentimentos (superioridade e distintividade) leva à aversão e antipatia pelo outro.

3) Os dominantes se sentem como legítimos donos dos recursos, esse sentimento de posse “natural” das coisas inclui desde as terras e recursos naturais, até as profissões de status elevado, e a ocupação de espaços de poder em instituições, tais como igreja, governo, indústria, etc.

4) O medo de que os dominados ameacem à posição de domínio, qualquer ação que seja percebida como questionadora da estratificação social ou qualquer invasão à esfera de exclusividade do grupo dominante desperta formas mais flagrantes de preconceito contra os dominados.

Os quatro sentimentos mantêm a posição de dominância. O de superioridade mantêm os dominados abaixo, o de distintividade os mantêm aquém, o de propriedade os exclui e o de medo mantêm os dominantes vigilantes contra as ameaças (BLUMER, 1958).

Pierre Bourdieu desenvolve essa perspectiva afirmando que o senso de posição grupal pode ser entendido como uma “classe inconsciente”, mais do que

como uma “consciência de classe” no sentido marxista. Tal noção tem impacto tanto para a dominação por parte da maioria social, quanto na aceitação por parte da minoria, pois inclina os indivíduos a perceberem o mundo social como dado (“*take it for granted*” no original), ao invés de se rebelar e opor contra ele:

O senso do lugar de alguém, define o que alguém pode ou não pode “permitir-se”, implicando uma aceitação tácita do lugar, um senso de limites (“o que não é para nós”), é o equivalente a uma sensação de distância, a ser marcada e mantida, respeitada ou esperada. (BOURDIEU, 1985, p. 728)^{VII}.

Depois dessa breve revisão, podemos afirmar que três aspectos principais são ignorados na definição de Allport:

- **O preconceito é simultaneamente individual e grupal.** As análises da tromba, das presas e do rabo devem ser integradas às da barriga, pernas e orelhas, num exercício analítico de integração de níveis de explicação do fenômeno (DOISE, 1976).
- **O preconceito é contextual.** Trata-se de uma “atitude-em-contexto”, contingenciada pelas normas sociohistóricas vigentes e pelos interesses envolvidos nas relações. Tais aspectos definem o modo como ele se expressa, se velado ou flagrante e, mais que isso, determinam o seu conteúdo e intensidade. Ele atua como uma norma social, as pessoas manifestam preconceito na mesma medida do quanto ele é aceito em cada contexto (STANGOR, 2009).
- **O preconceito é relacional.** Depende do tipo de minoria envolvida e da distribuição de poder nos planos interpessoal e intergrupar da relação estabelecida. O preconceito contra os ciganos e os homossexuais no Brasil se encaixa na noção de atitude hostil de Allport. Já o preconceito contra idosos é melhor lido com base na ideia de generalização falha e inflexível. Entretanto, as formas mais veladas de sexismo e o preconceito de cor, a gordofobia, o ageísmo e o preconceito contra pessoas com deficiência, na maior parte dos contextos, integram emoções pseudopositivas ou neutras (pena, indiferença, desconforto, ansiedade etc.), com emoções negativas (medo, raiva, nojo, ressentimento, ódio etc.).

Quase meio século depois das definições seminais de Gordon Allport, surgem, na psicologia social, novas definições de preconceito que tentam superar as limitações apresentadas. Brown (1995), num outro livro clássico sobre o

tema, formula uma definição que procura ampliar a de Allport, incluindo além dos aspectos cognitivos, os afetivos e comportamentais. Para ele, o preconceito é a expressão de atitudes sociais ou crenças depreciativas, de afetos negativos e a exibição de comportamentos hostis ou discriminatórios em relação aos membros de um grupo porque pertencem a esse grupo. Vala, Brito e Lopes (1999), por sua vez, integram os processos cognitivos às dinâmicas de poder na sua definição de preconceito:

Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes (pp. 13-14).

Dovidio e colaboradores afirmam que o “Preconceito é uma atitude de nível individual (subjetivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações hierárquicas de status entre os grupos” (2008, p. 7). Mais recentemente, Sibley e Barlow (2018, p. 1), consideram preconceito como “aquelas ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais”.

Essas duas últimas definições, por se basearem na teoria do senso de posição grupal de Blumer, acabam por conceber todo tipo de preconceito contra qualquer tipo de minoria como se fosse igual. Como vimos, há outros tipos de preconceitos que são mais influenciados pela idealização de formas de ser (VALA e cols. 1999) que pelas hierarquias de poder, mas que ainda assim são preconceitos. Além disso, a força das dimensões cognitiva ou afetiva da atitude preconceituosa define configurações diversas. Nos preconceitos mais “racionais”, calcados em relações de dominação e na percepção de ameaça, a ênfase é a mais cognitiva ou racional. Já nos preconceitos mais influenciados pelos protótipos ou modelos de “ser”, a dimensão afetiva ganha a batalha, como no caso da gordofobia, homofobia, ageísmo, dentre outros.

Podemos, então, dar um conselho aos “navegantes” interessados em estudar o preconceito: o mais sensato é adotar uma definição operativa, mais específica e contextualizada, que considere o tipo de interesse envolvido na relação e a minoria alvo do processo (ver Quadro 1). Allport e a própria literatura crítica à sua definição de preconceito (e.g., JACKMAN, 2008; DOVIDIO et al., 2008, EAGLY et al., 2008, SIBLEY & BARLOW, 2018) acabam por reduzir o preconceito ao preconceito étnico. Além disso, é importante colocar os “sábios”

para conversarem, integrando ou contrastando as várias visões sobre todas as partes que constituem o “elefante” (ver Tabela 1). Considere na formulação da sua definição que: 1) o preconceito simultaneamente tem aspectos individuais, alguns deles com repercussões fisiológicas e neurais, e aspectos sociais, ideológicos e políticos; 2) que é uma atitude, pois se liga, de forma complexa e não linear, às crenças (estereótipos), aos afetos (positivos, neutros ou negativos) e às disposições comportamentais (discriminação); 3) que é uma norma social apreendida nos grupos, sendo mais intenso em certos indivíduos que em outros, mais permitido contra certos grupos que contra outros e mais expresso em certos contextos que em outros e, finalmente, 4) que a estratégia de pesquisa (análise) e de combate dependerá da definição adotada.

Agora que vimos como o preconceito é entendido na Psicologia Social, que destacamos que trata-se de um tema que precisa da articulação de saberes ou visões para ser analisado e que sugerimos um “mapa de navegação conceitual”, podemos seguir nossa análise aprofundando alguns dos aspectos apenas referidos nessa introdução, a exemplo de interesses grupais e características individuais envolvidos nas causas do preconceito.

Quadro 1: Definições de preconceito na Psicologia Social segundo a ênfase em aspectos identitários ou hierarquias de poder

TIPO DE ÊNFASE		
Questões identitárias ou modelos de "ser"	Relações de poder e dominação	Integração dos dois aspectos
<p>- Uma atitude evasiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo, e, portanto, presume-se que tenha as qualidades negativas atribuídas ao grupo” ou “uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível (ALLPORT, 1954/1979, p. 7 e 9).</p> <p>- Uma atitude negativa em relação a uma pessoa ou grupo com base em um processo de comparação social em que o próprio grupo do indivíduo é considerado o ponto de referência positivo (JONES, 1972, p. 3).</p> <p>- Atitudes ou crenças sociais depreciativas, afetos negativos e a exibição de comportamento hostil ou discriminatório em relação aos membros de um grupo por conta de seu pertencimento a ele (Brown, 1995, p. 8).</p> <p>- Avaliação negativa de membros do exogrupo (STANGOR, 2009, p. 3).</p>	<p>- Uma atitude de nível individual (subjetivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações de <i>status</i> hierárquicos entre os grupos (DOVIDIO et al., 2008, p. 7).</p> <p>- Ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais (SIBLEY & BARLOW, 2018, p. 1).</p> <p>- O preconceito (racial) não é simplesmente uma legitimação da exploração de classe, mas também uma forma de construção e organização do mundo social que identifica um certo grupo como uma posição "natural" de dominação (MILES, 1989, p. 105).</p>	<p>- Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes (VALA, BRITO, & LOPES, 1999, pp. 13-14).</p> <p>- É, fundamentalmente, um fenômeno das relações entre grupos nas quais dois aspectos devem ser destacados: a) o processo de identificação de si com os outros e b) a percepção das relações e interesses do grupo de identificação em relação aos outros grupos (BLUMER, 1958, p. 3).</p>

POR QUE EXISTE PRECONCEITO?

As análises da psicologia social sobre as causas do preconceito consideram desde seus aspectos individuais, afetivos e cognitivos, até os aspectos coletivos das relações entre grupos. Essas análises são históricas, variam em função dos contextos de relações sociais nas quais surgiram. As primeiras explicações surgem na década de 1920, quando o tema passa a ser objeto de estudo científico. Naquele momento, o preconceito era entendido como “problema histórico”, vinculado à explicação da dominação colonial branca; ele gerava estudos para a identificação de características dos “grupos atrasados”, e era concebido como uma resposta natural a “pessoas inferiores”. Entre 1920 e 1930, a ideia de dominação branca é posta em xeque e o preconceito passa a ser um problema social, explicado como algo irracional e injustificável. Nas duas décadas seguintes, sob a influência da psicanálise, as explicações procuram encontrar elementos psicológicos inconscientes e universais no preconceito. Na década de 1950, após o nazifascismo, o interesse recai sobre as personalidades suscetíveis ao preconceito, sendo ele entendido como uma necessidade patológica do ser humano. Na década seguinte, ele passa a ser entendido como uma norma social, as explicações para sua existência focam a socialização ou aprendizado. Na década de 1970, ganham destaque as abordagens em termos de relações entre grupos,

sendo o preconceito entendido como expressão de interesses grupais. Na década 1980, a questão histórica passa a ser novamente a da inevitabilidade e universalidade do preconceito, mas os estudos focam os processos de categorização social (DUCKITT, 1992). Mais recentemente, nas décadas de 1990 e 2000, ganham destaque as explicações do preconceito como algo automático, com ênfase na perspectiva teórico-metodológica das neurociências. Finalmete, a partir de 2000, o preconceito é explicado como uma intensa e muitas vezes irracional hostilidade intergrupar, com destaque teórico simultâneo para os processos cognitivo-afetivos e os sociais de competição e desigualdades, presentes em teorias como a da Dominância Social e a da Justificação do Sistema (DUCKITT, 2010).

Infelizmente, ainda não é possível fazer um levantamento histórico desse tipo sobre as perspectivas de análise do preconceito na psicologia do Brasil, pois temos uma produção ainda pequena (SACCO, DE PAULA COUTO, & KOLLER, 2016). No entanto, fizemos uma busca de publicações cujo título contivesse o descritor “preconceito” nas bases de dados SciELO, Periódicos CAPES, LILACS e *PsycInfo* no período de 05 a 12 de abril de 2020, adotando o corte temporal de publicações registradas entre 1950 e 2019. Foram encontradas um total de 701 publicações disponíveis nas bases de dados. Destas, foram eliminadas as repetições e artigos registrados duas vezes ou mais em outro idioma, bem como uma publicação sem registro. Resultaram 360 publicações válidas. Dentre elas encontram-se artigos publicados em periódicos, teses, dissertações, resenhas, livros, capítulos de livros e dossiês históricos. A única base na qual não foram encontradas publicações para o descritor escolhido foi a *PsycInfo*.

Os resultados obtidos estão sistematizados por décadas (ver Figura 2). A produção nacional se inicia nos anos 50 do século passado. Nessa década, apenas cinco textos foram encontrados na nossa busca, todos escritos por Lewis Hanke, um norte americano dedicado à historiografia da América Latina colonial. Nestes textos, ele analisa o preconceito de raça, sobretudo contra os índios na América Latina. Na década de 1960, apenas um texto emergiu da busca, trata-se de um artigo de Marie Anne W. Taddei sobre a interação dos judeus e o preconceito antissemita, publicado na Revista de Psicologia Normal e Patológica em 1969. Esse texto é provavelmente o primeiro artigo sobre preconceito publicado num periódico de psicologia no Brasil. Na década de 1970, temos também só uma publicação sobre preconceito contra mulheres operárias em Joinville, escrito por Afonso Imhof, historiador catarinense. Na década de 1980, foram encontrados sete artigos, quatro publicados em periódicos de psicologia, sendo um deles uma proposta de abordagem “psicobiosocial” da experiência de preconceito, escrito

por Marcio Fernando Strada Sant'Anna, talvez o primeiro com uma abordagem que integra o “psico” ao “social” sobre o tema^{VIII}. Há também textos de destaque como “Raça: conceito e preconceito” de Eliane Azevêdo e “Escravidão, racismo e preconceito” de Petrônio José de Aguiar.

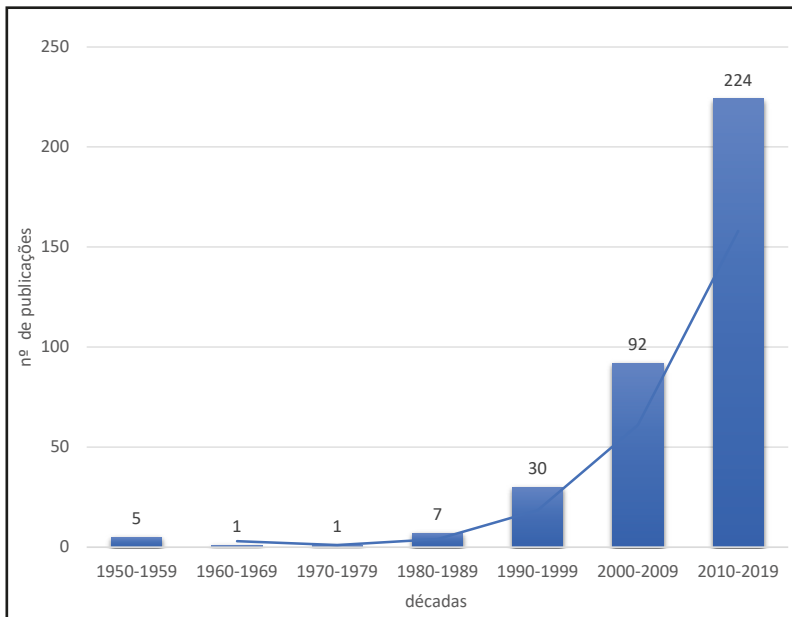
Na década de 1990, finalmente o tema passa a se tornar objeto de um maior número de publicações em periódicos nacionais, ao todo, foram localizadas 30 publicações. Cabe referir que foi também nessa década que o Brasil se reconheceu oficialmente como país racista (TELLES, 2004). Dentre os trabalhos, há sete artigos que foram publicados em periódicos de psicologia e duas teses ou dissertações (não especificamos essa distinção na busca) defendidas na psicologia. Nos títulos encontrados, há uma maior concentração de publicações sobre preconceito de marca, seguindo a linha teórica de Oracy Nogueira, e de trabalhos relacionando AIDS e preconceito. Mas aparecem também, de forma inaugural, trabalhos sobre preconceito contra outras minorias, a exemplo de pessoas com deficiência, idosos, pessoas com transtornos psiquiátricos e homossexuais. Destaque aqui para o artigo “Preconceito, indivíduo e sociedade” de José Leon Crochik, que integra elementos da teoria cognitiva de Gordon Allport com outros da Teoria da Personalidade Autoritária da Escola de Frankfurt.

Entre 2000 e 2009, foram encontrados 92 registros. Nos seus títulos apenas as palavras “preconceito”, “histórias”, “racial”, “estudo”, “educação”, “Brasil”, “valores”, “discriminação” e “análise” aparecem pelo menos cinco vezes (não consideramos pronomes e preposições nessa análise). Esse dado indica a ausência de uma linha de pesquisa com análises sistemáticas sobre um dentre os vários aspectos do preconceito, trata-se de uma proliferação de focos de análise ou de grupos-alvo, a exemplo de “preconceito linguístico”, “racial” (sendo este o mais pesquisado, pois aparece em sete títulos), “deficiência”, “homossexualidade”, “identidades”, entre outros. Dentre os 92 trabalhos, 44 foram publicados na área de psicologia, sendo 38 artigos e seis dissertações/teses.

Entre 2010 e 2019 foram encontrados 224 trabalhos publicados tendo “preconceito” no título. Considerando as palavras que se repetem pelo menos 10 vezes nesses 224 títulos temos: “preconceito”, “racial”, “contra”, “sociais”, “discriminação”, “educação”, “homossexuais”, “sexual”, “Brasil”, “diversidade” e “pessoas”. Ou seja, os temas do preconceito contra homossexuais e da diversidade sexual ganham destaque equivalente ao do preconceito racial, começando a se constituir uma linha sistemática de investigação e publicação. Desses trabalhos, 83 foram publicados/realizados no âmbito da psicologia, sendo 73 artigos e 10 dissertações/teses.

Na Figura 2, podemos ver que a produção nacional até 2019 foi de 360 artigos científicos. A título de comparação, num levantamento feito por Dovidio, Hewstone, Glick e Esses (2010) somente na base de dados *PsychInfo* em língua inglesa, usando os termos “estereótipos” e “preconceito”, apenas na década de 1930, foram encontrados 29 trabalhos, valor que subiu para 1829 entre os anos 2000 e 2008. Nossos dados, ainda que de forma mais modesta, também mostram um crescimento exponencial. Da década de 1980 para a de 1990, tivemos 428% de aumento na produção científica sobre preconceito. Entre 1990 e 2009, a produção cresceu 303% e, de 2010 a 2019, o crescimento foi de 242%. Importante referir que 141 desses 360 trabalhos, ou seja, 39% da produção científica nacional sobre preconceito desde a década de 1950 nas bases de dados consultadas, foi da psicologia.

Figura 2: Número de trabalhos científicos publicados no Brasil em cujo título aparece a palavra “preconceito”, organizados por década



Em seguida, aprofundaremos as análises das causas do preconceito considerando as explicações a partir da década de 1950, quando o tema começa a ser analisado de forma mais sistemática na psicologia social. Nessa época, o problema central a ser entendido eram os processos cognitivos subjacentes aos estereótipos e preconceitos nas percepções julgamentos sociais. Vimos que o

preconceito era entendido como um tipo de patologia, de modo que se indagava se era possível não ser preconceituoso.

2.1. É NORMAL PRÉ-JULGAR?

Quando se estuda o preconceito numa perspectiva psicossocial, considera-se igualmente relevantes as contribuições da psicologia e as das ciências sociais. Nessa seara, é incontornável a leitura do livro clássico “A Natureza do Preconceito”, escrito por Gordon Allport em 1954. O segundo capítulo desse livro trata da normalidade do prejulgamento ou da preconcepção, que são as bases semânticas do nosso objeto - o preconceito. O texto se inicia com uma pergunta: “Por que os seres humanos escorregam tão facilmente no preconceito”? A resposta de Allport é a de que isso acontece em função de dois dos componentes essenciais do preconceito: a hostilidade e a generalização falha ou errônea, mecanismos naturais e inevitáveis do pensamento ou cognição humana, que estariam na base do preconceito.

A abordagem de Allport é focada em aspectos estritamente cognitivos. Nesse sentido, ele desenvolve seu argumento afirmando que a origem do preconceito é a necessidade humana de pertencer e se relacionar com grupos, separando o seu grupo do grupo dos outros. Esta separação faz com que o grau de diferença entre os grupos seja exagerado; além de muitas vezes levar a conflitos de interesses, sejam interesses reais ou imaginários^{IX}, os quais a psicologia das relações intergrupais mais tarde chamaria de conflitos simbólicos em oposição aos conflitos por recursos materiais (TORRES & CAMINO, 2013).

Essa lógica “normal” de funcionamento cognitivo nos levaria a construir categoriais para processar ou lidar com a informação social. Nas categorizações, enquadrámos elementos ou agregados muitas vezes distintos e díspares em um mesmo “rótulo” de pertencimento (ver Caixa 4).

CAIXA 4 **Categorização Social**

É o processo através do qual se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito as ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo (TAJFEL, 1981, pp. 289-90).

A categorização tem cinco funções principais: 1) formar classes ou conjuntos amplos que guiam nossas interações cotidianas; 2) assimilar num mesmo

rótulo muitos caracteres distintos; 3) reconhecer ou identificar rapidamente um dos seus membros ou elementos; 4) saturar ou contaminar tudo que contém o mesmo “sabor” emocional e ideativo; e 5) funcionar de forma racional ou não (ALLPORT, 1954/1979).

Imagine que você está andando numa rua e vem na sua direção um cão que, ao longe, parece um Pitbull. Você provavelmente acessará sua categoria mental “cães perigosos” e isso orientará suas emoções, pensamentos e comportamentos nos momentos seguintes. O cão se aproxima e você percebe que ele tem feições de um São Bernardo, sendo muito diferente dos Pitbulls que já viu; mas você ainda pensa “deve ser um pitbull misturado” e continua precavido. Neste momento, o cão lhe olha de um modo que você supõe furioso e você pensa “olhar de pitbull, acertei!”. Basta isso, então, para que o pobre e inofensivo São Bernardo passe a ter o mesmo “sabor” e “cheiro” de um Pitbull. Todas essas quatro fases podem ter acontecido sob o seu controle consciente, de forma racional e deliberada, ou podem ter sido ativadas automaticamente, de forma que você nem percebeu quando mudava de calçada e quando se encolheu enquanto cruzava com o cão.

A proposta de Allport, e de outros que estudam os processos de categorização (e.g., ROTHBART & TAYLOR, 1992), é que essas fases e processos na categorização de objetos naturais são idênticos aos que usamos na categorização de pessoas e grupos humanos, ou seja, objetos sociais (categorização social).

O princípio é o de que nossa mente tende a categorizar os eventos de uma forma grosseira compatível com nossas necessidades imediatistas de ação (ALLPORT, 1979). A essa lógica avara de tratamento da informação se agregaria a tendência à confirmação das expectativas, o que manteria o processo quase imune à realidade. Ou seja, uma vez classificada uma pessoa dentro de um grupo e acessado o estereótipo desse grupo, seria difícil que o comportamento dessa pessoa alterasse esse estado de coisas, pois, cognitivamente, agiríamos, segundo Allport, pela lógica autoconfirmatória do menor esforço.

Importante lembrar que os processos de categorização social não são atividades meramente cognitivas de classificação e organização do mundo em “caixinhas” nas nossas mentes. Tratam-se de ações políticas, marcadas por lutas simbólicas de poder sobre que sentidos e significados dominarão a consciência social acerca de um fenômeno. Como refere Bourdieu (1985), o conhecimento sobre o mundo social e as categorias que o tornam possível são apostas numa luta política, cujo objetivo é conservar ou transformar o “nome social”, para assim conservar ou transformar as relações entre as categoriais.

Pense, por exemplo, no que aconteceu com o nosso país vizinho, a Bolívia, em 2019, quando o presidente Evo Morales renunciou. Como você classificaria o acontecimento: “Golpe de Estado contra a Ordem Democrática” ou “Restauração Constitucional da Ordem Democrática pelos Militares”? Se você é de Direita na política, provavelmente fará uma categorização diferente da de alguém de Esquerda. Os dois certamente construirão emoções, crenças e reações diferentes do fenômeno, motivados pela categorização: “Não é por acaso que o verbo *katagoresthai*, do qual derivam os termos “categorias” e “*catagoremas*”, significa acusar publicamente.” (BOURDIEU, 1985, p. 729)^x.

O processo mais simplista de categorização leva Allport, citando Spinoza, a propor duas noções para explicar, por um lado, porque podemos amar nosso grupo de forma cega, cheia de preconceções sobre suas virtudes e, por outro lado, porque podemos odiar o grupo do outro também de forma cega, percebendo somente seus defeitos e ignorando suas virtudes. Trata-se, no primeiro caso, do “*love-prejudice*” e, no segundo, de “*hate-prejudice*”.

A nossa cultura muitas vezes nos ensina que o amor incondicional ao meu grupo: à minha família, ao meu país, à minha orientação sexual, deve implicar o ódio, o medo ressentido ou o sentimento de ameaça em relação ao outro ou a outra forma de ser. Trata-se de uma lógica binária, na qual a construção de uma identidade positiva passa pela desconstrução e mesmo destruição de outras identificações possíveis. A “masculinidade tóxica” ou masculinidade hegemônica é um bom exemplo de como para amar o que sou preciso odiar o que o outro é (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013). Mas será isso inevitável? Será que a categorização social e a identificação com um grupo implicarão sempre no ódio ao diferente?

O próprio Allport tenta responder a esse dilema, afirmando que primeiro aprendemos o amor, os laços iniciais de apego à família são todos de amor; somente depois aprendemos a odiar. Trata-se de uma questão fundamental, pois por trás dela está outra que nos interessa mais ainda: serão os preconceitos inevitáveis?

2.2. O AMOR AO MEU GRUPO E O ÓDIO AO DO OUTRO

Podemos dizer que a reflexão sobre a relação entre amor pelo próprio grupo e ódio pelos outros começa nas ciências sociais com William Graham Sumner (1840-1910). Em 1906, Sumner publica o livro *Folkways*, no qual tenta explicar costumes e tradições populares que exercem sobre o indivíduo uma coerção para se conformar a eles. Ele introduz a noção do *etnocentrismo* como

fato explicativo. O etnocentrismo é definido como uma visão que implica uma cisão do mundo, na qual o grupo de pertencimento é o centro de tudo, e todos os outros são dimensionados e classificados com referência a ele. Nas palavras de Sumner (1906, pp.15, 18):

Cada grupo nutre seu próprio orgulho e vaidade, se vangloria de sua superioridade, exalta suas próprias divindades e olha com desprezo para quem está de fora. Cada grupo pensa que seus próprios caminhos são os únicos certos, e ao perceber que outros grupos têm outros caminhos, isso excita seu desprezo. Opróbrios são derivados dessas diferenças (p. 15).^{XI}

Todavia, meio século depois de Sumner, Allport (1954) defende que é possível amar o próprio grupo sem odiar o grupo do outro. Dois capítulos de “A natureza do preconceito” são dedicados a essa questão, o capítulo 3, que trata da formação de endogrupos (meu grupo) e o capítulo 4, que se intitula “Rejeição de exogrupos” (grupo do outro). No capítulo 3, Allport começa a discussão enfocando a importância do sentimento de “familiaridade” para a construção da lealdade e do amor aos grupos aos quais pertencemos.

Destaca que, na história da humanidade, a presença de um inimigo comum externo sempre aumentou a coesão e a fidelidade entre os membros de um grupo. No entanto, continua o autor, nenhum pertencimento endogrupal é fixo, os laços variam de cultura para cultura, de época para época e mudam mesmo dentro de uma mesma cultura, pois são diferentes de indivíduo para indivíduo. Um menino de uma determinada família pode definir a sua masculinidade por oposição ao “ser menina”, ou seja, de forma conflitiva. Na mesma família, outro menino pode definir sua masculinidade (“endogrupismo”) de modo não conflitivo.

O nosso senso de pertencimento é subjetivo e depende da representação mental e social que temos do que são nossos grupos, considerando quem são os membros exemplares e qual o protótipo do grupo (ver Caixa 5). Depende também de como as fronteiras do grupo são traçadas, se com linhas sólidas, que definem claramente os de dentro e os de fora, ou com linhas tracejadas, demarcando limites híbridos e permeáveis.

CAIXA 5

Protótipos e Exemplares

A psicologia cognitiva nos ensina que no processamento categorizamos os objetos em função de suas características e/ou da nossa motivação. Nesse processo, podemos recorrer à categorização em função de exemplares e de protótipos. No caso do protótipo o conhecimento sobre a categoria é armazenado em termos de atributos que sejam a “melhor” instância representativa de uma categoria. Por exemplo, a representação mental da categoria GATOS coincide com um gato prototípico: animal peludo, de quatro patas, e garras retráteis, que miam e ronronam. Já na informação do tipo exemplar, a categoria é representada como um conjunto de exemplos específicos armazenados na memória. Neste caso, a representação mental do conceito GATO é o conjunto de representações dos gatos que encontramos durante nossa vida, por exemplo o Frajola (FRIXIONE & LIETO, 2013).

Um terceiro plano importante de análise, para entender a origem do preconceito, tem a ver com o campo relacional dos grupos. Nesse plano, deve-se considerar que outros grupos são referência para a construção identitária do nosso grupo e que grupos são oposição para tal. A esse respeito, é importante ter em conta o campo das relações de poder e a consequente noção de grupo majoritário e minoritário (ver Caixa 6). Nesse sentido, Allport apresenta a tese de que são as normas dos endogrupos que definem o tipo de “*belonginess*” (pertencimento) que seus membros adotarão, se mais excludente e preconceituoso, ou mais inclusivo e não preconceituoso:

Por causa de sua importância básica para a nossa sobrevivência e autoestima nós tendemos a desenvolver partidarismo e etnocentrismo em relação aos endogrupos. (...) Assim, ainda que uma certa predileção pelos membros do próprio grupo possa ser inevitável, o sentimento pelos membros de outros grupos pode variar muito. Num extremo, eles podem ser vistos como inimigo comum a ser vencido para proteger o endogrupo. No outro extremo, o exogrupo pode ser valorizado, tolerado e até mesmo amado por sua diversidade. (ALLPORT, 1979, p. 42)^{xii}


CAIXA 6

Maioria e minoria social

Na psicologia social esses termos não se relacionam com o tamanho numérico dos grupos, mas às suas posições de poder sociorreligiosas, sociopolíticas, socioeconômicas e sociodemográficas. Os termos maioria e minoria também se referem a condições, tratamento e status sociais positivos ou negativos. Minoria se refere a grupos negativamente denotados (estigmatizados, segregados, oprimidos e marginalizados). Enquanto a maioria denota grupos de status com valor positivo (ver SEYRANIAN, ATUEL, & CRANO, 2008).

Numa direção diferente de Allport e alinhada à de Sumner, Henri Tajfel (1981) (ver Caixa 7) formula sua Teoria da Identidade Social (TIS), a qual também traz uma explicação para o preconceito. A questão proposta por Tajfel era a de entender como é possível o genocídio. Seus estudos começam em 1968, na Inglaterra. O pressuposto básico da TIS é o de que o preconceito, que muitas vezes conduz e legitima os genocídios, é um processo racional, que se inicia num simples ato, a categorização de pessoas diferentes em diferentes grupos (BILLIG, 1992). As evidências de pesquisa decorrem de um paradigma conhecido na psicologia social como “Paradigma dos Grupos Mínimos”.

CAIXA 7
Henri Tajfel (1919-1982)



Psicólogo social polonês, conhecido por seu trabalho pioneiro sobre os aspectos cognitivos da teoria do preconceito e da identidade social, além de ser um dos fundadores da Associação Europeia de Psicologia Social Experimental.

Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Henri_Tajfel

Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971), em dois experimentos, pediam que 48 rapazes com idades entre 15 a 16 anos indicassem suas preferências estéticas escolhendo pinturas apresentadas em 12 slides coloridos. As pinturas eram de dois pintores abstratos (Klee e Kandinsky). Com base nessas preferências, os jovens eram divididos em dois grupos: o grupo dos que preferiram a mesma pintura que eles (Grupo Klee) e o grupo que preferiu a outra pintura (Grupo Kandinsky). Em seguida, em uma série de matrizes numéricas, os rapazes deveriam dividir dinheiro entre membros dos dois grupos. Importante referir que as entrevistas eram individuais, que os participantes nunca tiveram uma interação

com os outros e que a própria divisão em grupos foi aleatória. Ou seja, eles alocavam dinheiro para outros que eram anônimos, sabendo apenas se eram do Grupo Klee ou Kandinsky. Na Figura 3, podemos ver uma das várias matrizes utilizadas no estudo de Tajfel e cols. (1971), nela, circulamos as três escolhas mais comuns dos adolescentes pesquisados. E você, qual delas escolheria, considerando ser o seu grupo o Klee?

Figura 3: Matriz utilizada no Paradigma dos Grupos Mínimos (Matriz 3, tipo B, Exp. 2)

	A						B									C
Grupo Klee	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19			
Grupo Kandinsky	1	3	5	7	9	11	13	15	17	19	21	23	25			

Em muitas variações de matrizes, Tajfel e cols. (1971) observam que 72% dos rapazes favorecem membros do seu grupo na distribuição e apenas 19% favorecem o exogrupo. Os 9% restantes foram igualitários. No segundo experimento, foram analisadas três situações: 1) MGC (Máximo Ganho Conjunto), equivalente à escolha em uma matriz que resulta no maior benefício comum possível para os dois indivíduos dos dois grupos (Letra B na Fig. 3); 2) MGE (Máximo Ganho Endogrupal) definido como a escolha em uma matriz que corresponde ao maior ganho absoluto para um membro do endogrupo (Letra C na Fig. 3); e 3) MDI (Máxima Diferença Intergrupual) definida como a escolha que resulta na maior diferença possível entre os ganhos a favor do membro do endogrupo (Letra A na Fig. 3). Os rapazes escolhem mais a alternativa representada pela letra “A” que a “B” e a “C” somadas. Ou seja, eles preferem “ganhar” apenas 7 para dar somente 1.

Tajfel (1981) formula a Teoria da Identidade Social para explicar esse fenômeno e propõe que preconceito repousa sobre quatro elementos interligados: categorização social, identidade social, comparação social e distintividade psicológica (TAJFEL & TURNER, 1979). Nessa perspectiva, só existe preconceito porque: i) dividimos o mundo social em categorias ou grupos – o nosso grupo *versus* o grupo dos outros; ii) tendemos a preferir o nosso grupo mesmo em situações sociais aparentemente neutras, como as do Paradigma dos Grupos Mínimos; iii) comparamos nosso grupo com o grupo dos outros o que afeta a nossa autoestima e iv) maximizamos as diferenças entre o nosso grupo e o grupo dos outros e minimizamos as diferenças internas aos grupos. Em linhas gerais, essa é a explicação da TIS para o preconceito e os genocídios que ele pode produzir.

É mesmo impressionante que uma preferência por quadros de pintores de mesmo estilo, que visualmente não se distinguem em nada importante, possa gerar comportamentos de discriminação contra outros que nunca vimos ou veremos. Mas será assim na vida real? Ou seja, alguma vez tratamos alguém mal por causa de uma preferência do tipo “eu gosto mais dos que gostam do verde do que dos que gostam do azul”?

Nossas vidas são marcadas, na maior parte do tempo, por conflitos que decorrem de escolhas e pertencimentos cuja relevância desapareceria no máximo em 30 segundos de análise desapassionada, contextos “mínimos” no sentido de Tajfel (1981). Todavia, como nos lembra Pierre Bourdieu (2007), os gostos e preferências distinguem classes de pessoas e posições na estrutura social; sendo a percepção de ameaça simbólica, – à cultura ou valores que estruturam esses “gostos”, que está na base da maior parte das chamadas “novas expressões de preconceito”, assunto sobre o qual falaremos mais à frente.

Você deve estar confuso, uma parte da psicologia social do preconceito diz que o amor ao próprio grupo não implica ódio ao grupo do outro, a outra diz que só sabemos amar odiando. E agora! Em quem acreditar? O que acha, considerando seus pertencimentos sociais? Digamos que você seja brasileiro, de sexo masculino, heterossexual, católico e tenha a pele branca. Você acha que sua identificação com essas categorias sociais implica em preconceito contra os não brasileiros, as mulheres, os homossexuais, os não católicos e os não brancos? Acha que quanto mais desvaloriza cada um desses pertencimentos que não são seus, mais gosta dos seus? Não responda ainda!

Marilynn Brewer, uma psicóloga social norte-americana, escreveu em 1999, um texto clássico para tentar dar conta dessa questão: “A psicologia do preconceito: amor ao meu grupo ou ódio ao grupo do outro?”. A ideia central da autora é de que o favorecimento do endogrupo é geralmente independente da desvalorização do exogrupo. Mas há condições em que um implica o outro. Segundo ela, a luta entre duas motivações evolutivas definirá a direção da relação, se de amor ou de ódio pelos membros do exogrupo. Uma seria a motivação para a *inclusão* ou *assimilação* dos outros, que geralmente surge quando estamos em situação de isolamento e precisamos da proteção ou ajuda. A outra motivação, referente à *necessidade de diferenciação* dos outros, surge em situações opostas, quando estamos imersos em coletividades amplas e amorfas, as quais nos levam a buscar uma distinção em relação aos outros. O equilíbrio entre os motivos de *diferenciação* e de *inclusão* pode ser alcançado pelo pertencimento a grupos ou categoriais sociais que possuem objetivos percebidos

como comuns ou compatíveis, num plano mais amplo (superordenado) de comparação social (BREWER, 1999).

Vamos supor que eu me identifique politicamente como sendo de “direita” e que você se identifique como sendo de “esquerda”. Mas que ambos queiramos um país mais justo, sem corrupção e mais eficiente no gasto e na qualidade dos serviços públicos. Nesse sentido ideal, é possível que a minha identificação social como “direitista” não seja construída e nem se faça derivar do ódio à sua condição identitária de “esquerdista”. Num plano imaginário de inserções sociais, haveria um círculo concêntrico que nos uniria: o do pertencimento a uma categoria social superordenada (mais ampla e inclusiva), que poderíamos chamar de “cidadão brasileiro responsável e bem-intencionado”. Nesse plano, nossas necessidades de inclusão numa categoria social, de lealdade a ela e de diferenciação em relação à outra categoria (Esquerda *versus* Direita no nosso exemplo) não implicam em conflito de interesses e em ódio ou menosprezo pelo outro diferente.

No entanto, como sabemos, há uma série de contextos em que o desfecho da relação com a diferença é menos feliz. Brewer (1999) refere cinco situações nas quais manter a identificação a um grupo ou categoria implica em hostilidade e mesmo ódio ao exogrupo: 1) superioridade moral; 2) percepção de ameaça; 3) interesses conflitantes comuns; 4) valores e níveis de comparação social comuns; e 5) políticas de poder.

Voltemos ao nosso exemplo, eu enquanto alguém identificado com a direita política, posso supor que você, “um esquerdista”, não pertence à mesma comunidade moral que eu, e, portanto, não adota os princípios éticos corretos: “você não valoriza o combate a corrupção da mesma forma que eu valorizo”. De forma que a minha suposta “superioridade moral” conduz a um tipo de escalada na qual quanto mais eu me identifico como sendo de direita, mais lhe identifico como de esquerda, mais raiva sinto de você e de todos os outros como você. Tal menosprezo se amplificará ainda mais se estivermos num contexto de ameaça, de competição por recursos ou pelo poder político. Nesse cenário, perceber que lutamos pelos mesmos objetivos, por exemplo, alcançar o poder político ou manter alguém da nossa “facção” nele, pode também ampliar o conflito e o ódio entre o meu e o seu grupo. Nessas circunstâncias, podemos dizer que o “caldo azedou” e quando o caldo azeda até açúcar vira sal.

Nesses termos, perceber que membros do outro grupo com o qual estamos em litígio partilham valores iguais aos dos nosso grupo, aumenta nossa necessidade de diferenciação, de distintividade positiva. Trata-se de algo como, “não

sou apenas diferente de você e dos outros iguais a você, sou melhor, superior!”. Finalmente, tudo isso ocorre numa arena de políticas de poder, na qual líderes ou figuras de influência manipulam informações para, polarizando mais e mais os grupos, manter e aumentar o seu poder na estrutura social.

No nosso exemplo da Esquerda vs. Direita, basta imaginar a quantidade de mensagens que algum aplicativo de redes sociais poderia nos enviar promovendo a forma de ser do nosso grupo e depreciando a do grupo do outro. Na fase final desse processo, teríamos uma sociedade irreconciliavelmente dividida, em “coxinhas” e “mortadelas”, de uma forma tão intensa e polarizada que a afirmação de uma identidade terá sempre como consequência o menosprezo da outra, a ponto de surgirem propostas de extermínio da diferença.

Todavia, a intersecção de múltiplos pertencimentos a grupos cria elevada distintividade entre os indivíduos, permitindo acesso e adoção de sistemas de crenças e valores diversos, tornando complexo e diferenciado o modo como cada um vivencia seus pertencimentos e reage à diferença (BREWER, 1999).

O fato concreto é que, como nos ensina a Teoria da Identidade Social de Tajfel (1981), independentemente das diferenças individuais, haverá por parte da sociedade uma pressão para a minimização das diferenças internas às categorias ou grupos e para a ampliação das diferenças entre eles, tornando difícil a vida social para todos, com ofensas generalizadoras e outras agressões de ambos os lados. Isso cria um contexto de relações no qual o simples fato de o outro existir já é sentido como ameaça.

Vamos agora tentar aprofundar um pouco mais o efeito da percepção e ameaça nos preconceitos.

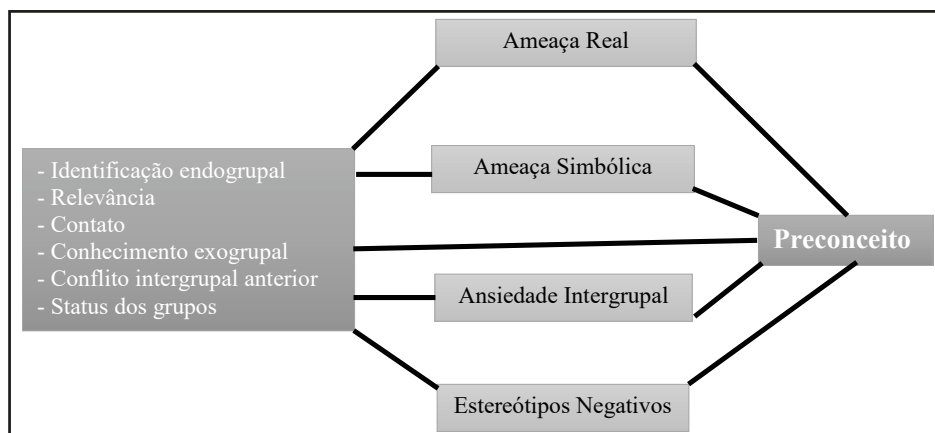
2.3. A PERCEPÇÃO DE AMEAÇA E AS EXPRESSÕES DE PRECONCEITO

Imagine que você está fazendo pós-graduação numa universidade pública do Brasil. Você é branco e tem um colega negro, você é progressista do ponto de vista político e ele conservador, ambos possuem bolsa de pós-graduação: ele é cotista racial e você não. No intervalo de uma aula vocês iniciam uma discussão acalorada sobre a “Escola sem partido”. Ele defende o fim das ideologias no ensino e você acha que isso ameaçaria o pensamento crítico dos alunos. Vocês se aferram às suas posições e a discussão começa a ganhar ares de conflito intergrupual, no qual o modo de pensar do colega (conservador) ameaça o seu (progressista). Enquanto vocês discutem o Governo Federal resolve cortar novamente 5 mil bolsas de Mestrado. Vocês recebem pelo celular uma mensagem da

coordenação do Programa informando que com o corte talvez apenas as bolsas dos cotistas sejam mantidas. Antes da mensagem chegar podemos dizer que a discussão entre vocês se dava numa arena das percepções de ameaças simbólicas, às formas de pensar. Depois da mensagem, a discussão, e mais importante, a percepção do outro, pode adentrar o campo das percepções de ameaças reais/materiais, inclusive “balançando” sua posição mais “progressista”.

Na psicologia social, a teoria que procura explicar o efeito dessas percepções de ameaça no preconceito é a Teoria Integrada da Ameaça (*Integrated Threat Theory*) proposta por Stephan e Stephan (2000). A ideia central dessa teoria é a de que os membros das minorias sociais vivem sempre em um tipo de “cerco” na sociedade, sitiados em contextos de relações intergrupais que desencadeiam quatro tipos de percepções/sentimentos: a ameaça real, a ameaça simbólica, a ansiedade intergrupais e os estereótipos negativos (ver Figura 4).

Figura 4: Modelo da Teoria Integrada da Ameaça



(Extraído de STEPHAN & STEPHAN, 2000, p. 37)

A ameaça real decorre das teorias do conflito realístico que veremos mais à frente, nela, predominam as preocupações com danos físicos, segurança ou perda de recursos materiais, como perder uma bolsa de Mestrado, ou o emprego. As formas mais abertas de preconceito se expressam muitas vezes motivadas por essa modalidade de ameaça. No caso do sexismo, por exemplo, quando as mulheres começam a ocupar espaços antes exclusivamente masculinos, podem surgir ou ressurgir formas mais tradicionais e abertas de preconceito, o chamado “sexismo hostil” (GLICK & FISKE, 1996). Da mesma forma, quando considera que os imigrantes ameaçam os empregos e a

segurança dos “nativos”, o preconceito flagrante se manifesta (PETTIGREW & MEERTENS, 1995).

A ameaça simbólica se refere à preocupação com a integridade ou validade do sistema de significados e valores. Ou seja, decorre da percepção de que o outro pode invalidar ou “contaminar” as visões de mundo do meu grupo, da minha cultura (STEPHAN & STEPHAN, 2000). Essa percepção estrutura aquilo que a literatura psicossocial chama de “novas formas” de preconceito (ver LIMA & VALA 2004b). Estas novas expressões recebem diversos nomes e diferem em função das peculiaridades dos seus contextos de manifestação e das minorias alvo do preconceito. No caso do preconceito racial, temos o chamado racismo “Simbólico” ou o “Moderno” que se caracteriza pela crença de que os negros violam os valores tradicionais do individualismo e da meritocracia (KINDER & SEARS, 1981). Ou seja, os negros seriam vistos como não sendo autodisciplinados e não se esforçando o suficiente. Já a teoria do preconceito “sutil” propõe que as atitudes contra certas minorias culturais decorrem da defesa dos valores tradicionais, baseando-se na percepção de que eles são muito diferentes dos membros do meu grupo e ameaçam a centralidade e até a universalidade dos nossos valores (PETTIGREW & MEERTENS, 1995). Em relação ao sexismo, a ameaça simbólica estrutura a expressão chamada de “benevolente”. O sexista benevolente é aquele que percebe a mulher como um complemento ao homem, a “cara-metade”, supondo que ela necessita da proteção masculina por ser frágil e dependente (GLICK & FISKE, 1996; CONNOR, GLICK, & FISKE, 2018). Em relação à homofobia, a ameaça simbólica se estrutura no “Heterossexismo”, definido como um sistema de diferenciação cultural, que exclui as identidades, comportamentos, relações e comunidades não heterossexuais (HEREK, 2008). A homofobia derivaria da percepção de que os homossexuais manifestam preferências ou orientações que ameaçam os valores da cultura heterossexista.

A ansiedade intergrupala, terceiro tipo de ameaça destacada na teoria, se refere ao estado de desconforto emocional que as interações intergrupais geram. Emoções como o medo de ser rejeitado ou o embaraço de se mostrar preconceituoso. A ansiedade presente nesses encontros ajudaria a alimentar o preconceito. Em relação aos encontros com membros de outros “grupos raciais”, merece destaque a teoria do racismo aversivo, que propõe que haveria um conflito entre crenças associadas a valores igualitários com emoções de desconforto, nervosismo, ansiedade e algumas vezes medo nos encontros entre brancos e negros (DOVIDIO & GAERTNER, 1998). Também se pode pensar o preconceito contra outras minorias com base na noção de ansiedade. Boa parte

das atitudes homofóbicas decorrem da crença de que os gays são sexualmente descontrolados. Numa pesquisa sobre o modo como evangélicos conservadores do Brasil veem os LGBTs, encontra-se a seguinte imagem: “Este sujeito ameaçador encarna distintos personagens: ele seria pedófilo, agressivo, amoral, descontrolado, sujo, contaminador/propagador de doenças, abusador sexual, possuído por demônios, instrumento do Enganador (satã)” (NATIVIDADE & DE OLIVEIRA, 2009, p. 154). Outros estudos encontram associações da homofobia com o nojo (TAPIAS, GLASE, KELTNER, VASQUEZ, & WICKENS, 2007). O preconceito contra as pessoas em sofrimento psíquico, os “loucos”, também é, em larga medida, estruturado pela ansiedade intergrupala; a percepção de que eles são incontroláveis, imprevisíveis e agressivos estrutura as atitudes negativas e de isolamento por parte da maioria dita “normal” (MACIEL, VIEIRA, SOUSA, LIMA, & RIBEIRO, 2019).

Os estereótipos muitas vezes geram expectativas negativas em relação ao comportamento dos membros dos grupos minoritários. Os estereótipos negativos são, portanto, a quarta ameaça proposta no modelo de Stephan e Stephan (2000). Em relação ao preconceito de gênero, ocorre uma diferenciação nos estereótipos de homens e mulheres, sendo os homens mais descritos em termos de características positivas de instrumentalidade para a realização de tarefas (e.g., independentes, assertivos, autossuficientes etc.) que as mulheres (FISKE, CUDDY, & GLICK, 2002). O mesmo padrão de estereotipia acontece contra outras minorias quando contrastadas com a maioria, a exemplo de pessoas com deficiência (FISKE et al., 2002), idosos (DE PAULA COUTO & KOLLER, 2012) e nordestinos (TECHIO, 2011). No caso do preconceito racial, uma das teorias mais importantes, a do racismo ambivalente, propõe que essa ambivalência estrutura dois tipos de atitudes, as atitudes pró e anti-Negros. As atitudes anti se baseiam em traços negativos dos estereótipos dos negros, tais como: “falta de disciplina”, “desorganização”, “preguiça”, “superstição” (KATZ & HASS, 1988). Em relação ao preconceito contra idosos, Vieira e Lima (2015) encontram que os estereótipos mais aplicados a eles foram negativos: “inúteis”, “incapazes” e “estorvo”.

Na atualidade, vivemos, e cada vez mais intensamente, num mundo polarizado, dividido em múltiplos pertencimentos. Podemos pertencer a uma religião, pertencemos a uma nacionalidade, professamos uma ideologia política, preferimos uma orientação sexual, pertencemos a uma etnia, e assim segue. Quase todas essas posições de sujeito estão permeadas por conflitos, gerando sensações ou percepções de ameaça, real ou simbólica, ansiedades e imagens que azedam

as relações. Nesse sentido, o modelo proposto por Stephan e Stephan (2000) é poderoso ao demonstrar a importância da percepção de ameaça na explicação de várias formas de expressão do preconceito, desde as mais sutis ou disfarçadas, às mais abertas ou flagrantes (ver PEREIRA, VALA, & LEYENS, 2009). Todavia, há limitações importantes no modelo que precisamos destacar.

A maior parte das atuais “novas expressões” de preconceito refletem um fenômeno denominado de assimetria positivo/negativo (MUMMENDEY, 1995). Vários estudos verificam esse fenômeno, definido como uma menor atribuição de traços estereotípicos positivos às minorias sociais quando comparadas às maiorias, acompanhada da não diferenciação na atribuição de traços negativos (e.g., GAERTNER & MCLAUGHLIN, 1983; PETTIGREW & MEERTENS, 1995). É como se a norma social antipreconceito conduzisse a expressões mais “sutis”: “Eles não são piores que nós, mas nós somos melhores que eles” (VALA, BRITO, & LOPES, 1999).

Estando a estereotipia negativa em certo desuso nas novas expressões de preconceito, passa a ser muito importante analisar como o conteúdo dos estereótipos interfere no preconceito. Esse é outro elemento fundamental negligenciado no Modelo da Ameaça Integrada.

Alguns estudos demonstram que, em termos de conteúdo, são atribuídos mais traços estereotípicos de “cultura positiva” (e.g., solidários, leais) para descrever os brancos ou os não ciganos e mais caracteres de “natureza positiva” (e.g., alegres, intuitivos) para descrever negros e ciganos (LIMA & VALA, 2004c; MOSCOVICI & PEREZ, 1999). Resultados que configuram um tipo de desumanização das minorias. Outros estudos verificam que o sexismo pode se estruturar por uma maior atribuição às mulheres que aos homens de estereótipos referentes à competência emocional (e.g., sensíveis, prestativas, afetivas etc.) (FISKE, CUDDY, & GLICK, 2002). Resultados semelhantes são encontrados nas descrições de pessoas com deficiência (FISKE et al., 2002), de idosos (DE PAULA COUTO & KOLLER, 2012) e de nordestinos (TECHIO, 2011).

Finalmente, na dimensão de ansiedade intergrupar do modelo de Stephan e Stephan (2000), falta acrescentar que muitas vezes a infra-humanização do outro minoritário pode ser feita não somente através das emoções negativas, mas também através de emoções positivas e pela negação da capacidade de expressar sentimentos ou emoções secundárias, aquelas que são cognitivamente mais complexas. Assim, não apenas ansiedade, raiva e medo estão na origem dos preconceitos. Evidências demonstram que emoções positivas como a pena se relacionam ao preconceito contra idosos e pessoas com deficiência (FISKE et al.,

2002), e com a homofobia que associa gays a Aids (COTTRELL & NEUBERG, 2005). Por outro lado, no campo das percepções do outro, eles (minorias) ameaçam não somente porque despertam medo e ansiedade, mas porque são menos capazes de sentir, por exemplo, compaixão e empatia (LEYENS et al., 2000; LEYENS et al., 2001).

Não obstante os limites apontados, a Teoria Integrada da Ameaça é um modelo explicativo muito importante, pois enfatiza um elemento fundamental na produção do preconceito: a ameaça. A ameaça altera as formas de expressão do preconceito, quando ela está ausente, ele pode se manter mais “calado”, “sutil” e “frio”, quando ela surge, o “monstro” acorda e urra. Em contextos de conflito nas relações intergrupo, de luta por recursos escassos, a ameaça real produz um tipo de preconceito que, por ser mais abertamente violento, merece um destaque mais aprofundado.

2.3.1. Competição por recursos materiais, ameaça e preconceito

Quando os recursos materiais são limitados, haverá competição por eles, alimentando a exploração de um grupo sobre outro, e o preconceito. Há sólida evidência de que os níveis de preconceito aumentam quando ocorrem crises que produzem escasseamento de empregos e outros recursos materiais (ver ARONSON, 1999; BOBO, 1988 para revisões). Agora mesmo, enquanto escrevo esse texto, estamos vivendo a pandemia do Coronavírus, que aumentou significativamente a xenofobia contra os chineses.

Na primeira metade do século XX, a psicologia formulou e testou uma hipótese que vinculava conflito intergrupos e recessão econômica. Esta hipótese, que ficou conhecida como Frustração-Agressão, foi proposta por Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears (1939), sendo empiricamente testada por Hovland e Sears em 1940. Os autores propõem que as frustrações decorrentes das crises econômicas produzem impulsos agressivos que serão direcionados a alvos vulneráveis, tais como minorias sociais. Trata-se aqui da tese do “bode expiatório”, aquele que será imolado em nome das nossas culpas, como ilustrado de forma caricata na Figura 5.

Analisando a relação entre a crise econômica no Sul dos Estados Unidos e a frequência de linchamentos de cidadãos negros, Hovland e Sears (1940) concluíram que havia forte associação estatística entre a queda dos preços do algodão e o aumento dos linchamentos. Muitas críticas foram feitas aos dados e análises desses autores, e mais recentemente algumas reanálises foram conduzidas. Essas novas análises verificam que existe sim uma relação entre depressão econômica

e violência contra minorias étnicas, mas ela é mais fraca que a verificada no estudo original (ver GREEN, GLASER, & RICH, 1998).

Figura 5: A frustração-agressão e o “bode expiatório”



(Retirada de https://ensinarhistoriajoelza.com.br/belmonte-o-caricaturista-que-irritou-goebbels/guerra_hitler_-bode-expiatorio26-12-42/)

Provavelmente, a mais famosa evidência dos efeitos da luta por recursos no conflito intergrupos e no preconceito que dele resulta advém dos estudos conhecidos como “A Experiência da Caverna dos Ladrões”, conduzidos por Muzafer Sherif (ver Caixa 8) na década de 1950, na colônia de férias Robbers Cave, em Oklahoma. Os participantes da experiência foram 24 meninos de 12 anos de idade, pertencentes a famílias protestantes de classe média dos EUA. O estudo foi realizado em três fases. Na fase 1, foram criados os grupos com estrutura hierárquica e conjunto de normas, através da introdução de metas de desempenho e problemas que fizessem os meninos trabalharem conjuntamente para resolver. Na fase 2, os dois grupos formados, as “Águias” (*Eagles*) e os “Cascáveis” (*Rattlers*), foram expostos a situações de competição por determinados objetivos em condições que implicavam frustração e tensão entre eles. Na fase 3, foram introduzidos objetivos supraordenados, aqueles que, para serem alcançados, demandavam a cooperação dos dois grupos.

CAIXA 8
Muzafer Sherif (1906-1988)



Psicólogo social turco que ajudou a desenvolver a teoria do julgamento social e a teoria realista dos conflitos. Considerado um dos fundadores da moderna psicologia social, pois desenvolveu várias técnicas para entender os processos sociais em grupo, particularmente as normas sociais e os conflitos sociais.

Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Muzafer_Sherif

Na fase 2, Sherif e colaboradores verificaram que as crianças do grupo das “Águias” escolheram membros do seu grupo em 92,5% das vezes para interações afetivamente próximas; enquanto os “Cascáveis” escolheram outros “Cascáveis” em 93,6%. Também no nível dos estereótipos, os autores observaram uma atribuição de traços completamente favoráveis ao endogrupo e a atribuição de traços desfavoráveis ao exogrupo. Além disso, vários comportamentos expressos em *slogans* depreciativos e invasões de barracas demonstraram a hostilidade intergrupal:

Atitudes claramente negativas e distância social em relação ao grupo externo foram expressas pelos dois grupos. Esses atritos entre grupos também se manifestaram naquele momento por meio de julgamentos de desempenho e expressões de estereótipo.”^{xiii} (SHERIF, HARVEY, WHITE, HOOD, & SHERIF, 1954/1961, p. 112).

2.4. FATORES INDIVIDUAIS NO PRECONCEITO: “CADA CABEÇA UMA SENTENÇA!”

Durante a leitura desse texto, enquanto tentávamos explicar o porquê de as pessoas expressarem preconceito, provavelmente você pensou ou pelo menos pensou em pensar algo como: “eu agiria diferente!”. Os autores deste livro e toda a psicologia social acreditam piamente em você, tanto que foram formuladas várias explicações para o preconceito num plano mais individual, para demonstrar que existem grandes diferenças entre as pessoas nesse domínio.

Até então, vimos várias explicações para a existência dos preconceitos, a maior parte delas focada nos contextos de relações, nas ameaças percebidas e nas imagens construídas sobre os grupos. No entanto, sabemos que as pessoas são diferentes, e que, mesmo em contextos muito similares de socialização, haverá formas de pensar e reagir bastante distintas. Isso aponta para a importância dos fatores mais individuais ou de personalidade nas explicações para o preconceito. Destacaremos duas das mais importantes explicações para o preconceito em termos da personalidade: a Teoria da Personalidade Autoritária e a Teoria da Dominância Social. Seguiremos, nesta parte do texto, o capítulo de Lima (2013), no qual o leitor interessado poderá ter acesso a informações mais aprofundadas incluindo as críticas e limites de cada explicação.

O preconceito é a expressão de uma necessidade interna gerada por uma personalidade patológica formatada na primeira infância. Essa é a ideia central da Teoria da Personalidade Autoritária (TPA) formulada na Escola de Frankfurt nos anos 50 do século passado. A TPA surgiu no cenário pós Segunda Guerra e procurava entender porque tantos aderiram aos apelos do nazifascismo. Essa teoria propõe que somente indivíduos com disfunções ou distúrbios de personalidade poderiam tolerar ou participar das atrocidades do nazismo, mas que esses “distúrbios de personalidade” eram socialmente produzidos e “normalizados” em larga escala nas famílias alemãs.

Theodor Adorno e colaboradores, os pais da TPA, fizeram uma pesquisa com mais de 2000 pessoas de diferentes segmentos sociais nos Estados Unidos, o questionário era composto por medidas de antissemitismo, autoritarismo e racismo. Numa segunda fase do estudo, os 150 participantes com escores extremos nas escalas, isto é, os mais e os menos preconceituosos, foram chamados para “entrevistas psicanalíticas”. Nessa fase, se verificou que nas narrativas dos mais autoritários eram recorrentes as experiências infantis de socialização com pais severos, que, entretanto, eram admirados de forma excessiva e não crítica. Havia nas falas um sentimento ambivalente de ter sido vítima de uma tirania junto com o de idealização da figura paterna. Essas experiências infantis de socialização criariam um “estilo cognitivo” que a pessoa carregaria na sua vida adulta. Tal estilo seria alimentado pelo mecanismo psicológico da repressão de todos os desejos que pudessem gerar vergonha e culpa. Para descarregar esses afetos “vergonhosos”, o indivíduo com personalidade autoritária escolheria “bodes expiatórios”, construindo via projeção (outro mecanismo psicanalítico) uma imagem de que os outros são pecadores, descontrolados sexualmente, perversos, ou seja, culpados das próprias culpas que corroíam a personalidade doentia do autoritário.

Esse quadro clínico da TPA recebeu pinceladas finais de Erich Fromm, no livro “O medo da liberdade”. Fromm afirma que tal personalidade, por ser incapaz de estabelecer autênticas relações íntimas, se vincula ao mundo de forma artificial, construindo figuras míticas e heroicas, objetos de cultos e figurações (fantasias) de inimigos ou traidores (BILLIG, 1984). Tais características seriam impressas na criança desde o início da infância, constituindo a “personalidade autoritária”, de forma que, quando adulta, seria suscetível a aceitar os apelos do preconceito e do fascismo (ADORNO, FRENKEL-BRUNSWIK, LEVINSON, & SANFORD, 1950).

Friedrich Nietzsche (1844-1900), filósofo alemão, também nos ajuda a entender a origem dos preconceitos. Ele afirmava que a vontade de poder é um impulso fundamental e não racional da vida humana: “A vida, como caso particular, aspira ao máximo sentimento de potência possível. Aspirar a outra coisa não é senão aspirar à potência.” (ABBAGNANO, 2007, p. 1009). Essa vontade de poder pode se constituir como um princípio de dominação do outro que está na base do preconceito. Surge, então, uma teoria com esses postulados, a Teoria da Dominância Social (TDS). Ela afirma que temos uma motivação básica para dominar os outros, a qual estrutura hierarquias e se opõe à igualdade. A orientação para a dominação leva “ao desejo do indivíduo de que seu grupo domine o outro grupo e que dentro do seu grupo ele ou ela domine os outros membros” (SIDANIUS, PRATTO, & BOBO, 1996, p. 1000)^{XIV}.

A TDS propõe a existência de três grandes sistemas de hierarquias de grupos humanos. O primeiro sistema é da *idade*. Na maior parte das culturas, aqueles considerados “adultos” desfrutam de mais poder social, político e econômico que os considerados “juvenis”. O segundo sistema de hierarquia grupal é o do *patriarcado*. Na maior parte das sociedades, os homens têm mais poder que as mulheres, embora isso varie de cultura para cultura e de época para época. Finalmente, a terceira dimensão de hierarquia grupal é chamada “*arbitrária*”, ela emerge no quadro de relações de poder mais contextuais e históricas, presentes em relações como heterossexuais vs. homossexuais, brancos vs. negros, dentre outras (SIDANIUS, COTTERILL, SHEEHY-SKEFFINGTON, KTEILY, & CARVACHO, 2018). Essa explicação se associa à teoria do “senso de posição grupal” de Herbert Blumer, que descrevemos no início deste texto. A teoria de Blumer, ainda que se situe num plano mais grupal, também refere que sentimentos de superioridade alimentam o preconceito.

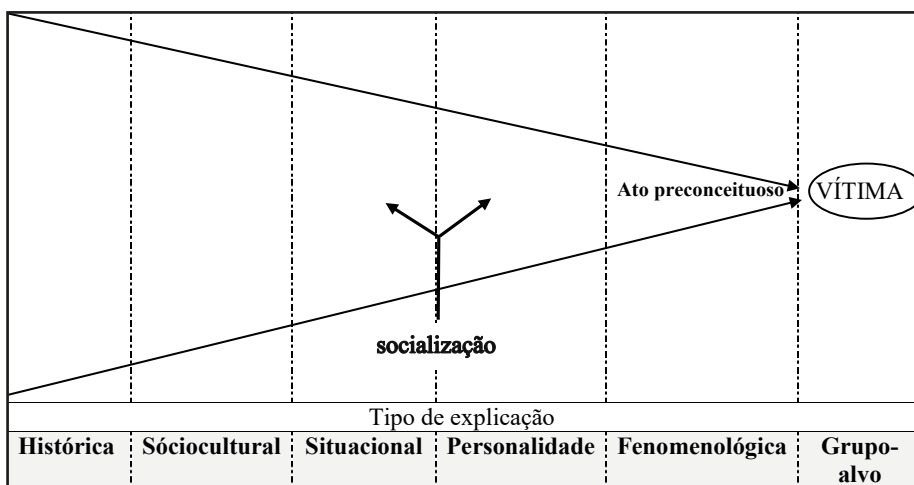
2.5. SÍNTESE DAS EXPLICAÇÕES DO PRECONCEITO

Ao longo deste capítulo, temos visto que o preconceito é um fenômeno complexo, de múltiplas facetas e causas, que simultaneamente reflete:

- Características dos indivíduos, desde as mais psicológicas e emocionais, até as mais sociais;
- Tipos de grupos envolvidos;
- Contextos e interesses nas relações entre eles;
- Tempos históricos e culturas que enquadram as relações.

Tendo isso em mente, Gordon Allport propôs a imagem de um telescópio como forma de explicar as causas do preconceito. De acordo com esse modelo, o preconceito pode ser entendido desde os seus determinantes históricos, decorrentes da relação entre os grupos; até os seus determinantes individuais ou de percepção de características nos indivíduos que impliquem na sua desvalorização; passando pela socialização, aprendizado e difusão das atitudes preconceituosas; para, finalmente, desembocar na “escolha” do tipo de vítima do preconceito, o que produzirá diferenças nas causas e formas de expressão do fenômeno (ver Figura 6).

Figura 6: Modelo do telescópio sobre os níveis de explicação do preconceito



(Extraído de ALLPORT, 1979, p. 207)

Analisando o Modelo de Allport, vemos que a perspectiva histórica é fundamental para entender as causas e formas de expressão do preconceito. Por exemplo, quando abordamos o preconceito racial no Brasil, é impossível entender o fenômeno sem considerar os impactos da escravidão e do mito da democracia racial. Da mesma forma, o surgimento de figuras como a de Hitler no século XX e o avanço do populismo autoritário na segunda década do século XXI são outros eventos históricos que criam um pano de fundo para o preconceito, afetando a escolha das vítimas e suas formas de expressão.

As explicações para o preconceito devem também levar em conta os aspectos socioculturais que envolvem as relações sociais. Quais são os valores centrais da nossa cultura? Qual a relação deles com o menosprezo pela diferença? Estudos mostram que há padrões diferentes de atitudes em sociedades mais individualistas em relação a outras mais coletivistas (TRIANDIS, 1989). É a imposição de modelos culturais, que definem espaços para os grupos, que determina o conteúdo dos estereótipos e dos preconceitos que eles instilam. Um dos traços mais centrais no estereótipo dos ciganos é o de que eles não são honestos; em relação às mulheres, é de que elas são frágeis; em relação aos negros, é de que são fisicamente fortes e, em relação aos homossexuais, é o de que são promíscuos. Os ciganos são vistos como desonestos porque ameaçam o modelo cultural hegemônico da ética do trabalho. As mulheres são vistas como frágeis porque devem se manter no espaço doméstico cuidando para que o homem ocupe os espaços da “rua”. Os negros são vistos como fisicamente fortes porque devem executar os trabalhos braçais e mais mal pagos. E, finalmente, os homossexuais vistos como promíscuos porque isso ajuda a “defender” modelos culturais tradicionalistas de família.

As dinâmicas específicas das relações intergrupais também devem ser levadas em conta nas explicações do preconceito, elas se relacionam mais diretamente com as explicações históricas e culturais apontadas por Allport. Nesse âmbito, a natureza do preconceito reflete as condições de interação social, ele é concebido como processo grupal e explicado por teorias que focam o conflito, a competição, as dinâmicas sociais e as relações de poder.

A ênfase nos fatores situacionais para explicar o preconceito, segundo Allport (1954), resulta na atualização contextual dos fatores históricos com os culturais. Trata-se da atmosfera particular onde somos socializados, em que aprendemos os valores da nossa cultura. Imagine que sua família é de classe média alta, vive num condomínio de alto padrão e você só frequenta ambientes com pessoas de mesmo estrato econômico. Vivendo no Brasil, nesse contexto, quantos amigos

negros você acha que teria? O tipo de encontro e relação que estabelecemos com as outras pessoas têm impactos na nossa formação. Além disso, como vimos nesse texto, situações mais imediatas de conflito e competição ou, por outro lado, de cooperação e amizade, podem interferir nos preconceitos. Todavia, a relação nunca é simples e linear: ter mais amigos ou não ter amigos nem sempre significa ter menos ou mais preconceito. Na Tabela 1, podemos ver que essas explicações se enquadram naquelas que enfatizam como causa do preconceito a transmissão social de valores, sendo ele o resultado da socialização e aprendido no âmbito de relações interpessoais; com destaque para as teorias sobre contato, socialização e normas sociais.

Mas, será que bastam os aportes histórico, cultural e situacional para explicar o preconceito? Nós vivemos praticamente nos mesmos contextos de socialização que nossos irmãos e amigos mais próximos. Mas será que a direção e a intensidade das nossas atitudes em relação às minorias sociais são idênticas? Se a resposta for não, então é porque fatores individuais também merecem destaque.

Allport (1954) aborda a influência da personalidade no preconceito considerando desde impulsos biológicos de domínio ou poder sobre os outros, semelhantes aos que vimos na Teoria da Dominância Social; passando pelas explicações em termos da exposição dos indivíduos a frustrações, as quais podem levar a agir de forma preconceituosa (Frustração-Agressão); até focar tipos de personalidades, mais inseguras e ansiosas, que são mais suscetíveis a aprenderem e expressarem preconceitos, como vimos na Teoria da Personalidade Autoritária. Na Tabela 1, podemos ver que essas explicações supõem causas psicológicas ou biológicas, sendo o preconceito concebido como imanente nesse. Teorias de destaque nesse plano explicativo são: a Categorização Social, a Identidade Social, e aquelas que enfatizam mecanismos de projeção e deslocamento, tais como a da Frustração-Agressão e Personalidade Autoritária. Essas explicações se enquadram no âmbito das causas focadas em diferenças individuais, tendo o preconceito sua natureza modulada de forma diferente em cada indivíduo. Destacam-se as teorias sobre fatores cognitivos de ajustamento, adesão a ideologias políticas, nível da autoestima, dentre outras. Na parte final desse texto, você encontrará sugestões de materiais nos quais poderá obter mais informações sobre essas e outras explicações.

Cada contexto histórico, cultural, situacional e cada individualidade colaboram para um tipo de percepção e de consciência sobre os outros. O outro é, para nós, uma construção dinâmica, um tipo de representação mental e social; de

modo que nossa interação com ele acontece nessa realidade construída, fenomênica (PEREIRA, 2019). Esse é outro nível de explicação possível para as causas do preconceito, o fenomenológico, que se refere ao modo como as percepções são produzidas e como impactam as relações sociais.

O modelo do telescópio de Allport também enfatiza o “efeito da vítima” nas explicações do preconceito. Há muitas formas de preconceito, elas possuem elementos comuns, mas variam em função do grupo-alvo. As causas do preconceito racial não são as mesmas da homofobia, do idadismo, do sexismo, da gordofobia. Mesmo dentro do preconceito racial ou étnico há variações a depender das minorias envolvidas. Allport (1954) chama a atenção para os “rótulos de potência primária”. São aqueles que, pela sua força, nos levam a formar impressões sobre os outros com base em um único e central atributo, o qual configura e dá o tônus emocional e avaliativo de toda uma categoria social na imagem formada.

Imagine que você vai interagir com Sara, ela é mulher, negra, estudante de física e *otaku*, dentre muitos outros pertencimentos. O que vai pesar mais na imagem que você contrói sobre ela ou no estereótipo que é ativado na sua mente quando você a encontra? Provavelmente, algo muito complexo que depende do seu nível de racismo, de sexismo, interesse por Física, ou do quanto gosta de animes e mangás. Algo que também depende do contexto do encontro, se num simpósio de Física, ou noutro de cultura japonesa, ou, ainda, numa tensa discussão política sobre cotas sexuais e raciais. De toda forma, aquilo que nas interações mais imediatas e superficiais vemos primeiro numa pessoa, como o seu gênero e a cor da sua pele, na maior parte dos casos, funcionam como os tais “rótulos de potência primária”, que poderão atuar como verdadeiros reagentes químicos na percepção dos outros atributos de uma pessoa.

O tipo de minoria social impacta, além do processo de ativação dos estereótipos e da acessibilidade do preconceito, o conteúdo destes. O antijudaísmo, por exemplo, se ampara mais em elementos de ameaça real entre os grupos que a islamofobia, a qual se baseia mais na ameaça simbólica ou cultural. O preconceito contra indígenas urbanos é diferente do que é expresso contra indígenas rurais. Questões identitárias podem estar na base da homofobia, mas elas certamente não são tão importantes para explicar o preconceito contra idosos. A ideologia do paternalismo estrutura muito do sexismo, do preconceito contra idosos e até do racismo contra os negros, mas é inócua na homofobia e no racismo contra os ciganos.

Na Tabela 1, tentamos esquematizar o que foi abordado neste texto. Destacamos as causas psicológicas, intergrupais, da socialização ou transmissão social

e individual; a natureza do preconceito, imanente, apreendido, modulado nas interações; os níveis adotados na sua análise, os quais se relacionam com as suas causas, psicológico, grupal, interpessoal e individual; e, finalmente, as principais teorias construídas para o seu entendimento, as quais também se conectam com as causas assumidas, com as crenças sobre a sua natureza e com os níveis de análise adotados. Todas essas dimensões, portanto, se encadeiam para tentar entender este antigo e ainda relevante problema das relações humanas. Importante referir aqui que não esgotamos, muito longe disso, as teorias sobre o preconceito e suas causas. Tentamos realizar apenas uma breve introdução sobre elas e apontar alguns caminhos de leitura e reflexão mais aprofundados. Na segunda parte deste capítulo sobre preconceito, vamos analisar como o processamento da informação interfere sua gênese e na pesquisa psicossocial sobre ele.

Tabela 1: Estrutura integrativa das explicações para o preconceito

Causas	Psicológicas	Dinâmicas das relações intergrupais	Transmissão social	Diferenças individuais
Natureza do processo	Imanente e universal	Condições da interação social	Socialização e aprendizado das atitudes preconceituosas	Modulação individual das influências sociais (diferenças individuais)
Níveis de análise	Psicológico	Grupal	Interpessoal	Individual
Teorias	<ul style="list-style-type: none"> - Deslocamento - Semelhança de crenças - Projeção - Categorização social - Identidade social - Sociobiológicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Conflito real - Competição social - Dominância social - Posição grupal e poder 	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão para a conformidade - Socialização - Percepção e Atribuição social - Contato interpessoal 	<ul style="list-style-type: none"> - Autoritarismo - Frustração - Ajustamento - Fatores cognitivos - Ideologia política - Autoestima

(Adaptada de DUCKITT, 1992, p. 1190)

OS PROCESSOS AUTOMÁTICOS E CONTROLADOS DE EXPRESSÃO DO PRECONCEITO

*“Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levarÉ ele quem me carrega
Como nem fosse levar’
“Timoneiro” (PAULINHO DA VIOLA E
HERMÍNIO BELLO DE CARVALHO)*

A música acima diz sobre o quanto muito do que pensamos, sentimos e fazemos não passa pelo nosso controle consciente. Muitas vezes, sem que sequer percebamos, é o “mar” que nos navega. Isso acontece também em relação aos nossos preconceitos. Como vimos, eles são um tipo de atitude social, e, enquanto atitude, possuem uma dimensão submersa, resultado de um longo processo de socialização, por meios mais diretos e outros nem tanto. Esses submersos “sedimentos” de socialização preconceituosa impregnam nossa mente e se fazem manifestar em certos contextos de “descontrole”. Nesses casos, estamos falando de “atitudes implícitas”, definidas como sentimentos e avaliações não conscientes ou fora do controle voluntário dos indivíduos, que se expressam de maneira automática nos encontros intergrupais (GREENWALD & BANAJI, 1995).

Mais à frente, no capítulo sobre racismo, você verá que, na construção do fenômeno, existe uma dimensão referente a como nossa cultura nos ensina

ou incute em nós, sem que notemos, os estereótipos negativos dos grupos e as explicações preconceituosas para eles. Outra dimensão, a institucional, diz respeito ao modo como as instituições da sociedade manejam o preconceito promovendo a discriminação das minorias e, finalmente, uma dimensão individual, que reflete a gestão própria que cada pessoa faz das influências recebidas e como as retroalimenta ou as combate.

Na nossa imagem musical, a cultura é o mar que nos navega, as instituições o barco que nos transporta e o indivíduo o timoneiro, que embora nem sempre esteja consciente do percurso, deverá sempre ser reponsável pelo destino alcançado na viagem.

Neste tópico, abordaremos dois processos cognitivos que interferem na formação dos preconceitos: os processos controlados e os automáticos (ver Caixa 9). Também enfocaremos as expressões do preconceito; veremos que, enquanto uma atitude, ele pode ser expresso de forma implícita, privada ou pública. Os processos controlados são os responsáveis pelas *expressões públicas*; enquanto os processos automáticos respondem pelas suas *expressões implícitas*; outras expressões de preconceito, mais *privadas*, são governadas por posições intermediárias no *continuum* entre os processos automáticos e controlados (FAZIO & DUNTON, 1997).

CAIXA 9

Processos cognitivos automáticos e controlados

Um processo cognitivo controlado é definido como uma sequência de atividades intencionalmente iniciadas, no qual é necessário a atenção ativa para uma tarefa, a exemplo da leitura deste texto. Esse tipo de processo não pode ser conduzido simultaneamente com outros processos controlados sem alternância de tarefas ou desempenho prejudicado.

Um processo automático é definido como uma sequência de atividades cognitivas que são iniciadas sem controle ativo do organismo, requerendo quase nenhuma atenção para a tarefa em questão. Esses processos são sequências de eventos aprendidos e mantidos na memória de longo prazo, que são desencadeadas por fenômenos específicos e sem a necessidade esforço consciente. Exemplos de processos automáticos são reconhecer as palavras escritas nesse texto ou rostos de pessoas conhecidas. Enquanto lê o texto, sem perceber, reconhece as palavras que o compõe, se durante a leitura um parente lhe interrompe, não será preciso repetir mentalmente “esta senhora é a minha mãe”, para saber que ela lhe chama.

Retirado de https://psychology.wikia.org/wiki/Automatic_and_controlled_processes

3.1. “APERTEM OS CINTOS! O PILOTO SUMIU”: CONTROLE E AUTOMATICIDADE DO PRECONCEITO

Vamos iniciar este tópico com dois exemplos de processos automáticos. “Imagine que você está andando sozinho numa rua escura a altas horas da noite, ao seu encontro, em largas passadas, vem uma outra pessoa. Imagine que a outra pessoa é um negro, e que ele parece olhar fixamente para você. Qual seria a sua reação? O coração poderia acelerar. As suas mãos talvez começassem a suar um pouco e você se enfiasse nos bolsos sem saber bem porque. A pessoa cruza então com você e, num gesto simpático, lhe cumprimenta. Qual seria agora a sua reação? Talvez se sentisse constrangido pelas reações que teve segundos atrás, talvez se culpasse por elas e questionasse o seu autoconceito de pessoa igualitária e sem preconceitos. Talvez resolvesse tudo dizendo algo do tipo ‘este foi só um impulso de autodefesa’. Ou, talvez, nem percebesse o que se passou.” (LIMA & VALA, 2004a, p. 41).

Uma certa vez, em uma reunião de um grupo de pesquisa que estuda preconceito, estávamos discutindo argumentos **contrários à** adoção de crianças por casais homossexuais de sexo masculino. Dentre os argumentos, havia um que, usando uma suposta leitura da Psicanálise, defendia ser perigosa a adoção porque não haveria modelos de identificação masculina para os meninos adotados, e, assim, eles tenderiam a ser homossexuais também. Na discussão, argumentávamos que tratava-se de uma leitura “selvagem” da psicanálise e que tal tese não fazia sentido. Somente depois de uma meia hora de argumentos desse tipo, a “ficha caiu” e percebemos que estávamos assumindo um postulado preconceituoso, que aceitava a tese de que a homossexualidade era algo negativo que deveria ser evitado.

Os dois exemplos referidos indicam que existe uma parte das atitudes preconceituosas que está submersa, que não percebemos imediatamente e muitas vezes nem chegamos mesmo a identificar. Trata-se do “monstro” do preconceito implícito, aquele que se alimenta de processos cognitivos automáticos ou não controlados pela consciência.

Um processo cognitivo é automático quando: não é controlado, não é intencional, não é autônomo, não é consciente, quando é independente de um objetivo e é mais governado pelas expectativas que pela objetividade dos estímulos (RENSINK, 2013). Ou, ainda, automático é o processo mental no qual está ausente pelo menos um dos seguintes quatro atributos presentes no processamento da informação: consciência, não-eficiência, intencionalidade e controle (WEGNER & BARGH, 1998). A *consciência* implica em ter conhecimento do estímulo que

desencadeia o processo, saber interpretá-lo e deliberar sobre os julgamentos acerca dele. A *não-eficiência* refere-se ao gasto de recursos atencionais ou cognitivos durante o processamento. A *intencionalidade* refere-se à decisão voluntária de iniciar ou não o processamento da informação. Finalmente, o *controle* é a capacidade gerenciar ou mesmo parar o processo (BARGH, 1994). Na Tabela 2, apresentamos uma esquematização dos atributos associados ao processamento dual da informação: controlado vs. automático. Nela, são considerados quatro eixos: o da consciência, da evolução, das características funcionais e das diferenças individuais.

Tabela 2: Conjuntos de atributos associados ao processo dual de pensamento

Processo Cognitivo Automático	Processo Cognitivo Controlado
Eixo 1 (Consciência)	
Não consciente ou pré-consciente	Consciente
Implícito	Explícito
Automático	Controlado
Baixo esforço	Alto esforço
Rápido	Lento
Alta capacidade	Baixa capacidade
Processo padrão	Inibitório
Holístico, perceptivo	Analítico, reflexivo
Eixo 2 (Evolução)	
Evolutivamente antigo	Evolutivamente recente
Racionalidade evolutiva	Racionalidade individual
Compartilhado com animais	Exclusivamente humano
Não verbal	Ligado à linguagem
Cognição modular	Inteligência fluida
Eixo 3 (características funcionais)	
Associativo	Baseado em regras
Domínio específico	Domínio geral
Contextualizado	Abstrato
Pragmático	Lógico
Paralelo	Sequencial
Estereotipizador	Individualizador
Eixo 4 (diferenças individuais)	
Universal	Apreendido
Independente da inteligência geral	Ligado à inteligência geral
Independente da memória de trabalho	Limitado pela capacidade de memória de trabalho

(Extraído de Evans (2008, p. 257)

Evans (2008) afirma que as teorias que propõem os chamados processos duais, essas que afirmam que cognitivamente funcionamos em dois módulos: automático vs. controlado, surgiram na década de 1980 na psicologia cognitiva

com os estudos sobre memória implícita, e se desenvolvem a partir do final da década de 1990. Os modelos duais são importantes para o entendimento de um conjunto amplo de temas que nos interessam na psicologia, a exemplo de julgamentos sociais envolvendo estereótipos e preconceitos, tomada de decisões e mudança de atitudes. Surgem, inclusive, teorias baseadas nesses modelos para explicar o “eu”. É o caso da Teoria do Eu Experiencial e Cognitivo - CEST (EPSTEIN, 1994), que propõe que nós funcionamos com base em dois tipos de registro: um experiencial e outro racional. O primeiro nos vincularia às nossas origens evolutivas, sendo automático e comum a outros animais. O segundo seria exclusivamente humano, controlado, e nos vincula a uma cultura.

Seja qual for o modelo ou teoria dual adotado, importante referir que não existe uma oposição dicotômica entre processos mentais automáticos e controlados. A psicologia cognitiva afirma a inexistência de processos puros, eles transitam num *continuum* do automático ao controlado (BARONE, MADDUX, & SNYDER, 1997; JACOBY, KELLEY, & MCELREE, 1999). Essa oposição seria similar a outras falsas dicotomias, tais como processos não intencionais vs. processos intencionais, respostas intuitivas vs. respostas elaboradas, processos involuntários vs. processos voluntários, processamento heurístico vs. processamento sistemático, processos inconscientes vs. processos conscientes (ver GARCIA-MARQUES, 1998 para uma revisão). Na Figura 7, podemos ver que há um trânsito entre processos automáticos e controlados e que os níveis de inibição social ou controle normativo modulam as expressões mais veladas, muitas vezes implícitas, e as mais flagrantes ou visíveis de preconceito.

Figura 7: Processos automáticos e controlados e expressões do preconceito

INIBIÇÃO	
FÁCIL	DIFÍCIL
Preconceito flagrante Discriminação aberta Distribuição de recompensas Preconceito moderno	Reações fisiológicas <i>priming</i> Latência de resposta Teste de Associação Implícita Comportamentos não verbais Contato visual Preconceito linguístico Preconceito sutil
PROCESSOS CONTROLADOS	PROCESSOS AUTOMÁTICOS

(Retirada de MAASS, CASTELI, & ARCURI, 2000, p. 97)

A presença de um membro de uma categoria ou mesmo de algum signo ligado a essa dispara processos automáticos de estereotipia e preconceito (LIMA & VALA, 2004a). A psicologia cognitiva considera que a automaticidade é o *default* ou condição inicial no processamento de informações aplicado nas percepções sociais, aquelas que ocorrem quando encontramos membros de outros grupos sociais (BARGH, 1996; BREWER, 1988; DEVINE, 1989; FISKE & NEUBERG, 1990). Nesse sentido, as expressões de preconceito dependem do tipo de processamento da informação.

3.2. AS EXPRESSÕES DO PRECONCEITO, OS PROCESSOS COGNITIVOS E FORMAS DE PESQUISA

A psicologia social analisa várias formas de difusão do preconceito, algumas mais implícitas e outras mais explícitas. Há também diferenças individuais na capacidade de perceber o preconceito nas mensagens, algumas pessoas percebem de imediato, outras não. Não obstante essas diferenças, algo inegável é que essas formas menos diretas de socialização das atitudes intergrupais são as mais poderosas e difíceis de controlar e combater. Vamos, em seguida, discorrer sobre elas considerando os níveis de expressão das atitudes preconceituosas.

3.2.1. Atitudes implícitas

No livro *Admirável Mundo Novo*, Aldous Huxley descreve uma distopia, onde o controle social é conduzido por uma série de procedimentos de condicionamento e de drogas psicoativas. A hipnopédia é uma dessas técnicas, ela consiste em ensinar as máximas do controle social enquanto o indivíduo dorme, por repetições intensivas de mensagens: “Cem repetições, três noites por semana, durante quatro anos, pensou Bernard Marx, que era especialista em hipnopédia, sessenta e duas mil repetições fazem uma verdade.” (HUXLEY, 1979, p. 32). A cultura faz conosco algo semelhante em relação aos estereótipos e preconceitos. Eles são transmitidos culturalmente e assimilados pelos indivíduos muitas vezes de forma automática, quase que inconscientemente, “enquanto nossa consciência dorme”, através de associações, repetições, enfim, produção de hábitos.

Repare agora na Figura 8, ela lhe causa alguma estranheza, para além da qualidade gráfica? Você acha que a maioria dos seus conhecidos perceberiam algo “estranho” na tal figura? A imagem retratada pode ser usada como exemplo de transmissão cultural do preconceito. Ela foi publicada na edição do dia 12 de outubro de 2019 do *Jornal Correio Brasiliense*, a matéria da “Coluna 360 Graus”

era comemorativa do dia das crianças e trazia essa foto, na qual aparecem 27 crianças e a mensagem “Elas são o futuro do Brasil”. Você notou que todas as crianças são brancas, a maioria loira. O jornal, depois de uma enxurrada de protestos nas redes sociais, declarou que “A coluna 360 Graus publicada no Dia da Criança não representa a postura e a opinião do Correio Braziliense”, e retirou a referida foto do seu portal.

Figura 8: Foto da Edição da Coluna 360° do Correio Braziliense 12/10/19^{XV}



Essas expressões implícitas de preconceito são ações e avaliações que estão fora da capacidade de percepção e controle racional do indivíduo. Elas podem ser definidas como sentimentos e avaliações não conscientes ou fora do controle voluntário, que se expressam de maneira automática nos encontros intergrupais (GREENWALD & BANAJI, 1995). Dessa forma, as normas sociais de controle das expressões preconceituosas, normas antipreconceito, não interferem ou interferem pouco nessas atitudes. Esse fato tem impacto na forma de pesquisar as atitudes implícitas.

Os modos de pesquisar as atitudes implícitas na psicologia social podem ser classificados em três níveis. No nível cognitivo, destacam-se os testes de associação estereotípica, a exemplo de testes de memória implícita, como o Teste de Associação Implícita (Implicit Association Test). No nível afetivo, utilizam-se

métodos psicofisiológicos, como o reflexo galvânico, o ritmo cardíaco etc. Já no nível comportamental, destacam-se os estudos sobre comportamentos não verbais, a exemplo de contato visual. Todavia, na psicologia social, merecem destaque as pesquisas que analisam o preconceito implícito utilizando procedimentos de *priming* e técnicas de latência de resposta.

Procedimentos do tipo priming

O termo “*priming*” não tem boa tradução para o português, significa algo como “preparação” e refere-se a uma técnica para estudar como o contexto influencia o desempenho (ver Caixa 10). Tal técnica envolve a avaliação das respostas comportamentais, emocionais e cognitivas a um segundo estímulo (alvo) em função de sua relação com um primeiro estímulo ativador (o *prime*) (HUMPHREYS, 1990). Quanto ao conteúdo, os *primings* podem ser do tipo semântico ou de repetição. Os semânticos são aqueles que possuem um significado, tal como um estímulo que traz uma informação significativa, por exemplo fotografias de pessoas, que se associa numa tarefa posterior ao rótulo verbal “negros”. Nos *primings* repetitivos, o estímulo é repetido, por exemplo, fazer alguém ouvir a palavra “homossexual” facilita o reconhecimento dessa palavra numa tarefa posterior (STERNBERG & STERNBERG, 2012). Os *primings* podem ainda ser subliminares ou supraliminares, mesmo que haja muita polêmica sobre os limiares de consciência e eles variem de pessoas para pessoa e de estímulo para estímulo (CORREIA, 2001), o exemplo da hipnopedia citado por Huxley seria o de um *priming* subliminar, uma vez que as pessoas submetidas se encontram dormindo e por isso não estão conscientes dele. Já, no caso da foto sobre o futuro do Brasil, trata-se de um *prime* supraliminar, nossa consciência é capaz de perceber que o futuro do Brasil pertence às crianças e muitos percebem ainda que “somente às brancas”.

CAIXA 10 **Priming**

O *priming* é um efeito implícito da memória no qual a exposição a um estímulo influencia uma resposta a um estímulo posterior. Pode ocorrer após a repetição de estímulos perceptivos, semânticos ou conceituais. Por exemplo, se uma pessoa lê uma lista de palavras que inclui a palavra “tabela”, e mais tarde é solicitada a conclusão de uma palavra que começa com “tab”, a probabilidade de que ela responda “tabela” é maior do que se não ela tivesse lido a lista antes.

Retirado de <https://psychology.wikia.org/wiki/Priming>

Técnicas de latência de respostas

As técnicas de latência de resposta consideram a dimensão da eficiência dos processos cognitivos, para afirmar que quanto mais rápida uma resposta mais eficiente ela é, pois gastou menos recursos cognitivos para ser emitida. Em consequência, mais automática e não consciente é a mesma. Um bom exemplo de técnica para avaliar latência de respostas e, assim, detectar estereotipia automática e mesmo preconceito implícito é o Teste de Associações Implícitas (TAI), desenvolvido por Greenwald, McGhee e Schwartz (1998). Trata-se de uma técnica que associa um determinado conceito ou categoria-alvo a uma dimensão avaliativa. Por exemplo, Homossexuais ou atributos negativos *versus* Heterossexuais ou atributos positivos. O TAI registra o tempo (latência) para realizar as associações. Neste endereço (<https://implicit.harvard.edu/implicit/brazil/>), você pode ver como funciona e, se for corajoso, pode até se submeter ao teste.

3.2.2. As atitudes privadas

Num segundo nível do “*iceberg*” que são as atitudes raciais, encontram-se as *expressões privadas* de preconceito. Essas derivam daquilo que os indivíduos pessoalmente pensam e sentem sobre as minorias sociais (LIMA, 2002). Para usar uma imagem da psicanálise freudiana, é como se o nível privado fosse o Ego, pressionado de um lado pelo implícito e descontrolado Id, e de outro, pelo explícito e normativo Superego. As pressões, nesse caso, derivam, por um lado, das crenças coletivas ou estereótipos negativos sobre os grupos minoritários automatizados nas nossas mentes e, por outro, das normas antipreconceito e do nosso desejo de sermos pessoas igualitárias, os quais dependerão de nossas experiências pessoais e do tipo de socialização recebida.

As atitudes preconceitosas de nível privado resultam dos modelos e ideais pessoais que cada indivíduo considera importante para si mesmo, ou de uma espécie de conciliação entre aquilo que realmente se sente e pensa acerca dos membros dos grupos minoritários e aquilo que socialmente é permitido pensar e sentir sobre eles. Pode-se afirmar que este tipo de atitude resulta da ambivalência entre as crenças pessoais e os estereótipos culturais sobre os grupos (DEVINE, 1989; DEVINE & MONTEITH, 1993). Elas se manifestam em contextos nos quais nos sentimos à vontade, não vigiados, tais como os das relações de amizade e íntimas. O preconceito, nesse nível, aparece “na linha d’água” do nosso *iceberg*, se esconde nas ondas, mas é visível nas “calmarias”.

Para avaliar esse tipo de expressão do preconceito, a partir das décadas de 1960 e 1970, são desenvolvidas medidas mais indiretas e sutis. Estas medi-

das podem ser exemplificadas pela escala de preconceito moderno (McCONAHAY, 1986), as escalas “Pro-Black” e “Anti-Black” (KATZ & HASS, 1988), e a escala de preconceito sutil (PETTIGREW & MEERTENS, 1995), o Inventário de Sexismo Ambivalente (GLICK & FISKE, 1996), a escala de idadeísmo ou ageísmo de Fraboni (FRABONI, SALTSTONE, & HUGHES, 1990), escalas de homofobia (WRIGHT, ADAMS, & BERNAT, 1999). Outra importante estratégia de pesquisa desse nível atitudinal é a atribuição diferenciada de emoções secundárias (sentimentos), proposta por Leyens e colaboradores (LEYENS et al., 2000; LEYENS et al., 2001). E, ainda, a atribuição diferenciada de características culturais (unicamente humanas) e naturais (também humanas) nas representações sociais construídas sobre os grupos minoritários (HASLAM, 2006; MOSCOVICI & PÉREZ, 1999).

3.2.3. As atitudes públicas

Finalmente, a parte mais visível do *iceberg* que são as expressões do preconceito é a das *atitudes públicas*. A esse nível, os indivíduos são instados e sancionados socialmente para apresentarem-se como não preconceituosos e igualitários (DEVINE & ELLIOT, 1995). Tais atitudes refletem, de forma mais evidente, as pressões das normas e convenções sociais. Quando a norma predominante numa sociedade é antipreconceito, as atitudes raciais públicas individuais tendem a ser não preconceituosas. Nesse nível de expressão, o preconceito pode ser captado por medidas diretas, tais como escalas de distância social, que indagam sobre escolhas de membros de minorias para interações sociais variando níveis de intimidade. Por exemplo, você se oporia a ter como chefe uma mulher? Se oporia a dividir quarto com um homossexual? Se casaria com um(a) negro(a)? Ou ainda escalas de preconceito flagrante, que indagam sobre a crença da inferioridade cultural dos imigrantes (PETTIGREW & MEERTENS, 1995). Ou escalas de estereótipos, como a clássica de Katz e Braly (1933), que propõem uma descrição aberta das minorias sociais em termos de características positivas e negativas.

3.3. SINTETIZANDO: É POSSÍVEL VENCER O MONSTRO DA AUTOMATICIDADE DO PRECONCEITO?

Então chegamos ao fim desse tópico e restam muitas questões a responder. A fundamental delas é aquela que aparece na nossa música de entrada: Quem nos navega? Nós ou o mar? Na psicologia social, as teorias e pesquisas nos mostram que muitos dos nossos comportamentos sociais, mesmo os mais

complexos, podem ser amplamente guiados por motivos não conscientes ou automáticos (EVANS, 2008); de tal forma que, muitas vezes, nosso único “chão” é a ilusão de controle. Todavia, existem propostas, chamadas de modelos da dissociação, que demonstram que nossas crenças pessoais podem ser alteradas quando em confronto com crenças coletivas (DEVINE, 1989), ou seja, mudando nossas atitudes explícitas, podemos manter as implícitas sob controle e com o tempo até alterá-las.

A imagem clínica de uma doença, cuja causa se liga a processos automáticos, pode nos ajudar a explicar melhor como vencer o “monstro” do *default* do automático nos julgamentos sociais e no preconceito. Pense em alguém que sofre de compulsão para comer muito ou para jogos de azar. Essa pessoa não sabe bem porquê sente esses impulsos automáticos e nem sempre percebe que já começou a comer ou a jogar. Mas ela é capaz de iniciar um processo de automonitoramento se puder contar com ajuda de outros, se perceber que as compulsões fazem mal e se achar que a sociedade valoriza a mudança. Portanto, o esforço racional (individual e coletivo) pode inibir e mesmo extinguir o indesejável comportamento automático ou não controlado. Evans (2008) chama essa estratégia de “*default-intervencionista*”. Ou seja, podemos alterar o modo defeituoso de funcionamento emocional, cognitivo e social que nossa cultura preconceituosa introduziu em nós através do esforço de mudança.

Compare os seus níveis de racismo, sexismo e homofobia com o de seus pais, compare agora o dos seus pais com o de seus avós. Imagino que esse breve exercício intergeracional tenha indicado que você navega mais o “mar” e que eles eram mais navegados. O que mudou? Mudou o “mar”. As normas de combate ao preconceito são mais salientes e fortes na sua geração do que eram na deles, demonstrando como é importante lutarmos no campo social por uma sociedade que respeite e valorize as diferenças e no campo político por ações de proteção e empoderamento das minorias. Mudou o barco! As instituições sociais, a exemplo das escolas, tornaram-se mais cômicas da importância da luta contra o preconceito. Mudou você! O exercício do controle cultural, como vimos, altera a parte submersa do nosso “iceberg”, “derretendo o gelo”. Além disso, é muito provável que você tenha tido mais chances sociais e mais acesso a informações que ajudaram a demonstrar a imprecisão e a injustiça dos estereótipos contra as minorias sociais.

Não obstante essa mudança intergeracional, sabemos que o preconceito ainda existe e que pode estar aumentando no Brasil atual. Por quê? O que continua a alimentar o monstro? A automaticidade resulta de encadeamentos de redes

associativas, de imagens negativadas que representam os grupos minoritários como sem valor. Tais imagens são racionais, estratégicas, pois cumprem a função de legitimar e tornar natural as desigualdades entre os grupos, ou ainda de legitimar uma forma cultural (visão de mundo) pela oposição à outra (LIMA & VALA, 2004a) Nesse cenário, do ponto de vista individual, é importante trabalhar no controle crítico dos mecanismos que alimentam a automaticidade; do ponto de vista intelectual, social e político, é preciso desnudar e combater os dispositivos ideológicos que produzem em larga escala as tais redes associativas. Essa discussão será aprofundada mais à frente nesse livro, quando estivermos analisando as formas de combate aos preconceitos e racismo.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Neste capítulo, analisamos o preconceito considerando alguns dos seus vastos aspectos psicossociais. Apresentamos algumas definições do fenômeno na psicologia social, considerando-o ora como uma atitude voltada para a manutenção de hierarquias identitárias, ora como uma estratégia psicopolítica de dominação e poder sobre os outros. Importante reter dessa parte que a noção de preconceito adotada dependerá do contexto das relações intergrupo, dos interesses nela envolvidos e dos grupos (maioria e minoria) envolvidos.

Também analisamos algumas das principais explicações da psicologia social para a existência dos preconceitos. O preconceito é um fenômeno complexo, multicausado, de forma que duas explicações diferentes podem estar “corretas” ao mesmo tempo, ou, ao menos, cada uma pode explicar uma parte diferente da realidade do fenômeno (BILLIG, 1984). Para melhor compreendê-lo, é importante considerar todas as “partes do elefante” e todas as teorias sobre cada parte. A análise do preconceito, de forma particular, e dos conflitos intergrupais, de forma geral, invoca estudos sobre a percepção de pessoas, atitudes, agressão, autoestima, comparação social, personalidade, identidade, igualdade, individualismo, competição, conformidade social, dentre outros. Trata-se de um fenômeno cujas explicações, necessariamente, devem atravessar níveis de análise, dos mais

individuais, neurais e cognitivos aos mais ideológicos, econômicos e culturais, como nos ensinam os psicólogos sociais (BREWER, 1994; CAMINO, 1996; DOISE, 1976). Importante reter das explicações sobre as causas do preconceito a sua complementaridade, como foi expressa no “telescópio” de Allport (1954).

Na parte final do capítulo, analisamos dois processos cognitivos que interferem na formação e formas de expressão do preconceito: os processos automáticos ou inconscientes e os controlados. Há, na psicologia social, vasta literatura sobre expressões do preconceito (ver LIMA, 2013 para uma revisão), passamos na tangente dessa discussão para focar de forma introdutória os planos implícitos, privado e público de expressão da atitude preconceituosa. Navegamos num mar de influências que muitas vezes nos conduzem feito autômatos a certas “paisagens” e formas de vê-las, mas podemos assumir o controle desses processos. Tal controle é ao mesmo tempo cognitivo e social, pois marca a influência da cultura sobre os indivíduos e dos indivíduos sobre as culturas.

No capítulo seguinte, analisaremos o racismo, novamente à luz das teorias e métodos da psicologia social. Alguns conceitos e teorias já apresentados serão aprofundados, outros serão introduzidos, para, no final do texto, discutirmos formas de combate ao preconceito e ao racismo.

Em seguida, fazemos algumas sugestões de material e recursos para ilustração e aprofundamento sobre o tema do preconceito.

4.1 ALGUMAS SUGESTÕES DE RECURSOS AUDIOVISUAIS PARA APROFUNDAMENTO

- O documentário sobre o exercício “*Blue eyes–Brown eyes*” de Jane Elliott. Trata-se de uma dinâmica conduzida pela professora na sua classe de alunos, em 5 de abril de 1968, um dia após o assassinato de Martin Luther King Jr. Os alunos são divididos pela cor dos olhos e à diferenciação é acrescida uma distintividade positiva, que produz conflito intergrupual e preconceito. Acessível em <https://youtu.be/AeiXBLA1LpQ>
- O documentário “*It’s a Girl*” com direção de Evan Grae Davis, produzido pela Shadowline Films, conta histórias sobre o genocídio de crianças do sexo feminino na Ásia. Acessível em https://www.youtube.com/watch?v=6m3M_oHslQE
- Sobre processos cognitivos automáticos e controlados recomendamos um vídeo-aula. Acessível em <https://study.com/academy/lesson/controlled-vs-automatic-processing-definition-difference.html>

- Sobre julgamentos sociais e preconceito sugerimos o filme “Doze homens e uma sentença”, dirigido por Sidney Lumet, no qual é retratado o julgamento de um jovem porto-riquenho acusado de assassinato. Também vale a pena o quarto episódio da primeira temporada da série de TV “Cem humanos”.

4.2 SOBRE TEXTOS PARA UMA BOA INTRODUÇÃO À TEMÁTICA RECOMENDAMOS

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison-Wesley.
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Org.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 589-642). Brasília: Technopolitik.
- Torres, A. R., Camino, L. (2013). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Ed.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 513-538). 2ª ed. Brasília, DF: TechnoPolitik.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107.
- Evans, J. St. B. T. (2008). Dual-Processing Accounts of Reasoning, Judgment, and Social Cognition. *Annual Review of Psychology*, 59, 255-278.

O RACISMO

APRESENTAÇÃO

O racismo, ao mesmo tempo em que acompanha a história da humanidade, ameaça sua continuidade. Ele se tornou uma das questões mais atuais e pertinentes, com impactos no bem-estar psicológico das suas vítimas, nas suas oportunidades de vida e de emprego, no desenvolvimento econômico das sociedades e mesmo na violência individual e coletiva, resultando na busca pelo extermínio da diferença, como vimos em 2019 em duas Mesquitas na Nova Zelândia, onde 50 pessoas foram assassinadas por um atirador islamofóbico. Podemos dizer que o mundo vive agora um momento em que o termo “racismo”, infelizmente, será cada vez mais usado (BOBO, 2017; LIMA, 2019).

Na primeira metade do século XX, o nazismo fez a humanidade viver as mais flagrantes violências perpetradas pelo racismo, culminando na morte de mais de seis milhões de pessoas em campos de concentração. Mas a violência racista segue um diapasão crescente, partindo de, aparentemente, pequenos e muitas vezes não conscientes atos ou omissões, para descambar na “banalização do mal” e extermínio do outro rotulado como diferente. Ilustrativo da forma como opera a lógica racista é o seguinte poema de Martin Niemöller, um pastor luterano alemão, comentando sobre a *época* do nazismo:

Quando os nazis vieram buscar os comunistas, eu fiquei em silêncio; eu não era comunista.

Quando eles prenderam os sociais-democratas, eu fiquei em silêncio; eu não era um social-democrata.

Quando eles vieram buscar os sindicalistas, eu não disse nada; eu não era um sindicalista.

Quando eles buscaram os judeus, eu fiquei em silêncio; eu não era um judeu.

Quando eles me vieram buscar, já não havia ninguém que pudesse protestar.”^{XVI}

Joseph Goebbels, ministro da propaganda no regime nazista, colaborou de forma decisiva para a exibição do filme “O judeu Eterno” em 1940. O filme, dirigido por Fritz Hippler, usa uma estratégia de documentário para apresentar os judeus como parasitas que exploravam o povo alemão. São retratadas cenas de guetos de judeus pobres na Polônia, numa montagem que justapõe a essas imagens ratos saindo de um esgoto, enquanto o narrador refere que “como os ratos são os vermes do reino animal, os judeus são os vermes da raça humana” que espalham doenças e corrupção^{XVII}.

Quase 80 anos depois, nos Jogos Jurídicos Estaduais de 2018, em Petrópolis no Rio de Janeiro, aconteceram três episódios envolvendo estudantes que faziam parte da torcida da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ): uma estudante jogou uma casca de banana na direção de um atleta negro da Universidade Católica de Petrópolis; outros alunos, durante uma partida de basquete, imitaram macacos diante dos torcedores negros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; no mesmo dia, noutra competição, membros da mesma torcida chamaram uma das jogadoras da Universidade Federal Fluminense de macaca^{XVIII}.

Os relatos apresentados nos permitem perceber algumas marcas importantes do racismo: 1) ele atua como uma forma de desumanização do outro, assumindo manifestações variadas, tais como desindividuação, animalização, deslegitimação, objetificação e exclusão moral; 2) ele ocorre tanto em setores menos escolarizados da população, quanto nos mais escolarizados; 3) ele é um problema antigo e, ao mesmo tempo atual, que atravessa a história da humanidade.

Desde a antiguidade Greco-Romana até hoje, avançamos muito em termos de direitos humanos e de estratégias de resolução dos conflitos intergrupais. No entanto, sabemos que o racismo está longe de ser debelado e que tem ressurgido sob novas e mais sofisticadas roupagens.

Vivemos, na maior parte dos atuais contextos sociais, um racismo sem raças e sem racistas. Raramente alguém afirma hoje em dia que acredita em hierarquias raciais ou que se considera racista. De fato, uma pesquisa realizada junto a uma amostra representativa da população brasileira, na década de 1990, indicou que quase 90% dos entrevistados se considera não racista, ao mesmo tempo em que igual percentagem acredita que existe racismo no Brasil (TURRA & VENTURI, 1995). Dez anos depois, o mesmo padrão de resultados se manteve: dados da Fundação Perseu Abramo indicaram que 87% dos entrevistados afirmavam haver racismo no Brasil, mas somente 4% se reconheciam racistas (SANTOS & SILVA, 2005). O mesmo tipo de dissociação entre crenças coletivas e pessoais é encontrado em estudantes universitários (CAMINO, SILVA, & MACHADO, 2004).

Neste capítulo, analisamos, à luz da psicologia social, a forma como o racismo se expressa e se adapta a novos contextos. Iniciaremos nossa análise por uma discussão conceitual, para em seguida focalizarmos as mais recentes formas de expressão e níveis de manifestação do racismo.

O QUE É RACISMO?

Estudantes e profissionais de várias áreas em sua prática de formação e de trabalho, seja na área clínica, social, organizacional, de ensino, ou em qualquer outro campo profissional, provavelmente, terão que responder e atuar, em algum momento, sobre a questão: “Isso é racismo?” Sua atuação, entretanto, dependerá do modo como definam ou concebam o racismo. Por isso o racismo requer uma delimitação conceitual sistemática e coerente com os seus contextos de expressão (HOYT JR., 2012).

Podemos dizer que já existia racismo na Antiguidade Greco-Romana, embora este não fosse de base racial, pois não existiam divisões e hierarquias raciais naquela época; mas sim de base cultural, inferiorizando e biologizando a cultura dos escravos (SNOWDEN, 1983, 1995). Todavia, o surgimento do conceito de raça e, posteriormente, do racismo a ele associado, é tardio. No século XVI, a ideia de raça emerge na língua inglesa, com o objetivo de explicar a história da formação europeia (BANTON, 1991). Na segunda metade do século XIX, tal ideia é ressignificada, no contexto do colonialismo, para o uso que hoje conhecemos dela, ou seja, a hierarquização e inferiorização dos grupos humanos (MILES, 1989). Entretanto, é na década de 1930 que o termo

tem seu uso expandido para descrever e legitimar as perseguições e extermínios nazistas contra os judeus (FREDRICKSON, 2015).

Portanto, o fenômeno “racismo” é antigo e acompanha a história dos conflitos entre grupos humanos. Entretanto, o termo “racismo” foi definido pela primeira vez em 1902, no *Oxford English Dictionary*, para descrever a política norte americana contra os nativos americanos (BOWSER, 2017). Nas ciências sociais, a primeira publicação relacionada ocorreu em 1942 e foi o livro “*Race and Racism*” de Ruth Benedict. Mas, na primeira metade do século XX, o termo “racismo” ganha popularidade por duas razões fundamentais: a propaganda antissemita e a política eugenista empreendida na Alemanha. Na segunda metade do século XX, o termo vira objeto de análise de muitos trabalhos e em diversas perspectivas, graças aos movimentos pelos Direitos Civis nos EUA e os movimentos sociais na Europa (BROWSER, 2017).

A Enciclopédia Britânica define racismo, também chamado de “racialismo”, como qualquer ação, prática, ou crença que reflita uma visão de mundo baseada na noção de raças. Ou seja, uma ideologia que propõe que os seres humanos estão divididos e separados em entidades biológicas exclusivas chamadas “raças” e que existe um elo causal entre traços físicos geneticamente herdados e caracteres de personalidade, intelectuais e morais, fazendo com que uma determinada “raça” possa ser superior a outra.

Embora as classificações raciais sejam distinções antigas, fora de moda e já descartadas pela ciência biológica, há, ainda no século XXI, muitas pessoas, inclusive cientistas, que acreditam na existência de raças humanas, como constata Richeson e Sommers (2016, p. 441):

Apesar dos esforços para justificar a discriminação tomando por base a crença em diferenças biológicas entre as pessoas e grupos; a pesquisa científica identifica a raça como uma categoria social, em vez de biológica. De fato, estudos genéticos encontram muito mais diferenças dentro de grupos/categorias raciais tradicionalmente definidos do que entre eles (e.g., Zuckerman, 1990). No entanto, a concepção errônea da raça como realidade biológica persiste entre leigos e cientistas, incluindo psicólogos (Morning, 2011). Na verdade, pode até estar ressurgindo, especialmente nas ciências naturais e na medicina (Duster, 2005; Roberts, 2011)^{XIX}.

Pelo exposto, podemos perceber que definir racismo não é tarefa fácil e isenta de polêmicas. Para Hoyt Jr. (2012), o termo “racismo” talvez provoque mais confusão, consternação e conflito que termos complexos e polissêmicos

como “cultura” e “etnicidade”. Talvez porque o racismo seja tal qual um vírus mutante, que evolui em diferentes formas e em contextos diversos, tornando-se mais difícil de reconhecer e combater (DOVIDIO & GAERTNER, 1998; VALA & PEREIRA, 2012).

Hoyt Jr. (2012) propõe duas formas gerais de conceber o racismo. Primeiro uma noção operativa, que enfatiza o “ismo”, e define o racismo como uma doutrina, uma teoria, um sistema de crenças ou de atitudes, ou seja, um fenômeno cognitivo. Tal definição integra o conceito de racismo ao de preconceito racial. Noutra perspectiva, o racismo é mais que um conjunto de crenças ou representações sociais da diferença, ele é uma ação. Ação cometida contra suas vítimas e que pressupõe um sistema de acessos desiguais ao poder, pois permite ao perpetrador infringir prejuízo à vítima para promover e preservar *status* e privilégios do seu grupo (dominante) e a subordinação do grupo da vítima (dominado).

Considerar o racismo como uma doutrina, ou, por outro lado, como uma ação, tem impactos diversos e importantes sobre o que significamos como racismo ou como resistência a ele (antirracismo) (ver Caixa 11). Com efeito, se adotamos uma concepção do primeiro tipo, a visão mais cognitivista do racismo, então podemos falar de racismo dos negros contra os brancos, ou de racismo dos ciganos contra os não ciganos, ou seja, aquilo que se chama “racismo reverso”. Por outro lado, adotando a concepção do segundo tipo, racismo como uma ação para manter privilégios, não se pode falar de racismo da minoria contra a maioria, pois o racismo, neste caso, é algo que põe o preconceito em ação, numa lógica do tipo “P + P” (racismo = Preconceito + Poder), manifestando-se nas relações de dominação (HOYT JR., 2012)^{xx}, como fica ilustrado na imagem da senhora idosa e seus cães, na qual se vê que os dominantes criticam o racismo, mas não abrem mão dos privilégios de legitimação da dominação que ele garante ao seu grupo (ver Figura 9).

CAIXA 11
Racismo

É uma ideologia, incorporada em práticas ou encarnada em comportamentos, tornados implícitos enquanto “preconceitos” ou explícitos em atos de fala, discriminações e restrições de acesso (TAGUIEFF, 2001).

Figura 9: Imagem sobre racismo e controle social



(Extraída de <https://favim.com/image/288062/>)

Na psicologia social, ainda na década de 1970, Jones, já havia afirmado que o racismo resulta da transformação do preconceito racial e/ou do etnocentrismo através do exercício do poder de opressão de um grupo sobre o outro (JONES, 1972).

Assim, no primeiro caso, o racismo é concebido como um tipo de preconceito, como uma atitude; ao passo que, no segundo caso, o racismo é entendido como uma prática ou ação que visa a manutenção dos privilégios raciais. Taguieff (2001) integra essas duas perspectivas quando afirma que o racismo é uma ideologia, incorporada em práticas ou encarnada em comportamentos tornados implícitos enquanto “preconceitos” ou explícitos em atos de fala, discriminações e restrições de acesso.

Adotando a perspectiva que entende o racismo como preconceito racial, Pierre van den Berghe (1967) formula a definição mais influente na análise que a psicologia social faz sobre este tema. Para ele, o racismo pode ser concebido como um conjunto de crenças de que existem diferenças orgânicas entre os grupos humanos, diferenças geneticamente transmitidas que estão intrinsecamente associadas à presença ou à ausência de certas habilidades ou características socialmente relevantes, daí que tais diferenças sejam uma base legítima de distinções entre grupos socialmente definidos como “raças” (van den BERGHE, 1967). Lima e Vala (2004b) desenvolvem essa definição, afirmando que o racismo é uma hierarquização e inferiorização de determinados indivíduos e grupos que decorre da percepção de que diferenças físicas reais, como a cor da pele dos negros, ou imaginárias, como o nariz aquilino dos judeus, produzem uma determinação natural das habilidades sociais e culturais daqueles indivíduos e dos seus grupos de pertencimento.

O racismo é concebido como uma representação e também uma prática social que produz “uma configuração multidimensional de crenças, emoções e orientações comportamentais de discriminação relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado a partir da cor, sendo aquelas reacções suscitadas pela simples pertença desses indivíduos a esses grupos” (VALA, BRITO, & LOPES, 1999, p. 14). De acordo com esta definição, o racismo pode decorrer de qualquer diferença, seja física ou cultural, seja real ou imaginada, basta que as representações sociais construídas sobre o grupo alvo de racismo naturalizem as diferenças percebidas (LIMA, 2013; VALA, 2015).

Hoyt Jr. (2012) propõe uma definição que integra as duas perspectivas, a do racismo como preconceito e a do racismo como manutenção de privilégios por parte dos dominantes. Para este autor, assumir uma ou outra definição implica, no primeiro caso, achar que as minorias podem ser racistas ou, no segundo caso, achar que todo membro da maioria é racista, apenas porque faz parte do grupo privilegiado. No entanto, para ser racista é necessário: 1) acreditar na existência de raças; 2) considerar que uma raça é superior a outras; 3) produzir opressão contra alguém, numa relação interpessoal, porque ele(a) pertence a uma raça considerada inferior (opressão racista) e/ou 4) cometer uma opressão racista num plano institucional, cerceando direitos e acessos (ver Caixa 12).

CAIXA 12

Um racista é alguém que:

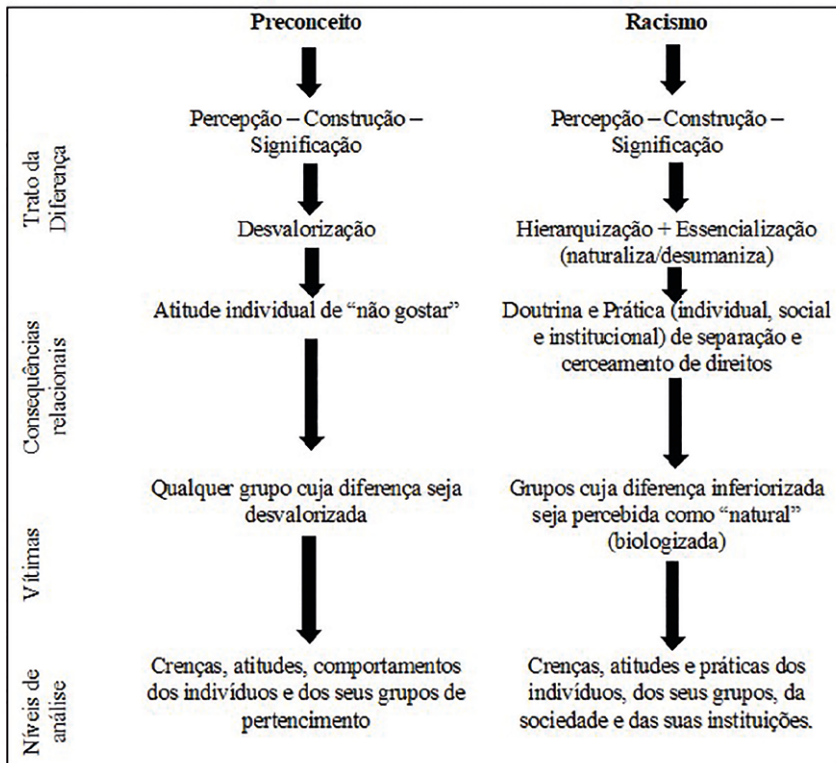
- 1) Acredita na existência de raças.
- 2) Acredita em hierarquias raciais.
- 3) Oprime alguém, numa relação interpessoal, porque acha que ele(a) pertence a uma raça inferior.
- 4) Oprime num plano institucional, cerceando direitos e acessos.

Há autores, como o sociólogo Donald Muir (1993), que afirmam que basta simplesmente acreditar que existem raças, mesmo sem conceber hierarquias entre elas, para ser racista. Nessa lógica, existiriam os não-racistas, aqueles que não percebem a eles próprios e aos outros em termos de categorias raciais; os “racistas-amáveis”^{XXI}, aqueles que acreditam na existência de diferenças raciais, mas também valorizam a tolerância; e, por fim, os “racistas-virulentos”, aqueles que buscam ativamente oprimir e prejudicar membros de grupos definidos como “raciais”. O racismo, para esse autor, seria como uma arma; enquanto os

“virulentos” a usam para ferir e dominar, os “amáveis” a querem engatilhada apenas para manter as classificações sociais e suas divisões associadas.

No Quadro 2, podemos ver que, enquanto fenômeno e, conseqüentemente, enquanto conceito, o racismo pode, por uma série de características, ser distinguido de preconceito. O racismo repousa sobre uma crença na distinção natural entre os grupos, ou melhor, envolve uma crença naturalizadora das diferenças entre as pessoas, pois se liga à ideia de que diferimos uns dos outros porque possuímos elementos essenciais que nos fazem diferir; sendo essa diferença definida por formas fixas e imutáveis (HIRSCHFELD, 1998). O preconceito, por sua vez, não implica na essencialização ou naturalização das diferenças. Outra diferença diz respeito ao fato de que, enquanto o preconceito pode existir apenas no nível individual, o racismo opera também nos níveis institucional e cultural (JONES, 1998). Isto porque o racismo engloba os processos de discriminação e de exclusão social (i.e., poder); enquanto o preconceito permanece normalmente como uma atitude (LIMA, 2013).

Quadro 2: Esquematização das diferenças e semelhanças nas formas de operação do preconceito e do racismo



A importância de articularmos os dois “Ps” que estruturam as noções de racismo se torna evidente quando destacamos as limitações das definições, sejam as psicologizantes ou sociologizantes, que enfatizam uma face em detrimento da outra. Adotando uma noção do racismo enquanto atitude que decorre de uma representação essencializada e ignora as relações de poder, podemos cair na crença da imanência e da a-historicidade do racismo, desconsiderando suas variantes culturais e dinâmicas de “mito legitimador” das desigualdades (ver caixa 13). Por outro lado, como nos alerta Allport (1954), adotando noções que focam estritamente o papel do racismo nas relações de poder, podemos perder de vista elementos fundamentais do fenômeno, tais como: por que não se manifesta da mesma forma contra todos os explorados; porque alguns grupos que foram alvo de racismo não foram historicamente explorados, a exemplo dos *Quakers* e dos Mórmons, nos Estados Unidos, e dos Judeus, na Alemanha; e porque brancos pobres, operários e agricultores, também explorados pelo sistema, geralmente não são definidos em termos raciais e inferiorizados por isto.

CAIXA 13

Racismo como mito legitimador

Na antropologia, a noção de mito está ligada a uma visão “falsificada” da realidade. No entanto, o mito é uma construção social, que expressa simbolicamente a realidade, transforma-a em metáfora, em uma forma explicativa transcendente. O mito tem elementos ideológicos, econômicos, comportamentais, culturais etc., que são elucidados em suas expressões. (Retirado de Dicionário básico de Antropología, acessível em <https://www.cpalsocial.org/documentos/776.pdf>).

Portanto, conceber o racismo como mito legitimador significa entendê-lo como uma forma de representação falseada da realidade que explica ao mesmo tempo que legitima e naturaliza a inferiorização dos grupos com base nas hierarquias raciais.

Para adotarmos uma perspectiva de articulação dos dois “Ps” que compõem o racismo, basta integrar à definição proposta abaixo os elementos de legitimação da dominação social que o racismo produz:

Um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna) (LIMA & VALA, 2004b, p. 402).

Agora que já dispomos de algumas noções do que seja racismo, de como se relaciona com o preconceito e de qual a sua função, podemos discutir como ele se manifesta e sob que roupagens.

COMO O RACISMO SE EXPRESSA?

Vamos começar essa seção com três situações emblemáticas. Na década de 1930, nos Estados Unidos (EUA), havia um forte preconceito contra os chineses. Um psicólogo social chamado Richard LaPierre viajou pelo país acompanhado de um casal de chineses, registrando a reação dos funcionários de cafês, hotéis e restaurantes. Dos mais de 180 estabelecimentos visitados, apenas um se recusou a atender os viajantes. Quando regressou, LaPierre enviou a todos os estabelecimentos uma carta indagando se eles aceitariam chineses como clientes, 92% dos estabelecimentos visitados responderam que não (BROWN, 1995). Quase vinte anos depois, Ralph Minard (1952) realizou um estudo nas minas de carvão de Pocahontas nos EUA, no qual observou que dentro das minas os mineiros brancos tratavam os seus colegas negros de maneira igualitária; mas fora delas os discriminavam; havia ainda 20% que discriminavam nos dois ambientes e outros 20% que não discriminavam em situação alguma. Mais recentemente, já no final do século XX, e desta vez no Brasil, o DATAFOLHA, numa pesquisa já referida neste texto, verificou que quase 90% dos brasileiros afirmam existir racismo no Brasil, mas pouco mais de 10% se consideravam racistas. Não obstante, uma parcela significativa dos mais de 5 mil entrevistados concordam com alguma afirmação da escala de racismo “cordial”: 46% dos brancos concordaram

que “negro bom é negro de alma branca” e outros 40% deles acreditavam que “as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes” (TURRA & VENTURI, 1995).

O que significam então essas três passagens? Pelo menos duas coisas: (i) o racismo muda, se transforma e se adapta a novos contextos de relações entre grupos e de normas sociais, tal qual um vírus; (ii) o racismo existe “sem racistas”, ou seja, ainda que a maioria das pessoas admita a existência do fenômeno, raramente elas admitem compactuar com ele. Ele marca uma clivagem entre atitudes e comportamentos. Florestan Fernandes, ainda na década de 1960, já havia percebido esses traços do racismo quando afirmou que o brasileiro tinha “preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 1966).

Em seguida, iremos destacar essas duas marcas do racismo: a persistência e a flexibilidade, destacando suas formas de expressão e seus tipos de manifestação. Antes de começarmos essa discussão, vamos propor um pequeno e pouco sistemático exercício de etnografia da vida cotidiana. Imagine que você, leitor, mora num bairro pobre do Brasil. Na sua rua moram também duas adolescentes de 15 anos, uma negra e uma branca. Elas são amigas, estudam na mesma série e escola e moram uma em frente à outra em casas parecidas e com famílias com mesmo capital material e cultural. Depois de 15 anos, você ouve notícias sobre aquelas adolescentes, uma delas tem agora um bom emprego, com boa renda e vive uma vida estável num bairro de classe média; a outra continua pobre, em empregos precários e temporários. Qual a probabilidade na sua opinião da bem-sucedida ser a branca e a outra a negra?

Se você respondeu que a probabilidade de a branca ter se dado bem é maior que 50% é porque acha que existe racismo no Brasil. Vamos então supor que sua resposta esteja certa, que exista racismo no nosso país e que ele tenha levado a adolescente negra a uma trajetória de vida com menos oportunidades de realizações que a adolescente branca. Esse esforço “etnográfico” nos trará outras questões que são importantes no entendimento dos tipos e formas de expressão do racismo: em algum momento, a adolescente branca percebeu que havia “vantagens” para ela em relação à sua amiga negra? Quantas das pessoas que participaram do percurso de vida escolar e profissional das duas jovens, incluindo empregadores e professores, admitiram que, em alguma circunstância, podem ter dispensado tratamento diferente à negra por causa da cor da sua pele? Finalmente, se perguntássemos ao padre ou pastor da igreja do bairro, ao dono da padaria, aos pais das personagens da nossa pequena história e a uma pesquisadora do racismo, por que uma jovem conseguiu sucesso econômico e social e a outra

não? Quais explicações eles dariam? Seriam equivalentes as explicações? Esse cenário de possíveis respostas talvez nos ajude a introduzir o tema das formas de expressão e dos tipos de manifestação do racismo.

7.1. FORMAS E PLANOS DE EXPRESSÃO DO RACISMO

Até a segunda Guerra Mundial, a explicação mais comum para a diferença de “desempenho” das nossas duas personagens seria a de que a branca estava biologicamente mais dotada para o sucesso que a negra. Nesta época, tínhamos um racismo flagrante, aberto, sem vergonha de alardear as teorias da superioridade racial construídas no século XIX pela ciência. Resquícios deste racismo estruturaram o *Apartheid* da África do Sul e o regime separatista norte-americano chamado *Jim Crow*^{XXII} (ver Caixa 14).

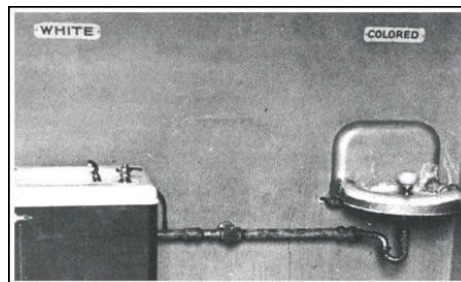
CAIXA 14

Racismo como mito legitimador

Apartheid significa separação, foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pela minoria branca no poder. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais, segregando as áreas residenciais, saúde, educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos.

Jim Crow foram leis estaduais e locais promulgadas no final do século XIX que impuseram a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Elas exigiam instalações separadas para brancos e negros em todos os locais públicos. O *Jim Crow* perdurou até 1965.

A segregação do *Jim Crow* pode ser ilustrada na imagem abaixo.



(Retirado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/>)

Depois das consequências do nazifascismo, a humanidade começou a criticar as hierarquias “raciais” ou genéticas, e surgiu um novo racismo, chamado de “racismo cultural” (TAGUIEFF, 1990). Um racista cultural, ou “novo racista”,

diria que a diferença entre as nossas duas moças é de valores, de capacidade de organização, de esforço, de disciplina ou foco, enfim, de cultura, sendo a “cultura branca” superior à “cultura negra”. Cabe, no entanto, referir que essas posições não são dicotômicas e que “velho” e “novo” muitas vezes, a depender dos contextos normativos, se confundem. Os “novos racismos”, que tem como viga-mestra de sustentação a hierarquização das diferenças culturais, reduzem a cultura ao biológico (DELACAMPAGNE, 1990), ou seja, assimilam a noção de cultura à de raça. Por outro lado, os “velhos” racismos têm ressurgido muito frequentemente como expressões atuais do racismo em vários lugares do mundo e em vários contextos de relações interpessoais e de comunicação, a exemplo dos esportes e das redes sociais, nos quais expressões animalizadoras de minorias sociais são proferidas (ver LIMA, 2019, para uma revisão).

Todas essas “novas” expressões de racismo se manifestam no âmbito das relações interpessoais, nas quais as impressões que formamos sobre os outros e que queremos que os outros formem sobre nós são cuidadosamente gerenciadas. Todavia, o racismo se configura como fenômeno sistêmico, pois se manifesta em outros planos além do das relações pessoais. Podemos destacar, além do nível individual de expressão do racismo, os níveis cultural e estrutural ou institucional.

Importante referir, antes de iniciarmos a explicação desses diferentes níveis, que se trata do mesmo fenômeno, o racismo, que é multinível e multicausado, e que a separação da sua manifestação em níveis é uma estratégia teórica de abordagem do tema. Na vida real, somos racistas porque nossa cultura é, e isso afeta nossas instituições, que, por sua vez, retroalimentam o racismo individual e o cultural. É como se ele fosse um monstro que se apoia em três pernas (BOWSER, 2017) ou, ainda, um *iceberg*, tal qual o preconceito, estruturado em três níveis de imersão: o bloco submerso, o emerso e o que fica na linha da água (GEE, 2011).

7.1.1. Nível individual de expressão do racismo

Vamos voltar à nossa experiência etnográfica, a história das duas amigas. Elas estão cursando o primeiro ano do ensino médio na mesma turma de uma escola pública. A professora de Português faz uma prova sobre interpretação de texto. A aluna branca se senta na cadeira atrás da aluna negra e copia toda sua prova. A professora corrige e atribui nota 8,0 para a branca e 7,0 para a negra. Que explicação teríamos, neste caso hipotético, para a diferença de nota das alunas, considerando que as provas eram iguaizinhas? Pode ser que a professora estivesse mais cansada e menos bem-humorada no momento que corrigiu

a prova da aluna negra e que o humor interferiu na nota. Talvez! Uma outra hipótese também possível é a do racismo individual.

França (2017) fez um estudo com 109 professores em formação de uma escola normal no Brasil. A tarefa deles era muito simples, metade corrigia e atribuía nota à redação de uma criança, cuja ficha de identificação tinha uma foto que indicava que ela era branca, a outra metade corrigia a redação de uma criança negra. Nos dois casos a redação era a mesma e havia sido escrita por uma criança real da mesma faixa etária das representadas nas duas fotos. A autora encontrou que a nota média atribuída à criança branca foi significativamente maior ($M= 7,8$) que a nota atribuída à criança negra ($M= 7,3$). Sobre os aspectos positivos destacados pelos professores nas redações, a criatividade foi elencada em 60% dos casos para o branco e 40% para o negro. Já o esforço foi atribuído em 78% para o negro e 22 % para o branco. Ou seja, o branco foi criativo, o negro esforçado, e a “criatividade” do branco melhor avaliada que o “esforço” do negro. A dimensão individual do racismo também pode ser destacada por outro dado: dos 109 professores pesquisados, 22% não diferenciaram as notas das crianças.

Lima, Araujo e Poderoso (2018) fazem um estudo com policiais militares brasileiros, em formação e outros com pelo menos 10 anos de atuação, no qual eles eram convidados a jogarem um videogame no computador. Na tela aparecem indivíduos brancos ou negros segurando uma arma ou um objeto neutro, a tarefa dos participantes era atirar quando o objeto fosse uma arma e declinar do tiro quando não fosse. As decisões tinham que ser tomadas numa janela temporal de menos de um segundo. Os autores verificam que os dois grupos de PMs foram mais rápidos para atirar num negro armado que em um branco armado e mais lentos para declinar do tiro quando o suspeito desarmado era negro do que quando era branco. Novamente, como no estudo de França (2017), temos sujeitos não racistas: dos 118 policiais envolvidos no estudo, 12 (10,2%) apresentaram um escore que não diferia estatisticamente de zero quando da subtração do tempo para decidir atirar no suspeito branco do tempo para atirar no suspeito negro (para uma aprofundamento nesse tipo de pesquisa sobre decisão de tiro sugerimos DANTAS & PEREIRA, 2018).

Nos dois estudos relatados, você deve ter notado uma característica comum, tanto os professores do estudo de França (2017), quanto os policiais do estudo de Lima et al. (2018), não percebiam que suas ações poderiam estar sendo motivadas por racismo. Trata-se, nesses casos, de uma subdimensão do racismo individual que a literatura chama de racismo inconsciente ou racismo implícito. Esse

é um nível de expressão do racismo que foge do controle voluntário e mesmo da percepção crítica dos sujeitos. Integra aquilo que a psicologia social chama de atitudes implícitas, que já foram analisadas na primeira parte desse livro.

Mas imagine que um daqueles professores ou dos policiais, mais tarde, numa reunião privada com amigos íntimos, comente algo do tipo “hoje no meu trabalho um negro me afrontou...negro se acha, eu não gosto de negros”. Trata-se, aqui, de racismo expresso num nível privado. Temos ainda o racismo individual expresso em contextos públicos, no futebol e na política temos muitos exemplos. Um deles já citamos no início desse texto, o outro vem da campanha presidencial dos Estados Unidos em 2016, quando um dos diretores da Campanha de Donald Trump afirmou: “Eu gostaria que ela (Michelle Obama) voltasse a ser uma fêmea solta no interior do Zimbábue, e lá vivesse confortavelmente numa caverna com *Maxie*, o gorila”. Esses âmbitos de expressão mais “individual” do racismo são muito semelhantes aos do preconceito. No entanto, quando adentramos para o plano cultural, começamos a perceber novas nuances.

7.1.2. Nível cultural de expressão do racismo

Vamos iniciar esse tópico com um caso real e emblemático da dimensão cultural do racismo. No dia 15 de novembro de 2017, em São Paulo, o ator negro, Diogo Cintra, voltava de uma festa da companhia de teatro na qual trabalhava, quando foi abordado por dois homens que pediram que entregasse celular e dinheiro. Ele, então, correu para pedir ajuda a profissionais de segurança que estavam em um terminal de ônibus nas imediações. Os bandidos o perseguiram e disseram aos seguranças que haviam sido roubados por Cintra, enquanto Cintra afirmava o contrário. Os seguranças acreditaram na versão dos bandidos. Cintra foi obrigado a entregar o seu celular aos bandidos (que disseram que ele havia roubado) e ainda foi espancado por estes com a complacência dos seguranças do terminal.^{XXIII} Em uma situação como essa, afirmar que os seguranças foram apenas racistas é uma forma de reduzir o fenômeno. Mais do que racistas eles foram contaminados por uma cultura que diz algo como “negro parado é suspeito, correndo é ladrão...”. Cultura que, de tão difundida, deu aos bandidos a certeza que a polícia e os transeuntes acreditariam neles e não na vítima.

Quantas vezes você já participou de uma “greve branca”, ou escutou expressões como “denegrir a imagem”? Essas são expressões que denotam o racismo cultural, o que decorre do modo como a sociedade lida com a questão do racismo. No caso do Brasil, fomos o *último* país a abolir a escravidão dos negros; até meados do século XX, vivemos um regime de racismo flagrante ou público, a

organização social e econômica do país refletia essa lógica. As políticas públicas voltadas para a reparação das desigualdades entre brancos e negros no país são recentes, datam da década de 1990 (TELLES, 2004).

O racismo cultural é veiculado, sobretudo, pelos meios de comunicação de massa. A TV e o cinema nacionais muitas vezes trazem uma representação do negro como subalternizado ou invisibilizado. Basta lembrarmos de muitos personagens negros clássicos de novelas e filmes, que representavam o negro como humilde e resignado (tia Anastácia), ou como imoral e voluptuoso (Xica da Silva), ou ainda como violento e impiedoso (Maurício Gonçalves: o capitão-do-mato de “Sinhá Moça”) (ARAÚJO, 2000). No cinema, aparece o negro de “alma branca”, que incorpora o universo social branco (Sidney Poitier: “Ao mestre com carinho”) (RODRIGUES, 2011). E ainda, na literatura, a mulata sedutora, hipersexualizada e sensual de Jorge Amado.

Pari passu com essa representação do negro subalternizado caminha a do negro invisibilizado. Houve apenas quatro famílias negras de classe média na história da telenovela brasileira, de 1951 a 1999; nenhuma novela até 1990 abordou o racismo no Brasil de forma direta; todos os atores negros de 1960 a 1970 fizeram papel de serviçal; pela primeira vez na história do país, em 1997, uma família negra apareceu em comerciais de TV, numa propaganda de chocolate Lacta (ARAÚJO, 2000; FERNANDES, 1997). Ou ainda, mais recentemente, numa propaganda do Ministério da Educação do Brasil, veiculada em 13 de junho de 2019, na qual um aluno entra negro na universidade, mas quando é diplomado fica branco^{XXIV}.

Todos esses aspectos colaboram para construir, ao mesmo tempo que refletem, uma cultura racista que prevê espaços sociais específicos, formas de autoapresentação/representação predeterminadas e territórios de mobilidade limitados para o negro. Tal cultura constrói e fazem cair sobre os negros estereótipos sociais negativos ou pseudopositivos.

Essa é a esfera cultural do racismo, transmitida nos processos de comunicação e de socialização de forma direta ou indireta. Uma criança, ainda muito pequena, já sabe, no Brasil, o peso e o valor da cor da sua pele, como demonstram os estudos de França e Monteiro (2004, 2013).

Vaccarezza e Lima (2019), fizeram um estudo sobre as representações sociais da beleza e da feiura na mídia. Participaram 494 pessoas das cinco regiões do Brasil. Os participantes deveriam referir modelos de beleza e de feiura da TV brasileira. Em um estudo complementar, 60 juízes foram solicitados a classificar a cor da pele dos exemplares referidos. Os autores encontraram que, nas

respostas dos participantes de cor branca, apenas 2,3% dos modelos de beleza masculina referidos são pretos, para a beleza feminina foram 4,7%. Todavia, quando instados a referirem modelos de feiura masculina na TV, 12,1% das respostas citam exemplares de cor preta e outras 10,7% são citadas para feiura feminina. Ou seja, a beleza dos pretos aparece em 7% das recordações dos participantes brancos, enquanto a feiura aparece em quase 23%. Os autores concluem que além da sub-representação de personagens negros na TV nacional (invisibilização), há ainda uma representação estereotipada e caricata do negro (inferiorização).

O racismo cultural também se manifesta no cyber espaço, alguns autores chamam o fenômeno de “cyber racismo”. Este termo inclui qualquer expressão “online” de agressão, preconceito ou ódio motivado por questões “raciais” (BLIUC, FAULKNERB, JAKUBOWICZC, & MCGARTYA, 2018). Uma das formas de expressão do cyber racismo são os videogames. Muitos desses jogos apresentam conteúdos que associam personagens negros e latinos com a delinquência, racionalizando o medo contra eles (GEE & FORD, 2011). Alguns jogos, como o “*World of Warcraft*”, permitem aos jogadores escolherem os personagens em função da sua raça ou cor, as quais diferem em atributos inatos, tais como resistência a doenças ou habilidades de vodu (“*voodoo shuffle*”). Esses jogos reforçam a ideologia da supremacia branca, seja na construção dos conteúdos, seja na definição das personagens principais:

Uma das características notáveis no *site* da Metzger é a seleção de jogos de computador cheios de ódio, como o *Drive By 2*, no qual os jogadores podem experimentar um gueto negro de Detroit, podendo participar de um jogo em que são instruídos a “atirar nos homossexuais antes que eles o estuprem”. Ou num outro, chamado *Border Patrol* (Patrulha de Fronteira), cujo comando é “Não deixe que esses *Spics* (Latinos) cruzem nossa fronteira”. Além de serem violentamente racistas e homofóbicos, alguns dos jogos também são profundamente sexistas. Seguindo uma linha conservadora, eles socializam os meninos na misoginia e excluem as meninas de todos os papéis, exceto dos mais estereotipados (DANIELS, 2008, p. 135)^{xxv}.

Numa revisão sistemática de uma década de pesquisa (2005-2015) sobre cyber racismo, foram analisados 31 estudos, dos quais 84% utilizam dados de arquivo (e.g., fóruns, games, websites etc.) e os 16% restantes tem como fontes dados de *surveys* ou entrevistas (BLIUC et al., 2018). Os resultados encontrados indicam que o cyber racismo é usado para três grandes objetivos: a) fortalecimento do grupo: o uso da internet para aumentar o comprometimento dos membros existentes e recrutar novos; b) propaganda racista: usando a internet para

disseminar mensagens racistas e popularizar ideologias extremistas e c) criar um senso de identidade coletiva transnacional: a internet é estrategicamente usada por racistas para construir um sentido de comunidade sem fronteiras, permitindo que indivíduos racistas isolados encontrem grupos racistas, como por exemplo o *Stormfront.org*, a fim de alcançar um sentimento de pertença e conexão a uma identidade de supremacia branca.

7.1.3. Nível institucional de expressão do racismo

A África do Sul do *Apartheid* e os Estados Unidos do Jim Crow foram sociedades organizadas politicamente em termos racistas. O racismo era uma instituição estabelecida em leis ou códigos, que definiam espaços físicos, sociais, políticos e econômicos diferentes para negros e brancos. Ou seja, nessas sociedades e épocas, os negros eram oficialmente segregados, viviam em “bairros de negros”, usavam “banheiros de negros” e “transportes de negros” (BOWSER, 2017). O termo racismo institucional ou estrutural se refere ao nível macro do sistema social, às instituições, ideologias e a outros processos que interagem uns com os outros para gerar e reforçar as desigualdades entre brancos e negros (GEE & FORD, 2011).

Voltando àquela nossa imagem do racismo como *iceberg*, o nível estrutural é a base que permanece muitas vezes submersa e que estrutura os níveis cultural e individual de expressão, sendo retroalimentado por eles. Diferentemente da época dos regimes claramente segregacionistas citados acima, o racismo institucional atua nas modernas e democráticas sociedades através da negação de acesso a direitos e oportunidades iguais para brancos e negros, apenas por causa da cor das suas peles. As desigualdades raciais muitas vezes aparecem de forma explícita e noutras de forma velada ou implícita. Exemplos de racismo institucional são: a segregação social e residencial, a segregação no acesso à justiça, no acesso à saúde e emprego.

Você já parou para observar a quantidade de negros que vivem na sua cidade? Se fez isso, talvez já tenha notado que eles são mais facilmente encontráveis em alguns bairros e tipos de *shopping centers* que em outros. Talvez você tenha notado isso e atribuído ao fato de que em função de, no Brasil, por causa da exclusão econômica, a maior parte dos negros ser pobre e esses lugares serem caros, não haveria negros porque quase não há pobres. Não seria, portanto, um problema de cor, mas sim de estrato econômico. Então, supondo que a sua explicação faça sentido, por que existe uma correlação entre cor e classe no Brasil (i.e., quanto mais clara a cor mais alta a classe)? Que explicações teríamos para negros geralmente serem mais pobres que brancos além das do racismo institucional?

Novamente se pode redarguir que se trata apenas de uma questão de tempo, em praticamente um quarto da nossa história enquanto país os negros foram escravos, eles estão avançando e em breve estaremos vivendo uma sociedade sem desigualdades raciais. Infelizmente, novamente evidências sólidas vão na direção contrária a essa confortável explicação.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que trabalhadores negros ganham por mês em média cerca de R\$ 1,2 mil a menos que os brancos. Esses mesmos dados indicam que, entre 2012 e 2017, não houve mudança substancial na diferença de rendimento entre negros e brancos no país (VELASCO, 13/05/2018). A desigualdade parece estável, mas ainda se pode contra-argumentar que ela reflete outra desigualdade, a de acesso à educação. Com efeito, o mesmo estudo indica que apenas 8,8% dos negros com mais de 25 anos de idade possuem nível superior de escolaridade, contra 22% dos brancos. Isso, é óbvio, se espalha nos outros níveis de ensino. Um levantamento do Programa “Todos Pela Educação”, utilizando dados do IBGE, verificou que 62% dos pretos contra 76% dos brancos entre 15 e 17 anos estavam matriculados no Ensino Médio. Essa desigualdade não pode ser explicada somente por questões de renda, pois permanece mesmo entre os negros com renda mais elevada. Dentre os 25% mais ricos de brancos e negros a desproporção é de 92% de brancos matriculados contra 86% de negros (KESLEY, 22/11/2018). A desigualdade salarial entre brancos e negros se mantém mesmo quando a escolaridade e a função dos trabalhadores são controladas (PORTELA, LIMA, & DA SILVA, 2019).

Além da discriminação dos negros no acesso à educação no Brasil, eles também são discriminados no acesso à moradia. Não sei como é na sua cidade, mas, na minha, existem bairros “mais brancos” e outros “mais negros”. Novamente, se pode alegar que é tudo uma questão de renda (...). Mas, não é “somente” isso. Nos Estados Unidos, a segregação residencial atual é ainda maior que na época do Jim Crow. Como a discriminação aberta é ilegal, as agências de imóveis de bairros mais sofisticados dão informações diferenciadas sobre a disponibilidade (menor), preços (mais elevados) e empréstimos (mais difíceis e com piores taxas) para consumidores negros e latinos que para brancos (BONILLA-SILVA, 2013). Trata-se de um novo estilo de segregação residencial, mais difícil de detectar e de se proteger contra, chamada “*smiling discrimination*” ou discriminação sorridente (SCHEURÍCH & YOUNG, 1997). No Brasil, até onde vai nosso conhecimento, ainda não foram feitos estudos para avaliar a existência desse fenômeno nas nossas agências de imóveis.

O racismo institucional também se manifesta pela discriminação no acesso à justiça. Imagine um juiz julgando um crime de homicídio cujo réu é negro e a vítima é branca. Você acha que a cor da pele dos envolvidos interfere na decisão do juiz sobre o tempo de pena? Silva e Lima (2016), analisando 114 processos de casos de homicídios julgados em uma comarca do Brasil, constataram que o tempo de pena atribuído a réus de cor preta foi em média 12,3 anos contra 3,7 anos para réus brancos. Ou seja, réus negros receberam penas quase quatro vezes maior para o mesmo crime que réus de cor branca. Sérgio Adorno (1996), analisando Boletins de Ocorrências (BO) de crimes violentos (e.g., roubos, estupros, extorsão mediante sequestro, tráfico de drogas etc.), observou que existia uma tendência ao enegrecimento da população de indiciados e réus, conforme o curso do processo judicial, se a direção das evidências fosse condenatória a cor do réu ia escurecendo nas descrições dos BOs.

O acesso a direitos, como a saúde, também é impactado pelo racismo institucional. Uma revisão de 40 pesquisas sobre discriminação na saúde entre 1950 e 2009, constatou que a percepção de racismo afeta a autoestima, o autoconceito, níveis de depressão e ansiedade, além de estimularem a delinquência entre jovens negros (PACHTER & COLL, 2009). Outra metanálise, essa com amostras de adultos, levantou 293 estudos ocorridos entre 1983 e 2013, que indicaram que o racismo foi associado à ansiedade, depressão, estresse e déficits na saúde orgânica nas minorias raciais (PARADIES, BEN, DENSON, ELIAS, PRIEST, PIETERSE et al., 2015). Uma metanálise sobre saúde de mulheres negras, considerando o período de 2003 a 2013, encontrou 19 estudos sobre o tema, os quais apresentam resultados que indicam a relação entre a percepção de racismo e a ocorrência de câncer e complicações no parto (BLACK, JOHNSON, & VAN HOOSE, 2015).

No Brasil, dados do Ministério da Saúde indicam que:

O risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca. Também o risco de morte por desnutrição apresenta diferenças alarmantes, sendo 90% maior entre crianças pretas e pardas do que entre brancas. O risco de morte por tuberculose é 1,9 vez maior entre as pessoas pardas e 2,5 vezes maior entre as pessoas pretas, quando comparado ao risco entre as pessoas brancas. As mulheres negras grávidas morrem mais de causas maternas (como a hipertensão própria da gravidez) do que as brancas. As crianças negras morrem mais por doenças infecciosas e por desnutrição e, nas faixas etárias mais jovens, os negros têm um índice de mortalidade superior ao dos brancos. (MS, s/d).

As taxas de homicídio contra homens negros foram de 160 para cada 100 mil habitantes em 2015, contra aproximadamente 60 para os brancos (MS, 2015). Também a saúde mental dos negros é mais precária. Segundo o Ministério da Saúde, a maior taxa de suicídios ocorre entre jovens pertencentes a minorias étnicas, sobretudo indígenas, alcançando 44,8% dos óbitos na faixa etária de 10 a 19 anos (MS, 2017).

Finalmente, o racismo institucional também afeta as oportunidades de emprego e a renda dos trabalhadores brancos e negros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), mais de 64% dos 12,2 milhões de pessoas desempregadas em 2018 eram negros (pretos ou pardos).

INTEGRANDO OS NÍVEIS INDIVIDUAL, CULTURAL E INSTITUCIONAL DO RACISMO

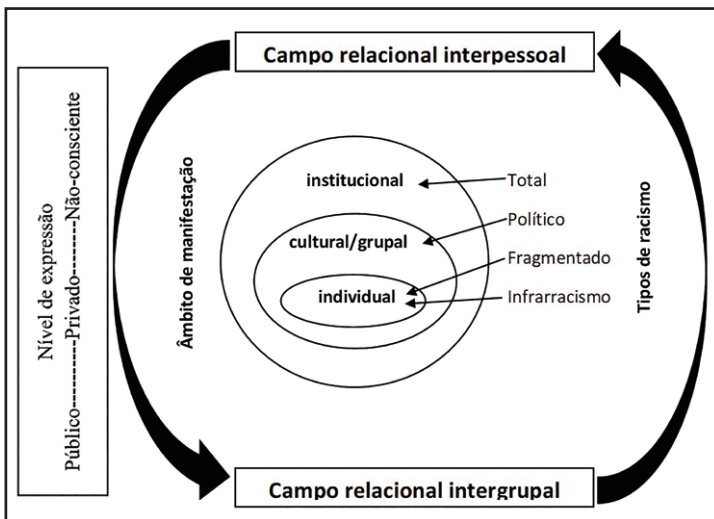
Para o sociólogo Michel Wieviorka (1995), existem quatro planos de manifestação do racismo: infrarracismo, racismo fragmentado, racismo político e racismo total. Esses planos nos ajudam a pensar a relação entre os níveis individual, cultural e institucional do racismo. O infrarracismo e o racismo fragmentado estão num nível mais individual de expressão do fenômeno. Nele, o racismo se confunde com a xenofobia e com o preconceito; sendo um “não gostar” do outro porque ele pertence a um grupo diferente. Trata-se de um racismo muitas vezes não consciente e, quando consciente, se esconde para driblar a norma antirracista mediante expressões privadas, sub-reptícias. Nos planos do racismo político e total, a cultura racista começa a se estruturar, criando instituições que, aos poucos, vão tornando as suas expressões permitidas e construindo uma sociedade que se organiza em termos racistas. Nas palavras de Wieviorka, o racismo só adquire coesão quando atinge um plano político. A tal ponto que:

A coisa mais preocupante para uma sociedade não é a existência do racismo fragmentado - ainda que potencialmente estabelecido -, mas a existência de atores políticos capazes de levar o racismo através das linhas em que ele se torna uma força de mobilização coletiva, uma força que pode ser capaz de capturar um estado de poder. (WIEVIORKA, 1995, p. 42).

Michael Billig (1984), um psicólogo social britânico, nos dá um bom exemplo de como os níveis individual, cultural e institucional do racismo se interpenetram. Imagine que o dono de uma rede de lojas sofisticadas de um shopping center se recuse a ter funcionários negros. Ele argumenta que não se trata de racismo individual, mas porque seus clientes (cultura) são racistas e isso prejudicaria a venda nas lojas. O fato de ele não contratar profissionais negros ajuda a reproduzir a discriminação de haver maior desemprego entre os negros (racismo institucional). O fato de haver mais negros em situação de desemprego ajuda a confirmar as crenças de que os negros “não gostam de trabalhar”, “não se esforçam” etc. (racismo cultural), que, por sua vez, ensina e alimenta o racismo individual. Situações assim, infelizmente, ainda acontecem na vida real do Brasil muito rotineiramente, como demonstraram Pereira, Torres e Almeida (2003), num engenhoso estudo experimental.

O fluxo dinâmico nas relações entre o espectro e os espaços de expressão do racismo com seus níveis de produção é destacado na Figura 10. Nela, são integrados níveis de expressão do racismo (não consciente, privado e público), com o âmbito das relações sociais (interpessoal e intergrupar), considerando os âmbitos de manifestação do racismo (individual, cultural e institucional), para gerar tipos de racismo (infrarracismo, racismo fragmentado, racismo político e racismo total). Não obstante o aspecto estático da figura, sabemos que essas expressões e mecanismos do fenômeno são dinamicamente interconectados, respeitando as situações e contextos espaço-temporais específicos.

Figura 10. Esquematização das relações entre as lógicas e níveis de expressão do racismo



(Adaptada de LIMA, 2019, p. 163)

Até aqui, definimos o racismo e discutimos como ele se expressa e se manifesta através de níveis ou planos diversos. Você deve ter notado que a maior parte da literatura adotada até então foi estrangeira, sobretudo norte-americana. Não se trata, esperamos, de um complexo vira-latas responsável por não valorizarmos adequadamente a produção nacional sobre o tema. Talvez seja algo um pouco pior, ainda existe pouca produção nacional sobre racismo, principalmente na nossa área, a psicologia social, que, como vimos, prefere o termo “preconceito racial”. O tópico seguinte será dedicado à parte daquilo que as ciências humanas do Brasil conseguiram produzir sobre o tema.

RACISMO NO BRASIL NINGUÉM SABE NINGUÉM VIU

Numa consulta nas bases de dados Periódicos Capes e Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Capes, realizada em 30 de abril de 2019, encontramos 664 trabalhos em cujos títulos aparecia o termo “racismo”: 511 artigos revisados por pares e 153 teses/dissertações (112 Dissertações de Mestrado e 41 Teses de Doutorado). Quando introduzimos o termo “preconceito racial” aparecem 16 teses/dissertações no BDTD e 22 artigos revisados por pares nos Periódicos Capes. A maior parte dessa produção se concentra em periódicos de ciências sociais ou em Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas e Sociologia. A psicologia ainda tem pouquíssima produção sobre racismo no Brasil (SACCO, DE PAULA COUTO, & KOLLER, 2016).

Efetivamente, a psicologia começa a pesquisar o racismo no Brasil de forma mais sistemática no final da década de 1990. A primeira análise “psicológica” do racismo nacional, no entanto, havia sido feita por Arthur Ramos (1903-1949), um médico alagoano que também é considerado um dos fundadores da psicologia social no Brasil. Ainda na primeira metade do século XX, Ramos escreveu o livro “O negro brasileiro”, publicado em 1934. Nele, afirma que a cultura negra era atrasada por causa da religiosidade, tendo os negros um pensamento mágico e pré-lógico (RAMOS, 1934/2001, p. 31 citado em

TAMANO, 2013). De forma que, inaugurando as teses do racismo cultural, Ramos considerava que os negros eram atrasados, não por questões raciais, mas por deficiências culturais. A psicologia de Artur Ramos articulava as teses de Nina Rodrigues às de Gilberto Freyre, defendendo a existência de uma democracia racial no Brasil: “Não há hostilidade. Não há atitudes extremadas. Não há separação social. Não há linha de cor como na América do Norte” (RAMOS, 1943, p. 143 citado em TAMANO, 2013).

Gilberto Freyre (1900-1987), um cientista social pernambucano, ainda em meados do século XX, estabeleceu bases de análise do racismo nacional, que permanecem influentes ainda hoje. No seu livro *Casa-Grande & Senzala* de 1933, ele cunhou o termo “democracia racial” para descrever o Brasil das relações entre brancos e negros como um país inteiramente livre de bloqueios para a igualdade, isento de preconceito e discriminação raciais formais e informais (FREYRE, 1933/1983). A explicação para o suposto caráter horizontal das relações racializadas do Brasil, em Freyre, decorre do estilo peculiar de colonização portuguesa ou, como ele chamava, do “lusotropicalismo”. Enquanto na América espanhola a violência contra os nativos era flagrante (LAS CASAS, 2001), no Brasil a violência da colonização portuguesa primou sempre por salvar-se pela fé católica, gerando outro mito, o “da escravidão benevolente”. Os brasileiros acreditavam que seus escravos eram mais bem tratados que os de outros países. Esse mito foi forjado para resolver dois problemas: salvar as consciências “cristãs” dos senhores de escravos e defender a escravidão dos seus críticos (ANDREWS, 1991).

Uma outra consequência importante do “lusotropicalismo” para o entendimento do racismo nacional foi a miscigenação, biológica e cultural da sociedade nas palavras de Freyre (1933). A miscigenação, juntamente com a suposta cordialidade nas relações sociais, proposta por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), emprestariam marcas fundantes do racismo nos trópicos.

Uma terceira característica desse racismo, também decorrente da miscigenação, por um lado, e da estrita hierarquia de poder entre brancos e negros, por outro, foi o branqueamento. O branqueamento é um conjunto de normas, valores e atitudes que os negros muitas vezes adotam ou incorporam, a fim de assemelhar-se ao modelo “branco” dominante, e, assim, construir uma identidade racial positiva (PIZA, 2000). Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística verificou, em 1976, que os brasileiros se atribuem 135 cores diferentes, desde “enxofrada”, passando por “morena-ruiva” até “branca-suja” e “branca”. Uma análise mais cuidadosa do caleidoscópio de cores encontrado

indica que ele reflete a tendência à fuga da cor negra e a busca das cores mais “claras” (LIMA & VALA, 2004c). É neste contexto que o branqueamento ganha foros de ideologia nacional e que, para alguns, seria mesmo a primeira teoria genuinamente brasileira (SCHWARCZ, 1996).

O mito da democracia racial, a mestiçagem e o branqueamento impingiram no racismo nacional certa ambiguidade de expressão que tornaram mais difícil seu reconhecimento oficial por parte do Estado e a denúncia por parte da ciência e dos movimentos sociais. Foram Florestan Fernandes (1920-1995), um sociólogo paulista, juntamente com o francês Roger Bastide, os primeiros a questionarem a democracia racial brasileira. Esses autores demonstraram que, “sob o manto da igualdade jurídica e política, mantinha-se não só a desigualdade econômica e social entre ‘brancos’ e ‘negros’, mas ainda a antiga ideologia racial, com todas as ilusões que ela encobria.” (FERNANDES & BASTIDE, 1951, pp. 13-14). Fernandes (1966) continua sua análise afirmando que existe uma tendência dos brasileiros a considerarem o preconceito racial como ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratica) e que, por isso, “*o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o ‘preconceito de ter preconceito’*” (p. 33).

Outro autor significativo no cenário nacional que também desmistificará o caráter violento das nossas relações racializadas será Otávio Ianni. Para ele, são as relações de poder e os interesses envolvidos nelas que anulam a possibilidade de efetiva democratização das relações entre brancos e negros no Brasil (IANNI, 2004).

Assim, muito antes de norte-americanos e europeus, o Brasil apresentava o que, desde os anos 80 do século passado, se chamam de “novas expressões de racismo e preconceito”. Como refere Antônio Sérgio Guimarães, outro importante pesquisador do racismo nacional, o modelo das relações raciais no Brasil pós-abolição da escravidão mostrava uma sutil etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda no status e nas possibilidades econômicas de brancos e negros, tudo isso sem ferir a equidade jurídica formal (GUIMARÃES, 1999). De tal forma que, segundo Kabengele Munanga, desde o fim da escravidão as expressões do preconceito racial no Brasil se apresentaram de maneira sutil ou velada (MUNANGA, 1996).

A distinção entre branquitude e branqueamento, é outro elemento importante para entender o racismo brasileiro. A primeira é entendida como elemento da identidade racial branca e o segundo, como referido, é uma estratégia criada pelas elites nacionais para colocar o “branco” como padrão de referência ou

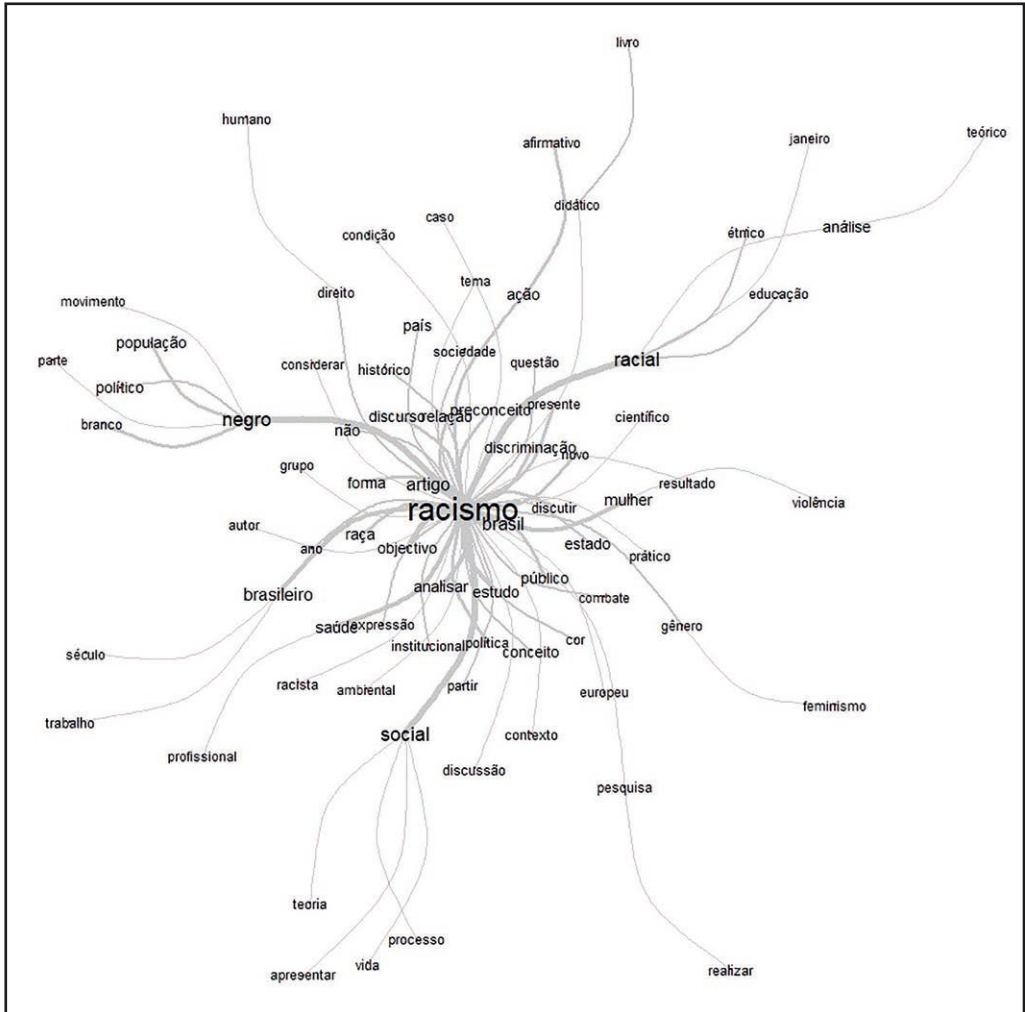
“ideal de eu”. Maria Aparecida Silva Bento afirma que existe no preconceito uma relação dialógica: de um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor e a omissão diante da violência por ele sofrida; de outro, um silêncio cúmplice para com o grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia simbólica e materialmente (BENTO, 2002).

Uma análise daqueles artigos encontrados nos periódicos Capes, na consulta que fizemos em 01/05/2019, considerando como filtro o fato de terem sido publicados em periódicos nacionais nos últimos 20 anos, indicou que apenas 190 textos permanecem dentre os 511 encontrados, sendo uma parte deles repetida (16 artigos) e outra publicada em castelhano (92 artigos), restando apenas 82 artigos.

Utilizando o software Iramuteq^{xxvi}, procedemos a uma Análise de Similitude dos títulos desses artigos. O corpus foi, portanto, composto por 82 títulos, totalizando 288 segmentos de texto, com 1606 formas analisáveis (palavras) (62,2% do corpus). Para a análise, consideramos somente termos com pelo menos 10 ocorrências e eliminamos os pronomes e a maior parte das preposições, mantendo adjetivos, substantivos e verbos. Na Figura 11, podemos ver que no centro das atenções das publicações está o termo “racismo”, que é orbitado por análises focadas na discussão conceitual, situadas em contextos de expressão ou relação: ambiental, político, europeu, Brasil, Estado, histórico, sociedade, gênero, direito, saúde etc. Essa representação temática central possui três ramificações principais: social, racial e negro. O “social” se vincula ao sintagma nominal “processo-apresentar-vida”. O “racial” se vincula a uma análise teórica que foca as esferas da educação e do trabalho nas questões étnicas. Finalmente, a produção científica focada no substantivo “negro”, entende o grupo como população, em contraste com o termo “branco”, são análises do movimento (negro) com foco no aspecto político.

Depreende-se, dessa análise, que há uma escassez de pesquisa empírica, predominando os termos “análise teórica”, “conceitos”, “discussão” etc. Uma análise do conteúdo desses 82 resumos indicou que apenas dois deles têm metodologia na qual aparece o termo “participantes”, outros quatro usam o termo “sujeitos” e mais três empregam o substantivo “amostra” no seu resumo. A palavra “dados” aparece seis vezes, mas sempre nos mesmos artigos que usam os termos participantes ou sujeitos. Ou seja, 9 dos 82 artigos (11%) trazem alguma análise empírica do racismo no Brasil.

Figura 11: Análise de similitude dos artigos publicados sobre racismo no Brasil nos últimos 20 anos



A configuração das pesquisas nacionais sobre racismo indica que ainda não temos no país uma organização de linhas de pesquisa sistemáticas. Os estudos parecem não derivar de eixos temáticos específicos que se liguem ao tema central racismo e se ampliem pelo acúmulo de evidências e análises. Pelo contrário, eles parecem refletir um tipo de organização centrípeta, que muitas vezes, assim como na física, acaba por dar às teorizações e aos estudos uma trajetória circular, sem grandes avanços por falta de sistematização e de eixos condutores – Linhas de Investigação.

A título de comparação, a psicologia social norte-americana tem tradições de pesquisa sobre o tema desde a década de 1920, com os estudos sobre hierarquias raciais e estereótipos; mais tarde surge uma linha de pesquisa que busca analisar as raízes do preconceito, incluindo os processos de categorização social a partir dos trabalhos de Allport (1954); em seguida, os estudos focam possíveis remédios para o combate ao preconceito; para, mais recentemente, analisarem as disparidades raciais em saúde e bem-estar e os processos automáticos ou não-conscientes associados ao fenômeno (DUCKITT, 1992; RICHESON & SOMMERS, 2016).

Esse cenário coloca para nós, pessoas interessadas no tema, o desafio de produzir mais conhecimento e maior articulação e continuidade de estudos e formas de análise sobre o racismo no Brasil.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Nosso objetivo nesse capítulo foi discutir o racismo e apresentar ao leitor algumas das suas características mais marcantes. Começamos tentando defini-lo partindo do conceito de “raça”, entendido como construção política. Assumimos a concepção do racismo, simultaneamente, como uma doutrina e uma ação, voltadas para a manutenção dos privilégios raciais. Algo que integra dimensões individuais, normalmente chamadas de “**P**reconceito”, com uma esfera política do “**P**oder”: P + P. Em seguida, discorremos sobre tipos e formas de manifestação do racismo, nessa parte, analisamos as mudanças dos racismos de base mais biológica para racismos culturais, concebendo-os como um tipo de representação social (VALA, 2015), cuja objetivação tem sempre como núcleo figurativo a noção de essências naturalizadas que definem as aparências ou formas de ser. Desse modo, as antigas hierarquias raciais foram “substituídas” pelas mais “atuais” hierarquias culturais. Tudo isso num processo dinâmico, pois adaptabilidade, flexibilidade e resistência são as marcas do “vírus racista”, que se adapta às normas para manter o tecido social doentio, necrosado.

Destacamos que o racismo é um fenômeno multinível, que se espalha desde o nível individual, passando ao cultural até se cristalizar no institucional; manifestando-se em esferas não conscientes ou automáticas, privadas e públicas. Em

seguida, analisamos o racismo no Brasil, vimos que, embora seja um tema de importância crescente no nosso país, ainda há pouca produção sobre o mesmo e o que existe está pouco sistematizado em linhas de investigação. De forma que, na psicologia social, temos muito por fazer, tanto no que concerne às questões de estudo do tema e formulação de diretrizes sólidas para favorecer políticas públicas de combate, quanto na análise dos seus efeitos na cidadania e na saúde, física e mental, das vítimas.

Procuramos, neste texto, trazer ao leitor parte do vasto corpo teórico da psicologia social sobre o racismo. Tentamos fazer isso usando uma linguagem mais simples e direta; mas sabemos que em muitos momentos podemos não ter conseguido sucesso na forma. Entretanto, em relação ao conteúdo, estamos plenamente convictos dos limites do nosso texto. Existe muito, muito mais do que conseguimos compilar aqui para o leitor. Trata-se de um tema vasto e complexo. Nossa esperança é ter despertado o interesse e ajudado aos interessados no tema, fornecendo “bastões de caminhada” para ajudar na longa, tortuosa e importante seara de análise do racismo no Brasil. Sobretudo no contexto atual, no qual assistimos o recrudescimento das expressões mais veladas e o ressurgimento de expressões mais abertas de menoscabo da diferença que ameaçam, para além da saúde e da inclusão das minorias sociais definidas em termos racializados, o desenvolvimento dos países e o avanço da humanidade em termos civilizacionais.

Em seguida, apresentaremos alguns recursos e materiais que permitirão ilustrações e aprofundamentos sobre o tema do racismo.

10.1 ALGUMAS SUGESTÕES DE RECURSOS AUDIOVISUAIS PARA APROFUNDAMENTO

- Muitos filmes abordam o racismo, sugerimos aqui alguns: “A outra história americana” (filme de 1999 dirigido por Tony Kaye), “Moonlight: sob a luz do luar” (2016, direção de Barry Jenkins), “American Son” (2019, direção de Kenny Leon), “O mordomo da Casa Branca” (2013, direção de Lee Daniels), “Corra” (2017, dirigido por Jordan Peele), “Infiltrado na Klan” (dirigido por Spike Lee), “Selma – Uma Luta Pela Igualdade” (dirigido por Ava DuVernay).
- Há também várias séries para TV, sugerimos algumas: “Olhos que condenam” (direção Ava DuVernay), “Atlanta” (dirigida e estrelada por Donald Glover), “Cara gente branca” (criação Justin Simien) e “Mister Brau” (comédia de Jorge Furtado e Adriana Falcão).

10.2 SOBRE TEXTOS TEÓRICOS PARA UMA BOA INTRODUÇÃO À TEMÁTICA RECOMENDAMOS

- Lima, M. E. O. (2019). O que há de novo no “novo” racismo do Brasil? *Dossiê - educação das relações étnico-raciais na contemporaneidade: permanências e transformações*, 4(7). Disponível em <http://costalima.ufrj.br/index.php/REPECULT/article/view/317>.
- Vala, J., & Pereira, C. (2012). Racism: An Evolving Virus. *Proceedings of the British Academy*, 179, 49-70.
- Fredrickson, G. M. (2015). *Racism: a short history*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Taguieff, P. A. (2001). *Racismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vala, J. (2015). Racismos: representações sociais, preconceito racial e pressões normativas. In J. C. Jesuíno, F. R. P. Mendes & M. J. Lopes (Eds.), *As representações sociais nas sociedades em mudança* (p. 153-183). (Coleção Psicologia Social). Petrópolis, RJ: Vozes.

VENCENDO O PRECONCEITO E O RACISMO

Como vimos neste livro, preconceito e racismo se adaptam historicamente, assumindo formas de expressão permitidas, ou pelo menos não sancionadas, nos novos contextos normativos. Em que pese essa tenacidade e maleabilidade, esses fenômenos podem e devem ser combatidos. São invenções humanas, produzidas por seres humanos, e por isso podem ser vencidas também por eles (OSKAMP, 2002). Ainda que essa afirmação seja óbvia, ela nem sempre é considerada. Muitas pessoas alegam que não há como vencer preconceitos e racismos, pois eles acompanham a história da humanidade. Se isto fosse verdade, então não poderia haver pessoas não preconceituosas e não racistas; e, como sabemos, há essas pessoas; de forma que pode haver sociedades sem preconceito e sem racismo.

Para discutir formas de combate a esses fenômenos, é importante não esquecer da sua tripla constituição: individual, cultural e institucional. Em cada uma dessas dimensões, devemos considerar, para seu combate efetivo, as possíveis causas, interesses e formas de manifestação (OSKAMP, 2000). Assim, devemos considerar, simultaneamente, causas e consequências individuais, culturais e institucionais do preconceito e do racismo para perpetradores e para vítimas.

A proposta de combate apresentada nessa parte do texto se organiza conforme Paluck e Green (2009). Esses autores realizaram uma extensiva metanálise, incluindo 985 produções, acadêmicas e não acadêmicas, publicadas e não publicadas, disponíveis em bases de dados de todas as áreas entre 1993 e 2008. Eles usaram na sua busca vários termos: “racismo”; “homofobia”; “ageísmo”; “antipatia por grupos étnicos, religiosos, nacionais e fictícios (experimentais)”, “preconceito contra pessoas com excesso de peso, pobres ou incapacitadas” etc. Em seguida, apresentamos os principais modelos de combate ao preconceito e sumarizamos os resultados obtidos por eles.

11.1. COMBATENDO O PRECONCEITO E O RACISMO NO NÍVEL INDIVIDUAL

No nível individual de expressão e de combate ao preconceito e racismo, um primeiro plano de análise, é o das supostas predisposições genéticas e evolucionárias para o preconceito. Ainda que a esse respeito pouca coisa possa ser feita, podemos supor que mudanças nos outros planos podem alterar esses padrões (OSKAMP, 2000). Ademais, é preciso considerar que as explicações biologizantes do racismo e preconceito apresentam uma série de inconsistências; sendo suas evidências pouco confiáveis e passíveis de polêmicas (ver LIMA, 2013).

No nível individual, o plano das diferenças pessoais, ou de personalidade, é outro que merece atenção da literatura. As estratégias de combate são variadas e todas focalizadas nos indivíduos. Merecem destaque nesse plano as teorias que propõem como causas do preconceito e do racismo a personalidade (ADORNO et al., 1950), a orientação para a dominância social (SIDANIUS & PRATTO, 1999) e as teses sobre economia psíquica, categorização social e identidade (FISKE & TAYLOR, 1984; TAJFEL, 1981). Como a “doença” tem a ver com fatores cognitivos (i.e., crenças, estilos de pensamento, opiniões etc.) e afetivos (i.e., emoções associadas aos “outros”), a “cura” também foca esses aspectos. As estratégias de combate podem incluir instrução ou reeducação, manipulação de responsabilidade, conscientização, foco na autoestima ou emoção levando as pessoas a situações de empatia com as vítimas do preconceito e, ainda, terapias e aconselhamentos (OSKAMP, op. cit.; PALUCK & GREEN, 2009).

Boa parte das intervenções experimentais feitas em laboratórios concebem o preconceito como ignorância ou desconhecimento face ao diferente, em decorrência, as estratégias mais comuns de combate a esse fenômeno são a instrução ou o treino contra estereotípico, ou seja, expor os indivíduos a informações que desconfirmam o estereótipo das minorias; treino de responsabilidade, na qual os

sujeitos são levados a apresentar razões lógicas para seus preconceitos; tarefas que focalizam as emoções, geralmente tentando fazer com que os perpetradores de preconceito sintam aquilo que as vítimas sentem; outras estratégias voltadas para o contra condicionamento, as quais procuram combater o preconceito implícito, ou inconsciente, por meio da supressão do pensamento, conscientização, recondicionamento e controle racional (ver BLAIR, 2002, para uma revisão).

Para um aprofundamento nas possibilidades desses tipos de técnicas, vale a pena assistir o filme “O olho da tempestade”, de 1970, no qual é retratado um exercício chamado “olhos azuis *versus* olhos castanhos^{XXVII}”, que coloca crianças em situação de vivência como vítima e como perpetradores do preconceito.

As intervenções de tipo experimental têm na sutileza dos meios e na capacidade de controle de possíveis interferências nos dados, ao mesmo tempo, sua principal virtude e seu principal limite (PALUCK & GREEN, 2009). Os experimentos de laboratório carecem muitas vezes de validade externa, ou seja, não é possível saber se eles se aplicam a situações mais complexas: históricas, políticas e econômicas, onde o racismo e o preconceito se manifestam. Além desse, alguns outros limites são destacados pelos autores: 1) populações – a grande maioria dos estudos experimentais em laboratório são feitos com estudantes universitários, norte-americanos, brancos de classe média; de modo que são pouco aplicáveis à população em geral (SEARS, 1986); 2) relevância das tarefas – os construtos (atitudes, crenças, comportamentos) medidos no laboratório são abstrações geralmente de pouca relevância social para os participantes dos estudos, tais como simulações de contratação de empregados, avaliações de grupos ou pessoas fictícias, ou breves interações com um estranho, de forma que podem gerar pouco engajamento nas respostas; e 3) nem sempre se mede o que interessa medir – o que significa um escore “preconceituoso” num teste como o de Associações Implícitas (TAI)^{XXVIII}, seria estereótipo, preconceito, ou apenas maus hábitos?

Finalmente, outras estratégias para combater racismo e preconceito tomando os níveis individual e interpessoal de expressão foram: entretenimento, a exemplo de livros, filmes, programas de TV, com mensagens políticas de integração cultural; leituras ou contação de histórias, nas quais membros das minorias são representados positivamente. Estas técnicas, no seu conjunto, alcançaram resultados medianos ou fracos de redução do preconceito, tanto no curto, quanto no médio prazo (PALUCK & GREEN, 2009).

A melhor recomendação para aqueles que pretendem trabalhar com programas de redução do preconceito e racismo no nível individual é permanecerem

críticos em relação às recomendações advindas de pesquisas em laboratório até que estas sejam testadas em situações mais amplas e complexas, como as da vida real (PALUCK & GREEN, 2009).

11.2. COMBATENDO O PRECONCEITO E O RACISMO NO NÍVEL INTERGRUPAL: CULTURAL INSTITUCIONAL

“Nada mais errônea que a crença de muitos judeus de que não haveria anti-semitismo se todos os judeus se comportassem adequadamente. Pode-se mesmo dizer que é o bom comportamento dos judeus, seu trabalho árduo, sua eficiência e êxito como negociantes, médicos e advogados, que estimulam a propensão anti-semita. O anti-semitismo não pode ser detido pelo bom comportamento do judeu individual, porque não se trata de um problema individual, e sim de um problema social.” (LEWIN, 1948, p. 176).

A advertência acima, de Kurt Lewin, nos ajuda a introduzir o tema do combate ao racismo e preconceito no nível intergrupar de análise.

As intervenções conduzidas em laboratórios, considerando a expressão do preconceito e do racismo perpetrada no nível dos grupos e das instituições, de forma geral, se debruçam sobre os efeitos do encontro com a diferença. Exemplos são: os modelos de recategorização, descategorização, categorização cruzada ou interseccionalidade e os modelos de integração. Todos esses modelos derivam da hipótese do contato de Allport (1954), pois supõem que o preconceito e o racismo se vinculam à identidade e ao etnocentrismo.

O **modelo da recategorização**, proposto por Gaertner, Dovidio, Anastasio, Buchman e Rust (1993), sugere que a criação e ênfase em um pertencimento grupal mais amplo e inclusivo (superordenado), algo como: “embora tenhamos cores diferentes, somos todos seres humanos”, pode ajudar a superar os conflitos entre grupos. O **modelo da descategorização**, por sua vez, afirma que as interações personalizadoras podem atuar no combate às fronteiras identitárias de percepção das diferenças entre grupos (BREWER & MILLER, 1984); por exemplo, “embora tenhamos cores diferentes, somos ambos pessoas (eu e você), e isso é o que importa”. Os outros modelos se referem, de forma geral, à noção de diferenciação mútua e sugerem que, preservando as identificações aos pertencimentos grupais originais dos indivíduos, pode-se afirmar a interdepêndência positiva, isto é, necessidade de cooperação para alcançar metas coletivas comuns. Ou ainda, reportam-se ao fato de que, em algum nível no emaranhado de fios que nos ligam aos grupos nas teias sociais, há uma intersecção, ou seja, dois in-

divíduos totalmente diferentes em alguns aspectos, podem ter um pertencimento comum: eu sou mulher, você homem, eu sou branca, você negro, sou evangélica, você católico, sou homossexual, você hetero; mas somos ambos psicólogos. A metanálise de Paluck e Green (2009), indica que todas as intervenções baseadas nesses modelos identitários obtêm algum sucesso na redução do preconceito e racismo.

No plano intergrupar, institucional ou cultural de combate ao racismo e ao preconceito, muitas das intervenções são feitas, como era de se esperar, em instituições: escolas, empresas, comunidades, hospitais, delegacias e mídia. Embora elas tenham o mérito de atacar o problema no contexto onde ele emerge, há consequentes limitações metodológicas, de falta de controle de interferências ou de falta de instrumentos precisos que permitam avaliar, de forma sistemática, o que funciona e o que não funciona em termos de combate ao preconceito e ao racismo.

Paluck e Green (2009) analisam ainda o efeito das intervenções experimentais conduzidas em cenários naturais ou realísticos para redução do preconceito no plano intergrupar das relações. São coligidas 107 intervenções de campo, a maioria delas sobre aprendizagem cooperativa. A principal estratégia empregada foi a técnica do “Jigsaw”, em sala de aula, a qual consiste em criar atividades do tipo quebra-cabeças, a fim de que crianças de diferentes grupos e que, individualmente, possuem informações específicas necessárias para resolver o problema, interajam cooperativamente para a solução dele. Os estudos metanalisados encontram resultados positivos utilizando essa técnica de redução do preconceito contra diversas minorias sociais.

Podemos chegar a partir da análise dos métodos que tratam da redução do preconceito e racismo a duas conclusões importantes. 1) É possível vencer o monstro – se as pessoas aprendem a ser preconceituosas e racistas pelas mais diversas razões e interesses, elas também podem desaprender se soubermos entender e combatê-los. Como referem Paluck e Green (2009), se a sociedade induz conformismo com as normas do preconceito, ela também pode induzir conformismo com as normas da tolerância e do respeito à diferença. 2) **A falta de resultados consistentes no combate ao preconceito e ao racismo** – pode se dever à ausência de teoria(s) adequada(s) para o entendimento dos fenômenos e das suas imbricações em diferentes níveis de análise, a exemplo do individual, cultural e institucional. Também é necessário construir, testar e aplicar medidas mais precisas sobre os efeitos das intervenções empregadas, considerando seus resultados a curto, médio e longo prazo.

É preciso ter clareza de que o preconceito e o racismo não são apenas marcas do nosso atraso moral, enquanto pessoas, e civilizacional, enquanto sociedade; eles impedem o desenvolvimento econômico e custam caro também em termos materiais. Somente em 2008 o governo francês gastou 600 mil euros para combater a discriminação. Nos Estados Unidos, os gastos com treinamento em diversidade corporativa chegam a 8 bilhões de dólares por ano (ER-RAFIY, BRAUER, & MUSCA, 2010). Novamente, é Kurt Lewin (1948, p. 181) quem nos ajuda a entender que: “(...) o destino dos judeus (minorias) está ligado ao bem-estar econômico da maioria. Infelizmente, será impossível resolver o problema econômico enquanto as minorias desprivilegiadas puderem fornecer mão-de-obra barata e bodes expiatórios políticos”.

Não obstante, a urgência e importância dos temas do preconceito e do racismo, a produção da psicologia social dominante permanece rica, em termos teóricos, e sofisticada, em termos metodológicos, mas ainda muito pouco capaz de intervenções efetivas no campo de conflito intergrupais (PALUCK & GREEN, 2009). Desse modo, precisamos também construir uma agenda mais ampla e permanente de análise do preconceito e racismo na psicologia social do Brasil. Continuar estudando o assunto é um bom início.

Finalmente, procuramos apresentar, respeitando a lógica dos níveis individual, cultural e institucional de produção e expressão do racismo, modelos de combate produzidos na psicologia social. Vimos, a partir de uma metanálise, que as estratégias para vencer o “monstro” dependem do nível adotado, podendo envolver desde processos de reestruturação cognitiva, de crenças e hábitos, num nível mais individual, até mudanças culturais, na forma de apresentação dos grupos na mídia, e transformações institucionais, na representatividade dos grupos nas estruturas de poder. Como o racismo e o preconceito não assumem a lógica de serem fenômenos do tipo “ou”: “ou individual ou cultural ou institucional”; mas sim do tipo “e”: “individual e cultural e institucional”, as armas para seu combate devem também estar integradas numa lógica multinível.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, N. (1998). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

Adorno, S. (1996). Violência e Racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In L. M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 255-275). São Paulo: EDUSP.

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D. J. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper.

Allport, G. W. (1935). *Attitudes: A handbook of social psychology*. Worcester Mass: Clark University Press.

Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison-Wesley.

Alvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.

Andrews, G. R. (1991). *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC.

Araújo, J. Z. (2000). Identidade racial e estereótipos sobre o negro na TV Brasileira. São Paulo: Paz e terra.

Aronson, E. (1999). Causes of prejudice. In R. M. Baird e S. E. Rosenbaum (Eds.), *Hatred, Bigotry, and Prejudice: Definitions, causes & solutions* (pp. 127-140). Nova York: Prometheus Books.

Banton, M. (1991). The race relations problematic. *British Journal of Sociology*, 42, 115-30.

Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition* (2ed. Vol. 1). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Bargh, J. A. (1996). Automaticity in social psychology. In E. T. Higgins & A. W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles* (pp. 169-183). Nova York: Guilford Press.

Barone, D. F., Maddux, J. E., & Snyder, C. R. (1997). *Social cognitive psychology: History and current domains*. New York: Plenum Press.

Batista, J. R. M., Leite, E. L., Torres, A. R. R., & Camino, L. (2014). Negros e Nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. *Psicologia Política*, 14, 325-345.

Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone, M. A. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Petrópolis, RJ: Vozes.

Billig M. (1984). Racismo, prejuicios y discriminacion. In S. Moscovici (Ed.), *Psicologia Social II: Pensamiento y vida social* (pp. 575-600). Barcelona: Paidós.

- Billig M. (1992). The Baseline of Intergroup Prejudice. CC/NUMBER 4 JANUARY 27, 1992.
- Black, L. L., Johnson, R., & Van Hoose, L. (2015). The relationship between perceived racism/discrimination and health among black American women: A review of the Literature from 2003 to 2013. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*, 2,11-20.
- Blair I. (2002). The malleability of automatic stereotypes and prejudice. *Personal. Soc. Psychol. Rev.* 63:242-61.
- Bliuc, A.-M., Faulknerb, N., Jakubowiczc, A., & McGartya, C. (2018). Online networks of racial hate: A systematic review of 10 years of research on cyber-racism. *Computers in Human Behavior*, 87, 75-86.
- Blumer, H. (1958). Race prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review*, 1, 3-7.
- Bobo, L. (1988). Group conflict, prejudice, and the paradox of contemporary racial attitudes. In P. A. Katz & D. A. Taylor (Eds.), *Eliminating racism* (pp. 85-114). New York: Plenum.
- Bobo, L., & Hutchings, V. L. (1996). Perceptions of racial group competition: Extending Blumer's theory of group position to a multiracial social context. *American Sociological Review*, 61, 951-972.
- Bobo, L. D. (2017). Racism in Trump's America: reflections on culture, sociology, and the 2016 US presidential election. *The British Journal of Sociology*, 68, 85-104.
- Bonilla-Silva, E. (2013). *Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in America* (4th ed.). Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Bourdieu, P. (1985). The social space and the genesis of groups. *Theory and Society*, 14(6), 723-744.

Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.

Bowser, B. P. (2017). Racism: origin and theory. *Journal of Black Studies*, 48, 572-590.

Brewer, M. (1994). The social psychology of prejudice: Getting it all together. In M. P. Zanna & J. O. Olson (Eds.), *The Psychology of Prejudice: The Ontario Symposium* (Vol. 7) (pp.315-330). London: Psychology Press.

Brewer, M. (1999). The psychology of prejudice: Intergroup love or outgroup hate. *Journal of Social Issues*, 55, 429-444.

Brewer, M. B., & Miller, N. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N. Miller & M. B. Brewer (Eds), *Groups in Contact: The Psychology of Desegregation* (pp. 281-302). Orlando FL: Academic Press.

Brewer, M. B. (1988). A dual process model of impression formation. In T. K. Srull & R. S. Wyer, (Eds.), *Advances in Social Cognition*, Vol. 1, Nova Jersey: Hillsdale, pp. 1-36.

Brown, R. J. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford, UK: Blackwell.

Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8 (1), 17-42.

Camino, L., Silva, P., & Machado, A. (2004). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Orgs.), *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 121-140). Salvador: EDUFBA.

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1): 241-282.

Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2018). Ambivalent sexism in twenty-first century. In F. K. Barlow and C. G. Sibley (Eds.), *The Cambridge Handbook of*

Psychology of Prejudice: Concise Student Edition (pp. 354-383). Cambridge: Cambridge University Press.

Correia, I. (2001). Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária. *Dissertação de doutoramento não publicada*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Cottrell, C. A., & Neuberg, S. L. (2005). Different emotional reactions to different groups: A sociofunctional threat-based approach to 'prejudice'. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 770-789.

Crochík, J. L. (1996). Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas de Psicologia*, 3, 47-70.

Damásio, A. (1996). *O erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.

Daniels, J. (2008). Race, Civil Rights, and Hate Speech in the Digital Era. In A. Everett, D. John and T. Catherine (Eds.). *Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media*. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press.

Dantas, G. S., & Pereira, M. E. (2018). Racismo e identificação de armas: contribuições da teoria dos processos automáticos e controlados. *Interdisciplinar*, 29, 11-24.

De Paula Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2012). Warmth and competence: Stereotypes of the elderly among young adults and older persons in Brazil. *International Perspectives in Psychology: Research, Practice, Consultation*, 1(1), 52-62.

Delacampagne, C. (1990). Racism in the West: from praxis to logos. In D. T. Goldberg (Ed.), *Anatomy of racism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Devine, P. G., & Monteith, M. J. (1993). The role of discrepancy-associated affect in prejudice reduction. In D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: interactive processes in intergroup perception* (pp. 317-344). San Diego, CA: Academic Press.

Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 1, 1-18.

Devine, P. G., & Elliot, A. J. (1995). Are racial stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1139-1150.

Doise, W. (1976/1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos*. Lisboa: Moraes Editores.

Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 27-35.

Doise, W., Valentim, J. P., 2015. Levels of Analysis in Social Psychology. In James D. Wright (editor-in-chief), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2nd edition, Vol 13. Oxford: Elsevier. pp. 899-903.

Dollard, J., Doob, L. W., Miller, N. E., Mowrer, O. H., & Sears, R. R. (1939). *Frustration and aggression*. New Haven, CT: Yale Press.

Dovidio, J. F., Glick, P., & Rudman, L. A. (2008). Introduction: Reflecting on the nature of prejudice: fifty years after Allport. In J. F. Dovidio, P. Glick & L. A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty Years After Allport* (pp. 1-16). Oxford: Blackwell.

Dovidio, J. F., Hewstone, M., Glick, P., & Esses, V. M. (2010). Prejudice, stereotyping and discrimination: Theoretical and empirical overview. In J. F. Dovidio, M. Hewstone, P. Glick & V. M. Esses (Eds.), *The SAGE handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*, (pp. 3-29). Califórnia: SAGE.

- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: The problem and the response* (pp. 3-32). Califórnia: SAGE.
- Duckitt, J. (1992). Psychology of prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, *47*, 1182-1193.
- Duckitt, J. (2010). Historical overview. In J. F. Dovidio, M. Hewstone, P. Glick, & V. M. Esses (Eds.), *The Sage handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 29-44). London: SAGE.
- Eagly, A. H., & Diekmann, A. B. (2008). What is the problem? Prejudice as an attitude-in-context. In J. F. Dovidio, P. Glick & L. A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty Years After Allport* (pp. 19-35). Oxford: Blackwell.
- Epstein, S. (1994). Integration of the cognitive and the psychodynamic unconscious. *American Psychologist*, *49*(8), 709-724.
- Er-rافی, A., Brauer, M., & Musca, S. C. (2010). Effective reduction of prejudice and discrimination: Methodological considerations and three field Experiments. *RIPS/IRSP*, *23*, 57-95.
- Evans, J. St. B. T. (2008). Dual-Processing Accounts of Reasoning, Judgment, and Social Cognition. *Annual Review of Psychology*, *59*, 255-278.
- Farr, R. M. (2013). *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fazio, R. H., & Dunton, B. C. (1997). Categorization by race: the impact of automatic and controlled components of racial prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, *33*, 451-470.
- Fernandes, F. (1966). *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Fernandes, F., & Bastide, R. (1951). *Preconceito racial em São Paulo*. São Paulo: *Publicações do Instituto de Administração da USP*.

Fernandes, I. (1997). *Memória da telenovela brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Fiske, S., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2002b). Emotion up and down: Intergroup emotions result from perceived status and competition. In D. M. Mackie e E. R. Smith (Eds.), *From prejudice to intergroup emotions: Differentiated reactions to social groups*. (pp. 247-264). Nova York: Psychology Press.

Fiske, S. T., Cuddy, A., Glick, P., Xu, J., (2002). A Model of (Often Mixed) Stereotype Content- Competence and Warmth Respectively Follow From Perceived Status and Competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.

Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp 1-74). New York: Academic Press.

Fiske, S. T., & Taylor, S. (1984). *Social Cognition*. New York: Random House.

Fraboni, M., Salstone, R., & Hughes, S. (1990). The Fraboni Scale of Ageism (FSA): An attempt at a more precise measure of ageism. *Canadian Journal on Aging*, 9(1), 56-66. doi: <http://dx.doi.org/10.1017/S0714980800016093>.

França, D. X. de, & Monteiro, M. B. (2004). As novas expressões de racismo na infância. In: Lima, M. E. O. e Pereira, M. E. (Orgs.), *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp.v139-160). Salvador: EDUFBA.

França, D. X. de, & Monteiro, M. B. (2013). Social norms and the expression of prejudice: The development of racism aversive in childhood. *European Journal of Social Psychology*, 43, 263-271.

- França, D. X. de (2017). Discriminação de crianças negras na escola. *Interacções*, 45, 151-171.
- Fredrickson, G. M. (2015). *Racism: a short history*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Freyre, G. (1933/1983). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Frixione, M., & Lieto, A. (2013). Dealing with Concepts: From Cognitive Psychology to Knowledge Representation. *Frontiers in Psychological and Behavioral Science*, 2 (3), 96-106.
- Gaertner, S. L., & Mclaughlin, J. P. (1983). Racial stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristic. *Social Psychology Quarterly*, 46, 23-30.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A., & Rust, M. C. (1993). The Common Intergroup Identity Model: Recategorization and the Reduction of Intergroup Bias. *European Review of Social Psychology*, 4, 5-26.
- Garcia-Marques, T. (1998). The mind needs: The mood-as-regulation-mechanism hypothesis as an explanation for the impact of mood processing. Dissertação de Doutorado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Gee, G. C., & Ford, C. L. (2011). Structural racism and health inequities: *Old Issues, New Directions*. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 8(1), 115-132.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-521.

Green, D. P., Glaser, J., & Rich, A. (1998). From Lynching to Gay Bashing: The Elusive Connection Between Economic Conditions and Hate Crime. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75 (1), 82-92.

Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4-27.

Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464-1480.

Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Hamilton, D. L., & Trolie, T. K. (1986). Stereotypes and stereotyping: An overview of the cognitive approach. In S. L. Gaertner and J. F. Dovidio (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 127-157). New York: Academic Press.

Herek, G. M. (2008). Understanding sexual stigma and sexual prejudice in the United States: A conceptual framework. In D. Hope (Ed.), *Contemporary perspectives on lesbian, gay & bisexual identities: The 54th Nebraska Symposium on Motivation*. New York: Springer.

Hirschfeld, L. A. (1998). Natural assumptions: race, essence, and taxonomies of human kinds. *Social Research*, 65, 331-349.

Holanda, S. B. (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Hovland, C. I., & Sears, R. R. (1940). Minor studies of aggression: VI. Correlation of lynchings with economic indices. *The Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 9, 301-310.

Hoyt Jr. C. (2012). The Pedagogy of the Meaning of Racism: Reconciling a Discordant Discourse. *Social Work*, 57 (3), 225-234.

Humphreys, G. W. (1990). 'Priming'. In M. W. Eysenck (Ed.), *The Blackwell Dictionary of Cognitive Psychology* (pp. 281-283). Londres: Blackwell.

Huxley, A. (1979). *Admirável Mundo Novo* (5ª ed.). Porto Alegre: Editora Globo.

Ianni, O. (2004). O preconceito racial no Brasil. *Estudos Avançados*, 18, 6-20.

IBGE (2019). Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/>.

Izard, C. E. (2009). Emotion Theory and Research: Highlights, Unanswered Questions, and Emerging Issues. *Annual Review of Psychology*, 60, 1-25.

Jackman, M. R. (2008). Rejection or inclusion of outgroups? Em J. F. Dovidio, P. Glick e L. A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty Years After Allport* (pp. 89-105). Oxford: Blackwell.

Jackman, M. R. (1994). *The velvet glove*. Berkeley: California University Press.

Jacoby, L. L., Kelley, C. M., & McElree, B. D. (1999). The role of cognitive control: early selection versus late correction. In S. Chaiken, & Y. Trope, (Eds.), *Dual-process theories in social psychology*. New York: Guilford, pp. 383-400.

Jesuino, J. C. (1996). Psicologia social europeia. In J. Vala e M. B. V. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (2ª ed) (pp. 49-60). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jesus Junior, A. G. de (2013). Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. *Psico-USF*, 8 (2), 215-216.

Johnstone, T., & Scherer, K. L. (2004). Vocal communication of emotion. Em M. Lewis e J. M. Haviland-Jones (Eds.) *Handbook of emotions* (pp. 220-235). Second edition. London: The Guilford Press.

Jones, J. M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher.

Jones, J. M. (1998). The essential power of racism: commentary and conclusion? In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: the problem and the responses* (pp. 280-294). California: SAGE.

Jost, J. T., & Banaji, M. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.

Kamel, A. (2006). *Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

Katz, D., & Braly, K. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.

Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.

Kesley, P. (22/11/2018). *Obstáculos no caminho - desigualdade racial na educação brasileira*. Recuperado de <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/obstaculos-no-caminho-desigualdade-racial-na-educacao-brasileira>.

Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.

Las Casas, B. (1474-1566/2001). *O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América*. Porto Alegre: L & PM.

Leyens, J. P., Paladino, P., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 186-197.

- Leyens, J. P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395-411.
- Lewin, K. (1948/1978). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix.
- Lima, M. E. O., & Techio, E. M. (2013). Academic training in Social Psychology in Brazil and South America. *Estudos de Psicologia*, 18, 75-82.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O Monstro da automaticidade. In: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Pereira. (Org.). *Estereótipos, preconceito e discriminação: Perspectivas Teóricas e Metodológicas* (pp. 41-68). Salvador: EDUFBA.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004b). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9 (3), 401-412.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004c). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 11-19.
- Lima, M. E. O. (2002). Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros. *Tese de Doutorado*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In: A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Org.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 589-642). Brasília: Technopolitik.
- Lima, M. E. O. (2014). Social Psychology: Fundamentals and Fundamentalisms. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia*, 22(1), 179-193.
- Lima, M. E. O. (2019). O que há de novo no “novo” racismo do Brasil? *Dossiê - Educação das Relações Étnico-Raciais na Contemporaneidade: Permanências e Transformações*, 4 (7), 157-177.

Lima, M. E. O., Araujo, C., & Poderoso, E. S. (2018). The decision to shoot black suspects in Brazil: The Police Officer's Dilemma. *Race and Social Problems*, 10, 101–112.

Maass, A., Casteli, L., & Arcuri, L. (2000). Measuring prejudice: Implicit versus explicit techniques. In D. Copozza e R. Brown (Eds.), *Social identity processes* (pp. 96-116). Londres: Sage.

Maciel, S. C., Vieira, G. L. S., Sousa, P. F. de, Lima, M. E. O., & Ribeiro, J. L. P. (2019). Percepção de ameaça e preconceito: impactos no tratamento e na inclusão social das pessoas com transtornos mentais. In S. C. Maciel e P. F. de Sousa (Orgs.), *Psicologia Social: Vertentes e Perspectivas* (pp. 103-118). João pessoa: EDUFPB.

Mackie, D. M., Maitner, A. T., & Smith, E. (2009). Intergroup Emotions Theory. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination* (pp. 285-308). New York: Psychology Press.

McConahay, J.B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism* (91-125). Nova York: Academic Press.

Miles, R. (1989). *Racism*. Londres: Routledge.

Ministério da Saúde - MS (2015). Recuperado de <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/abril/22/Boletim-raca-cor-09-04-15-v2.pdf>.

Ministério da Saúde - MS (2017). Recuperado de <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/29692-taxa-de-suicidio-e-maior-em-idosos-com-mais-de-70-anos>.

Ministério da Saúde - MS (s/d). Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pop_negra/pdf/folder_politica.pdf.

Moscovici, S., & Pérez, J. A. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.

- Muir, D. E. (1993). Race: The mythic root of racism. *Sociological Inquiry*, 63, 339-350.
- Mummendey, A. (1995). Positive distinctiveness and social discrimination: an old couple living in divorce. *European Journal of Social Psychology*, 25, 657-670.
- Munanga, K. (1996). As facetas de um racismo silenciado. In L. M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 213-229). São Paulo: EDUSP.
- Natividade, M., & De Oliveira, L. (2009). Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 2, 121-161.
- Operario, D., & Fiske, S. T. (1998). Racism equals power plus prejudice. Em J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: The problem and the response* (pp. 33-53). Califórnia: SAGE.
- Oskamp, S. (2002). Psychological Contributions to Achieving an Ecologically Sustainable Future for Humanity. *Journal of Social Issues*, 56 (3), 373-390.
- Pachter, L. M., & Coll, C. G. (2009). Racism and child health: A review of the literature and future directions. *Dev Behav Pediatr*, 16, 1-15.
- Paluck, E. L., & Green, D. P. (2009). Prejudice reduction: What works? A review and assessment of research and practice. *Annual Review of Psychology*, 60, 339-369.
- Paradies Y., Ben J., Denson N., Elias A., Priest N., Pieterse A., et al. (2015) Racism as a determinant of health: A systematic review and meta-analysis. *PLoS ONE*, 10, 1-48.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107.

Pereira, C., Vala, J., & Leyens, J-P. (2009). From infra-humanization to discrimination: The mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 336–344.

Pereira, M. E. (2019). Da categorização social à entitatividade: o lugar do outro na psicologia social. Em A. Faro, M. E. O. Lima, D. X. de França, S. R. F. Enumo, e C. R. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social & Psicologia da Saúde: Tópicos Atuais* (pp. 17-32). Curitiba: Editora CRV.

Pereira, M. E., Dantas, G., & Alves, M. V. (2011). Estereótipos, automatismos, controle a identificação de armas em diferentes contextos: resultados preliminares. Em E. M. Techio e M. E. O. Lima. (Orgs.). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 77-106). Brasília: Technopolitik.

Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

Piza, E. (2000). Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In A. S. A., Guimarães, & L. Huntley (Orgs.), *Tirando a Máscara: Ensaio sobre Racismo no Brasil* (pp. 97-126). São Paulo: Paz e Terra.

Portela, V., Lima, M. E. O., & Da Silva, P. (2019). A norma de responsabilidade social e a discriminação da mulher negra no setor industrial. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(1), 29-47.

Rensink, Ronald, A. (2013). Attention and awareness. In Daniel Reisberg (Ed.) *The Oxford Handbook of Cognitive Psychology* (pp. 97-188). Nova York: Oxford University Press.

Richeson, J. A., & Sommers, S. R. (2016). Toward a Social Psychology of Race and Race Relations for the Twenty-First Century. *Annual Review of Psychology*, 67, 439-63.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (1999). *Psicologia Social*. (18ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

- Rodrigues, J. C. (2011). *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Rothbart, M., & Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: do we view social categories as natural kinds? In G. B. Semin & K. Fielder (Eds.), *Language, Interacting, and Social Cognition* (pp. 11-36). Londres: SAGE.
- Sá, C. P. (2013). On the routes of social psychology in Brazil. *Estudos de Psicologia, 18* (1), 93-98.
- Sacco, A. M., De Paula Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2016). Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. *Temas em Psicologia, 24*, 233-250.
- Santos, A. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão, 32*, 166-175. doi:10.1590/S1414-98932012000500012.
- Santos, G., & Silva, M. (2005). *Racismo no Brasil: Percepções da Discriminação e do Preconceito Racial no Século XXI*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Scheurich, J. J., & Young, M. D. (1997). Colouring epistemologies: Are our research epistemologies racially biased? *Educational Research, 26*, 4-15.
- Schwarcz, L. M. (1996). As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XX. O contexto brasileiro. In L. M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 147-185). São Paulo: EDUSP.
- Sears D. O. (1986). College sophomores in the laboratory: influences of a narrow data-base on social psychology's view of human nature. *J. Personal. Soc. Psychol. 51*, 515-530.
- Seyranian, V., Atuel, H., & Crano, W. (2008). Dimensions of majority and minority groups. *Group Processes & Intergroup Relations, 11*(1), 21-37.

Sherif, M., Harvey, B., White, J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1954/1961). Intergroup Conflict and Cooperation: *The Robbers Cave Experiment*. *Classics in the History of Psychology: An internet resource developed by Christopher D. Green*. Disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Sherif/index.htm>.

Sibley, C. G. & Barlow, F. K. (2018). What is prejudice? An introduction. Em F. K. Barlow e C. G. Sibley (Eds.), *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice: Concise Student Edition* (pp. 1-14). Cambridge: Cambridge University Press.

Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York, EUA: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9781139175043.

Sidanius, J., Cotterill, S., Sheehy-Skeffington, J., Kteily, N., & Carvacho, H. (2018). Social dominance theory: Exploration in the psychology of oppression. In F. K. Barlow e C. G. Sibley (Eds.), *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice* (pp. 100-143). Cambridge: Cambridge University Press.

Sidanius, J., Pratto, F., & Bobo, L. (1996). Social dominance orientation and the political psychology of gender a case of invariance? *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 998-1011.

Silva, R. F., & Lima, M. E. O. (2016). Crime and punishment: The impact of skin color and socioeconomic status of defendants and victims in jury trials in Brazil. *The Spanish Journal of Psychology*, 19, 1-11.

Snowden Jr., F. M. (1983). *Before color prejudice: the ancient view of Blacks*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Snowden Jr., F.M. (1995). Europe's oldest chapter in the history of black-white relations. In B. P. Bowser (Ed.), *Racism and Anti-Racism in World Perspective* (pp. 3-26). Londres: SAGE.

- Stangor, C. (2009). The study of stereotyping, prejudice and discrimination within social psychology: A quick history of theory and research. Em T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination* (pp. 1-22). Nova York: Psychology Press.
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (2000). An Integrated Threat Theory of Prejudice. In S. Oskamp (ed.), *Reducing prejudice and discrimination* (pp. 23-45). Nova Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Sternberg, R. J., & Sternberg, K. (2012). *Cognitive Psychology* (6^a ed.). Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.
- Sumner, W. G. (1906). *Folkways: a study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores, and morals*. New York: The New American library.
- Taguieff, P. A. (1990). The new cultural racism in France. In M. Bulmer & J. Solomos (Eds.), *Racism* (pp. 206-212). Oxford Readers. Oxford: University Press.
- Taguieff, P. A. (2001). *Racismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1981/2001). Social stereotypes and social groups. In M. A. Hogg e D. Abrams (Eds.), *Intergroup Relations: Essential Readings* (pp. 132-145). Sussex: Psychology Press. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of intergroup relations*. Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. G., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.

Tamano, L. T. O. (2013). O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940. *Dossiê História: Estado, Rel. de Poder e Mov. Soc.*, 4, 81-96.

Tapias, M. P., Glase, J., Keltner, D., Vasquez, K., & Wickens, T. (2007). Emotion and prejudice: Specific emotions toward outgroups. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10(1) 27-39.

Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In Techio, E. M. & Lima, M. E. O. (Eds.). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 21-75). Brasília: TechnoPolitik.

Telles, E. E. (2004). *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

Torres, A. R., Camino, L. (2013). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. Em A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Ed.), *Psicologia Social: Temas e Teorias (2ª ed)* (pp. 513-538). Brasília, DF: TechnoPolitik.

Triandis, H. C. (1989). The self and social behaviour in differing cultural contexts. *Psychological Review*, 96, 506-520.

Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.

Vaccarezza, E. S., & Lima, M. E. O. (2019). Cor da pele e representações sociais da beleza e da feiura no Brasil. Em A. Faro, M. E. O. Lima, D. X. de França, S. R. F. Enumo, C. R. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social & Psicologia da Saúde: Tópicos Atuais* (pp. 109-124). Curitiba: CRV.

Vala, J., & Monteiro, M. B. V. (1996). Apresentação. In J. Vala e M. B. V. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*, 2ª ed, (pp. 9-12). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J., & Pereira, C. (2012). Racism: An Evolving Virus. *Proceedings of the British Academy* 179, 49-70.

Vala, J. (2015). Racismos: representações sociais, preconceito racial e pressões normativas. In J. C. Jesuíno, F. R. P. Mendes & M. J. Lopes (Eds.), *As representações sociais nas sociedades em mudança*, pp. 153-183. (Coleção Psicologia Social). Petrópolis, RJ: Vozes.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Van den Berghe, P. (1978/2001). Race and ethnicity: a sociobiological perspective. *Ethnic and Racial Studies*, 1(4), 401-411.

Velasco, C. (13/05/2018). Negros ganham R\$ 1,2 mil a menos que brancos em média no Brasil; trabalhadores relatam dificuldades e ‘racismo velado’. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/negros-ganham-r-12-mil-a-menos-que-brancos-em-media-no-brasil-trabalhadores-relatam-dificuldades-e-racismo-velado.ghml>.

Vermelho, S. C. (2013). Resenha do livro *Preconceito, indivíduo e cultura de CROCHIK*, José Leon. *Revista Diálogo Educacional*, 4 (8), 125-126.

Vieira, R. S. S., & Lima, M. E. O. (2015). Estereótipos sobre os idosos: dissociação entre crenças pessoais e coletivas. *Temas em Psicologia*, 23(4), 947-958. doi:<http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-11>.

Wegner, D. M., & Bargh, J. A. (1998). Control and automaticity in social life. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske e G. Lindsey (Eds.). *Handbook of Social Psychology*, (pp. 446-496) 4ª ed, Vol. 2, New York, McGraw-Hill.

Wiewiorka, M. (1995). *The arena of racism*. Londres: SAGE.

Wright, L. W. Jr., Adams, H. E., & Bernat, J. (1999). Development and Validation of the Homophobia Scale. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 21(4), 337-347.

Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. In D. Bar-Tal & A. W. Kruglanski (Eds.), *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

NOTAS

- ^I Para uma discussão sobre essas formas de psicologia e seus impactos ver Lima (2014).
- ^{II} Psicologia social é a análise científica de como os pensamentos, sentimentos, e comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença real, imaginada ou implicada dos outros (Allport, 1935).
- ^{III} Esse livro traz uma análise do preconceito integrando elementos das teorias de Gordon Allport (1954) com os pressupostos da Escola de Frankfurt, sobretudo a teoria da Personalidade Autoritária de Adorno et al. (1950) (para uma resenha ver Vermelho, 2003).
- ^{IV} Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/racistas-nao-merecem-ter-midia-diz-jogador-de-volei-wallace.shtml>.
- ^V Disponível em <https://www.allaboutphilosophy.org/blind-men-and-the-elephant.htm>.
- ^{VI} Mais à frente esses dois processos, automáticos e controlados, serão melhor explicitados.
- ^{VII} Tradução nossa.
- ^{VIII} Importante referir que na psicologia brasileira o tema do preconceito começou a ser analisado desde o surgimento da disciplina nas universidades, por pensadores como Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite (ver Santos, Schucman, & Martins, 2012 para uma revisão).

- IX “And, perhaps most importante of all, the separetness may lead to genuine conflicts of interests, as well as to many imaginary conflicts.” (Allport, 1954, p. 19).
- X Tradução nossa.
- XI Tradução nossa.
- XII Tradução nossa.
- XIII Tradução nossa.
- XIV Tradução nossa.
- XV https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2019/10/15/internas_opiniaio,797564/visao-do-correio-erramos.shtml.
- XVI Retirado de https://pt.wikiquote.org/wiki/Martin_Niem%C3%B6ller.
- XVII https://pt.qwerty.wiki/wiki/The_Eternal_Jew_%281940_film%29.
- XVIII <https://catracalivre.com.br/cidadania/puc-rio-jogos-juridicos-racismo/>.
- XIX Tradução nossa.
- XX Para uma análise do suposto “racismo reverso”, sugerimos assistir o Episódio 1 da Temporada 1 da Série *Outside Man* com Reggie Yates. Nesse episódio, intitulado “África do Sul: a favela dos brancos”, Yates visita Coronation Park, uma favela habitada por brancos em situação de extrema pobreza que se queixam do racismo dos negros e da sociedade contra eles. A série mostra que o racismo dos negros contra os brancos é racismo da mesma forma como é o dos brancos contra os negros, o eixo do poder foi que se deslocou.
- XXI “kind racist” no original.
- XXII Para mais informações acessar <https://onlinellm.usc.edu/a-brief-history-of-jim-crow-laws/>.
- XXIII <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/ator-relata-ter-sido-vitima-de-assalto-agressao-e-racismo-em-terminal-de-onibus-no-centro-de-sp.ghtml>.
- XXIV <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/propaganda-do-mec-com-mao-branca-com-diploma-e-acusada-de-racismo.shtml>.
- XXV Tradução nossa.

^{xxvi} O Iramuteq é um software gratuito, que realiza análises de conteúdo e lexicometria de segmentos de texto. Acessível em <http://www.iramuteq.org/>.

^{xxvii} Assistir o documentário em <https://www.youtube.com/watch?v=In55v3NWHv4>.

^{xxviii} Para ver como funciona o teste acesse <https://implicit.harvard.edu/implicit/brazil/>.

